

A ASSISTÊNCIA HOSPITALAR NA LISBOA MEDIEVAL, ANTERIOR À INSTITUIÇÃO DO HOSPITAL REAL DE TODOS OS SANTOS (SÉCS. XIII-XV)

Paulo Lopes

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História, especialização em História Medieval realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Maria de Lurdes Rosa e co-orientação do Professor Doutor Mário Farelo.

AGOSTO 2015



-

“ Life isn't just about passing on your genes. We can leave behind much more than just DNA. Through speech, music, literature and movies... what we've seen, heard, felt... anger, joy and sorrow... these are the things I will pass on. That's what I live for. We need to pass the torch, and let our children read our complex History by its light. We have all the magic not to let fireflies die so young. Earth may not be forever, but we still have the responsibility to leave what traces of life we can. Building the future and keeping the past alive are one and the same thing.”

Iroquois Pliskin, MGS: Sons of Liberty.

AGRADECIMENTOS

Importa deixar aqui registado toda a minha gratidão e reconhecimento àqueles que direta ou indiretamente, contribuíram para que este projeto fosse concluído e que durante o processo ajudaram a tornar-me mais completo, exigente e rigoroso.

À minha família com destaque para a minha mãe por me ter inculcido o princípio que quando começamos algo temos de o terminar, a sua capacidade de trabalho e de superação a todos os níveis inatingível são um exemplo. Aos meus irmãos por desde sempre demonstraram que capacidades intelectuais e humanas não são de todo indissociáveis.

À Nienke agradeço e partilho o amor e o carinho. A ela estou grato por ter acreditado incondicionalmente em mim, nas minhas capacidades, nos momentos em que a força fraquejava e tudo parecia confuso e complicado.

À Professora Doutora Maria de Lurdes que apoiou desde o primeiro minuto a aventura parisiense, que jamais vou esquecer, e que guardo como uma das melhores e mais enriquecedoras experiências que tive oportunidade de viver. Agradeço ainda ter acreditado em mim e aceite dirigir-me a tese, com grande disponibilidade e paciência, apesar do muito trabalho que a ocupava. Ao Professor Doutor Mário Farelo a constante paciência, disponibilidade e conhecimentos a quem tenho de agradecer a amabilidade com que sempre aceitou ajudar-me e aconselhar-me. A ambos pela orientação, pela paciência e apoio, exigência e disponibilidade que sempre manifestaram, e por terem permitido que conseguisse levar a dissertação ao seu término, um verdadeiramente e sentido obrigado.

Por fim aos meus amigos de sempre e aos recentes com os quais não pude conviver muitas vezes, mas que mesmo estando ocupado na realização desta dissertação, nunca deixaram de incentivar-me.

RESUMO

A ASSISTÊNCIA HOSPITALAR NA LISBOA MEDIEVAL, ANTERIOR À INSTITUIÇÃO DO HOSPITAL REAL DE TODOS OS SANTOS

(SÉCS. XIII-XV)

Paulo Lopes

PALAVRAS-CHAVE: Idade Média, Lisboa, Portugal, Hospitais, Assistência, Assistidos, Cuidado hospitalar, Pobreza.

Esta dissertação tem como objetivo central estudar a história assistencial hospitalar da cidade de Lisboa na Época Medieval, através da realização de uma síntese sobre as instituições hospitalares, que entre o século XIII e o final do século XV se edificaram em Lisboa. Os estabelecimentos assistenciais hospitalares, anteriores à instituição do Hospital Real de Todos os Santos existentes na Lisboa Medieval, cumpriam um conjunto de funções sociais que procuramos estudar. A cidade de Lisboa viu-se continuamente dotada ao longo desse período, de uma série de instituições assistências de caridade, diversificado e em expansão, posto ao serviço de um conjunto de pessoas, que procuraremos categorizar. A abordagem medieval do socorro aos pobres tomou forma numa cultura que valorizava as estruturas coletivas de identidade, materializada em instituições destinadas a porvir às necessidades assistenciais daqueles percecionados enquanto pobres de Cristo.

ABSTRACT

LISBON'S MEDIEVAL HOSPITALS PRIOR TO THE FOUNDATION OF HOSPITAL REAL DE TODOS OS SANTOS (13th– 15th CENTURIES)

Paulo Lopes

KEYWORDS: Middle Ages, Lisbon, Portugal, Hospitals, Assistance, Nature of the assisted, Hospital care, Poverty.

This work aims to study the Hospitals that were founded in Lisbon in its Medieval Period, by performing a theoretical study of those institutions, built between the thirteenth and the sixteenth century. The Hospitals stocktaking in the present dissertation were perceived and conceived primarily as social care institutions or facilities, that chronologically speaking are located prior to the foundation of Hospital Real de Todos os Santos. They met a set of economic and social functions that we seek to study and comprehend, as Lisbon found itself during the Middle Ages continually provided by a number of hospital institutions, diverse in nature and rapidly growing in number, assisting people who we endeavour to categorize. The medieval approach seeking to help the poor took shape in a culture that valued the collective identity structures and embodied in institutions designed to care for the needs of those interpreted as “Paupers Christi”.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	8
-------------------------	----------

Capítulo I – As infraestruturas de assistência	16
---	-----------

1.1 Século XIII	16
-----------------------	----

Hospital de São Vicente de Fora; Gafaria de S. Lázaro de Lisboa; Hospital da Santíssima Trindade; Hospital dos Palmeiros; Hospital de D. Domingos Jardo, de S. Paulo, S. Clemente e Santo Elói de Lisboa ou dos Lóios; Hospital de Hospital dos Meninos; Santa Maria das Mercês; Hospital de S. Vicente dos Romeiros.

1.2 Século XIV	32
----------------------	----

Hospital Santo Eutrópio; de S. Mateus; Paio Delgado e João das Regras; Hospital Bartolomeu Joanes; Hospital D. Afonso IV e de D. Beatriz; Hospital Espírito Santo da Alcáçova, da Rainha; Hospital D. Maria de Aboim; Hospital de Maria Esteves; Hospital de Roncevales; Hospital Conde D. Pedro, Hospital de Vasco Lourenço de Almada; Hospital de Santo Estácio, Pedro Unhão e Clara Afonso; Hospital do Espírito Santo, dos pescadores e mareantes do alto de Alfama; Hospital de S. Brás; Hospital Afonso Martins Alvernaz; Hospital de Santa Maria de Rocamador ou de Frei João

1.3 Século XV	48
---------------------	----

Hospital do Corpo Santo; Hospital dos Clérigos Pobres; Hospital dos Carniceiros; Hospital de Jerusalém; Hospital João Afonso Alenquer, Hospitalinho; Hospital de Afonso Lopes e Maria Francisca; Hospital de São Vicente da Mouraria; Hospital da Rica Solteira e Constança Anes; Hospital dos ourives ou dos ourives da Prata de Lisboa; Hospital de S. Crispim ou de Cristo, Lopo Soares; Hospital de Santa Maria dos Francos, dos hortelãos e almuinheiros; Hospital de Santa Maria do Paraíso; Hospital dos Homens e Banho, ou Banhos de Afonso Bocharo; Hospital dos alfaiates; Hospital de São Pedro Mártir, dos corretores; Hospital de Santa Maria dos Peliteiros; Hospital dos pescadores de Cataquefarás; S. Vicente do Corvo ou

dos carpinteiros do mar; Hospital dos Ganhadinheiros e polinheiros; Hospital de Santa Maria da Pomba ou de João Braga; Hospital de Santana ou dos Incuráveis, dos tanoeiros; Hospital Salomão Negro; Hospital de Santo André, dos escolares;

1.4 Indeterminados 58

Hospital dos Sapateiros; Hospital de Nossa Senhora Remédios e de Santo Estevão, dos pescadores chincheiros; Hospital dos Pescadores Linheiros; Hospital de S. Jorge ou dos Barbeiros e Caldeireiros, ou de São Jorge dos Barbeiros e Caldeireiros, ou de S. Jorge de Lisboa; Hospital de Nossa Senhora da Vitória, caldeireiros; Hospital de Pêro Salgado;

Capítulo II- A função social, espiritual e económica dos legados testamentários na

instituição e manutenção das mercearias..... 62

1.1 Mercearia de D. Maria de Aboim 62

1.2 Mercearia de Maria Esteves..... 68

1.3 Mercearia do Conde D. Pedro 73

1.4 Mercearia de Bartolomeu Joanes..... 77

Capítulo III – A vida hospitalar: tipos de cuidados aos pobres 81

1.1 A assistência médica..... 83

1.2 Assistência material 88

1.3 A ajuda espiritual 92

CONCLUSÃO 96

BIBLIOGRAFIA..... 98

INTRODUÇÃO

Ao longo da Idade Média, os cristãos pertenceram a uma sociedade complexa na qual a religião detinha um papel central¹. A caridade viria a tornar-se um dos primeiros deveres do cristão, mesmo se os diferentes estados, reinos e cidades passassem com o tempo a interpretar a pobreza, como um mal social, merecedor de uma atenção política.

Na tradição cristã, a assistência ocupa uma parte privilegiada das responsabilidades dos membros da Igreja. Inicialmente o provimento da assistência hospitalar, não estava na lista de prioridades, quer do poder central, o poder régio, quer do poder local, o concelhio. A existir, originava diretamente do domínio da Igreja ou em menor escala de físicos privados.

Ainda assim, observa-se, de forma gradual e sistemática, a partilha do fardo, suportado pela Igreja, da realização e manutenção da rede assistencial hospitalar existente. Os hospitais sob a influência da Igreja continuaram a ser a maioria, não obstante vemos surgir, desde o século XIII, com mais frequência instituições controladas por autoridades municipais e individuais².

O conceito do pobre medieval, era genérico e ambíguo, pois abrangia os epiléticos, os que sofriam de transtornos mentais, os afligidos por doenças venéreas, os órfãos, as jovens raparigas em idade de casar sem dotes, aos quais se juntavam os tradicionais, enfermos, peregrinos, os socialmente desprovidos e caídos em pobreza, os doentes crónicos, os inválidos, os deficientes motores, entre outros³.

A assistência hospitalar organizada prolifera por toda a Europa Cristã, muitas das vezes fora dos limites tradicionais episcopais, capitular e monásticos. Nesse particular, o intenso crescimento urbano vivenciado na cidade de Lisboa, constitui um quadro privilegiado para o estudo das instituições hospitalares de assistência aos pobres. O dinamismo económico de Lisboa, sem paralelo no reino português, contribuiu para que a cidade beneficiasse de numerosas instituições de assistência.

¹ LE GOFF, Jacques, *L'Europe est-elle née au Moyen Age?* Paris, Points, 2010, p. 88. Segundo este autor, na época medieval a religião era parte integrante da sociedade, tanto que o conceito atual do que era religioso, não existia, vindo apenas a surgir, já durante o século XVIII.

² THOMPSON, Augustine, *Cities of God, The Religion of the Italian Communes, 1125–1325*, Pensilvânia, Penn State University Press, 2005, p. 3. O autor, no seu estudo sobre as comunas italianas, argumenta que as ideias modernas de separação da Igreja e do Estado são anacrónicas, defendendo uma visão integrada da caridade na qual o religioso e o secular se interligavam continuamente numa variedade de níveis.

³ Sobre a vastidão do conceito, ver a lista elaborada por TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, *Pobreza e Morte em Portugal na Idade Média*, Lisboa, Editorial Presença, 1989, pp. 13-20.

O expansionismo populacional e económico sentido é, convém não deixar de frisar, apenas parte da equação. A promessa que o caminho mais rápido para a vida eterna passaria pela edificação de obras assistenciais, fez aumentar a procura da sociedade laica nesses “investimentos seguros”⁴.

Esses “investimentos” tinham nos pobres merecedores, os *Pauperes Christi*, os seus destinatários por excelência, aqueles que ao padecerem de uma deformação moral ou física, pudessem ser comparados ao sofrimento de Cristo, cuja imagem encarnavam.

A iniciativa dos leigos encontra nos legados testamentários uma evidência material, do contributo a título póstumo, que permitisse a correção das ações nem sempre pias praticadas ao longo da vida pelos testamenteiros. Assim criava-se um forte laço de solidariedade entre os vivos e os mortos e esse parece ter sido o mais forte catalisador da fundação de instituições hospitalares na cidade de Lisboa.

Essa mesma iniciativa beneficiava de um enquadramento teológico e espiritual, aportado pelas ordens mendicantes, entre as quais a dos Franciscanos, com o seu forte e concreto sentido do individual, e a sua concentração na noção do divino e humano aperfeiçoados na caridade e no amor, e na sua interpretação da teologia não como ciência do especulativo, mas antes como ciência com um sentido prático. Teologia enquanto ciência da perfeição na caridade. Não seguiam os franciscanos a doutrina que fez de Cristo modelo absoluto da vida Cristã? Não era Cristo o mais pobre entre os pobres?

A caridade, ou os encargos associados a esta, no período tardomedieval pode ser intuída em duas vertentes, por um lado os trabalhos corporais, por outro os trabalhos espirituais⁵. Os primeiros interessam, como o seu nome indica, os cuidados com o corpo, nomeadamente, vestir, alimentar, dar abrigo aos necessitados, olhar pelos enfermos e pelos prisioneiros, assim como conceder enterro aos defuntos. Não terá sido nesse espírito de acção que terão surgido as

⁴ Segundo a ideia expressa em LE BLÉVEC, Daniel, “Fondations et oeuvres charitables au Moyen Age”, in *Actes des congrès nationaux des sociétés historiques et scientifiques*, Nice, Éditions du CTHS, 1999, p. 13. A iniciativa dos leigos nessa centúria no Portugal Medieval foi estudada em ROSA, Maria de Lurdes, “A religião no século: vivências e devoções dos leigos”, in AZEVEDO, Carlos A. Moreira, Dir, *História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. I, 2000, pp 181-209.

A relação existente ente instituidor e motivação de instituir é igualmente desenvolvida por NOGUEIRA, José António “Algumas notícias acerca dos Hospitais existentes em Lisboa e suas proximidades antes da fundação do Hospital de Todos-os-Santos” In *Esparsos, arqueologia, etnografia, bibliografia e história*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1934, pp. 75-125; SALGADO, Anastásia e Abílio SALGADO “Hospitais de Lisboa até ao século XV, *Revista Oceanos*, 4 (1990), pp. 103-109.

⁵ CULLUM, P. H., “Spiritual and Bodily Works of Mercy,” in *A Companion to the Book of Margery Kempe*, eds. John H. ARNOLD and Katherine J. LEWIS, Cambridge, D.S. Brewer, 2004, p. 180.

instituições hospitalares patrocinadas pelas diferentes confrarias⁶ existentes na cidade de Lisboa, que proliferaram na cidade sobretudo a partir da centúria de trezentos e quatrocentos? Estas associações, assumindo um lugar de destaque no assistencialismo hospitalar, aspiravam a recuperar a solidariedade fraterna dos primeiros cristãos leigos através da distribuição de alimentos, roupas, dinheiro. Para isso, instituíam hospitais, de tamanho variável, compostos por leigos de ambos os sexos que procuram através da edificação de obras de caridade, propiciar mútuo socorro aos membros que as compunham, assim como obter a salvação da alma dos confrades.

De outro modo, os atos espirituais concentravam-se em atos mais contemplativos, que incluíam o ensino, a crítica ao comportamento dos pecadores, a liturgia, a capacidade e virtude de lidar com as ofensas e perdoar quem as afligiu, assim como proporcionar conforto aos que estão de luto. Os leigos concentraram primeiramente os seus esforços na prestação dos serviços corporais enquanto os clérigos, em consequência do seu saber estavam mais aptos a executar os trabalhos espirituais. Não se tratam contudo de conceitos estáticos, pois houve também um conjunto de ordens religiosas medievais que dedicavam parte ou a totalidade dos seus recursos na instituição de hospitais ou obras misericordiosas, dos quais se verificam alguns casos como o Hospital e do Convento da Santíssima Trindade, que foi sede da Ordem da Santíssima Trindade para a Redenção dos Cativos.

Certo é que a iniciativa dos leigos nos assuntos religiosos, tem na fundação de hospitais um dos seus exemplos mais flagrantes⁷. Para além dos grupos urbanos já referidos, estas iniciativas emanaram de forma quase exclusiva da nobreza e da burguesia enriquecida na qual se inclui a própria família real, que anexando à distribuição de esmola, criaram e geriram na maior parte dos casos pequenas instituições.

Os pobres, eram, conseqüentemente, uma parte integrante na economia da caridade e salvação, pelo que as instituições hospitalares postas à sua disposição, como tentaremos demonstrar, não constituíam um barómetro das doenças que afligiam a população medieval nem mesmo um fiel reflexo da espiritualidade da época, mas remetem sobretudo para uma

⁶ TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, *Pobreza e Morte em Portugal...*, p. 140. A autora faz uma importante listagem, pela qual estabelece uma fronteira entre as confrarias que proviam assistência hospitalar e as que não a proviam. Centraremos a nossa atenção somente nas confrarias que segundo as fontes recolhidas providenciaram assistência hospitalar. Assim, das instituições por nós levantadas, quase 50% eram da responsabilidade directa de confrarias.

⁷ RICCI, Giovanni, “Naissance du pauvre honteux: entre L’histoire des idées et L’histoire sociale”, *Annales, Economies, Societes, Civilisations*, 38 (1983), pp. 158-177. Este artigo que faz o estudo da natureza dos “pobres mercedores” e contribuiu significativamente para a compreensão e justificação do alargamento e inclusão no campo de estudo da assistência, dos membros das classes mais elevadas da sociedade medieval.

relação entre os instituidores e os pobres. Entre os vivos e os mortos. Da salvação da alma por intermédio da caridade.

A realização de um estudo de síntese sobre as instituições hospitalares que se edificaram em Lisboa entre o século XIII e o século XV, terá por base a documentação por nós levantada e compilada. Uma das primeiras questões a esclarecer será o polimorfismo terminológico registado nas referidas fontes, uma vez que as instituições assistenciais aí surgem como hospitais, albergarias, asilos de estudantes e/ou clérigos e/ou enfermos e/ou peregrinos e viajantes, e mercearias. Designando-os muitas das vezes de forma genérica ao longo do trabalho como hospitais, o primeiro capítulo providenciará no entanto uma oportunidade de procurar encontrar lógicas para tais designações.

Esta exposição terá por base, o trabalho elaborado pelos historiadores, os quais, a partir da década de 60 do século XX, começaram a explorar, não apenas a história dos hospitais individualmente, mas igualmente a vasta teia de intersecções existente entre as instituições hospitalares e a sociedade em que se inseriam. Neste campo, foi particularmente relevante, não apenas em França mas em toda a Europa, o trabalho produzido por Mollat⁸ e pelos seus seguidores.

As conferências realizadas em Lisboa nos inícios dos anos 70 subordinadas ao tema *A Pobreza e a Assistência aos Pobres na Península Ibérica durante a Idade Média* inauguram no nosso País, o estudo moderno do assistencialismo, através de uma nova abordagem historiográfica. Tornou-se uma obra de referência para todos aqueles que se dedicaram ao estudo da assistência em Portugal nas décadas seguintes. Contudo, ao contrário do que poderia esperar, a temática não suscitou nos anos seguintes o prosseguimento de reuniões magnas de investigadores ibéricos em torno da referida temática.

Ainda assim, seguiram-se alguns estudos de investigadores individuais ao longo dos anos 80 e 90, de entre as quais a obra de Maria José Ferro Tavares, *Pobreza e Morte em Portugal na Idade Média*⁹, onde a autora analisa a pobreza, a caridade e as instituições assistenciais. Mais recentemente, em 2003, foi publicada outra obra marcante para o estudo da assistência, *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, constituindo o seu segundo volume sobre o período

⁸ De entre alguns trabalhos de Michel Mollat, destacamos os seguintes, MOLLAT, Michel, “La notion de pauvreté au Moyen Âge : position de problèmes Michel Mollat”, *Revue d'histoire de l'Église de France*. Tome 52/149, 1966, pp. 5-23; *id.*, *Les Pauvres au moyen age*, Paris, Hachette, 1978, e também o seu contributo na obra, MOLLAT, Michel et Jean, IMBERT, *Histoire des Hopitaux en France*, Toulouse Editions Privat, 1982.

⁹ TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, *Pobreza e Morte em Portugal...*

anterior às Misericórdias um mar *magnum* de fontes e de informação sobre as diversas instituições de assistência hospitalar conhecidas no Portugal Medieval¹⁰.

Estas duas obras revelaram-se um fundamental instrumento de trabalho que nos guiou por diversos fundos documentais, além de incluírem alguma documentação publicada, à qual recorreremos.

Paralelamente aos estudos sobre a assistência em geral, têm sido também publicadas obras sobre instituições de assistência específicas. Destacamos o estudo de Bernardo Vasconcelos e Sousa, de 1990, sobre a propriedade das albergarias de Évora¹¹; o estudo de Maria Lurdes Rosa, no qual a autora analisou a instituição das fundações por parte de leigos, membros da elite urbana da cidade de Lisboa¹²; o de Luís Mata, de 2000, centrado no Hospital do Espírito Santo de Santarém, no qual o autor analisou a instituição sob diversos pontos de vista, desde o administrativo ao patrimonial, passando pelas relações entre os poderes¹³.

No caso concreto dos hospitais medievais lisboetas, contam-se diversos trabalhos dedicados *per se*¹⁴ a essas instituições. Destacam-se os trabalhos ancilares de Fernando da Silva Correia e de José Manuel Nogueira¹⁵, a monografia de Augusto da Silva Carvalho, a Crónica do Hospital de Todos-os-Santos¹⁶; os levantamentos sobre os Hospitais de Lisboa até ao século XV, de Anastácia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado¹⁷, ou o estudo de Cristina Moisés sobre os *Hospitais Medievais de Lisboa*¹⁸, publicado em 2012, na *Revista da Ordem dos Médicos*. Dignos de nota pelo seu carácter sintético constituem o verbete dedicado à assistência

¹⁰ *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* (coord. PAIVA, José Pedro), vol. 2 – *Antes da fundação das Misericórdias*, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2003.

¹¹ SOUSA, Bernardo Vasconcelos, *A Propriedade das Albergarias de Évora nos Finais da Idade Média*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.

¹² ROSA, Maria de Lurdes, “A religião no século...”, pp. 423-549.

¹³ MATA, Luís António, *Ser, Ter e Poder. O Hospital do Espírito Santo de Santarém nos finais da Idade Média*, Santarém, Magno Edições/Câmara Municipal de Santarém, 2000.

¹⁴ MARTINS, Miguel Gomes, “Entre a gestão e as ingerências: a administração hospitalar na Lisboa de Quatrocentos” in *João Afonso de Santarém e a assistência hospitalar escalabitana durante o Antigo Regime*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, pp. 144-159. Algumas informações inéditas igualmente em FARELO, Mário Sérgio, *A Oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, Tese de doutoramento em História Medieval, apresentada à Universidade de Letras de Lisboa, 2009.

¹⁵ CORREIA, Fernando da Silva, “Os Velhos Hospitais da Lisboa Antiga”, *Revista Municipal*, 10 (1941), pp. 3-13 e NOGUEIRA, José Maria António, “Algumas notícias acerca ...”, pp. 75-125

¹⁶ CARVALHO, Augusto da Silva Carvalho, *Crónica do Hospital de Todos-os-Santos*, Lisboa, Edição do V Centenário da Fundação do Hospital Real de Todos-os-Santos, 1992.

¹⁷ SALGADO, Abílio José e SALGADO, Anastácia Mestrinho, “Hospitais Medievais”, in *Dicionário da História de Lisboa*, dir. Francisco SANTANA e Eduardo SUCENA, Lisboa, Carlos Quintas & Advogados, 1994, p. 442-446; *id.*, “Hospitais de Lisboa...”, pp. 103-109.

¹⁸ MOISÃO, Cristina, “A Saúde e a Doença na Idade Média-Os Hospitais Medievais em Lisboa”, *Revista Ordem dos Médicos*, 133 (2012), pp. 68-82.

no *Dicionário da História Religiosa de Portugal*¹⁹, que tem muitas vezes o conteúdo enraizado em obras precedentes, entre as quais a do incontornável Fernando da Silva Correia, *Os Velhos Hospitais da Lisboa Antiga*²⁰, elaborada em inícios da década de 40 do século passado, ou a obra de Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga – Bairros Orientais*²¹, de meados da década de 30 também do século XX, os quais nem sempre operaram de acordo com a nova metodologia historiográfica.

Procurando responder aos nossos objetivos, estabelecemos como limites cronológicos da dissertação os séculos XIII e XVI. O *terminus ad quem*, o século XIII impõe-se a si mesmo na medida em que a documentação mais recuada que nos chega sobre as instituições medievais data deste período. O *terminus a quo* tem como limite o final do século XV, mais precisamente a fundação do Hospital Real de Todos os Santos, uma vez que empreender uma análise desta instituição implicava já a entrada no campo da modernidade, e uma incursão detalhada das reformas levadas a cabo, pelo rei D. João II, as quais alteraram significativamente o modelo medieval de assistência na cidade de Lisboa.

Não obstante, os limites apresentados não devem ser considerados totalmente estanques. Embora se trate de um período extenso, em alguns momentos houve a necessidade de recuar a séculos anteriores ao século XIII, em particular na análise de algumas instituições hospitalares de cariz monástico, como o hospital localizado no mosteiro de São Vicente de Fora, que existiria provavelmente desde os primórdios da sua fundação. Em outros momentos houve a necessidade de ultrapassar o século XVI, sobretudo na recolha de fontes. Com efeito, neste caso, recorreremos a duas obras, que se demonstraram úteis na identificação e enumeração de alguns dos estabelecimentos hospitalares outrora existentes em Lisboa, a saber: o *Sumario em que brevemente se contem algumas cousas, assim eclesiásticas como seculares, que há na cidade de Lisboa* de Cristóvão Rodrigues de Oliveira²², e a *Grandeza e abastança de Lisboa em 1552*, de João Brandão de Buarcos²³.

A documentação compulsada para atingir os objetivos a que nos propusemos e a responder às questões que nos foram surgindo, é constituída maioritariamente por diplomas,

¹⁹ SALGADO, Abílio José e, SALGADO, Anastácia Mestrinho, “Hospitais Medievais...” pp. 442-446. TAVARES, Maria Ferro, “ASSISTÊNCIA.I. Época Medieval” in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. A-C, Azevedo, Carlos Moreira, Círculo de Leitores, Lisboa, 2000, pp 136-140.

²⁰ CORREIA, Fernando da Silva, “Os Velhos Hospitais...”, pp. 3-13.

²¹ CASTILHO, Júlio de, *Lisboa antiga. Bairros orientais*, 2ª ed., Lisboa, S. Industriais da C. M. L., 1935-1936.

²² OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues, *Sumario em que brevemente se contem algumas cousas (assim eclesiásticas como seculares), que ha na cidade de Lisboa*. Prefácio de Augusto Vieira da Silva, Lisboa, Biblion, 1938.

²³ BUARCOS, João Brandão de, *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

nas quais se incluem testamentos de reis, rainhas, bispos, clérigos e leigos; mas também contratos de emprazamento, cartas de sentença, de mercê, e de concessão de privilégios. Pudemos igualmente contar sobre documentação concelhia e diplomas provenientes da Coroa e dirigidos às estruturas concelhias da cidade, sobretudo conservados no Arquivo Municipal de Lisboa e acedidos a partir dos instrumentos disponíveis, à semelhança dos *Documentos medievais (1179- 1383)*²⁴. Convém, salientar, no entanto, que a componente heurística foi deveras facilitada pelo manancial documental transcrito e ou sumariado no referido segundo volume da *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*²⁵.

De acordo com os temas a tratar, decidimos estruturar esta dissertação em três capítulos, que se dividem em subcapítulos com o intuito de simplificar a tarefa de organizar devidamente a informação, permitindo uma leitura mais ordenada e coesa, conforme os temas a tratar.

Assim, no primeiro capítulo, pretende-se efetuar um levantamento das instituições assistenciais hospitalares que dotavam a cidade de Lisboa e fazer o seu estudo, contribuindo para a compreensão da forma de organização do sistema de assistência hospitalar lisboeta e das suas transformações ao longo do período em estudo.

Trataremos para isso de sistematizar a história das diversas instituições, reconstrução que será elaborada tendo como ponto de partida, um conjunto simples e concreto de questões:: quando surgiram ou quando são registadas pela primeira vez na documentação compulsada, quem as fundou, a quem se destinavam e qual a sua finalidade. A resposta a estas perguntas, devidamente aprofundada, encerra em si importantes informações que permitirão uma melhor compreensão sobre a organização, a função e os limites das instituições hospitalares existentes no município de Lisboa, entre os séculos XIII e XV.

No segundo capítulo, que incide sobre a vida hospitalar, abordaremos a função social, espiritual e económica dos legados testamentários na instituição e manutenção das mercearias, à luz do estudo dos legados deixados por Maria Esteves, Bartolomeu Joanes, D. Maria de Aboim e D. Teresa Anes. Procuraremos explicar as motivações que presidiram ao estabelecimento dessas instituições e a quem tinham por destinatários. Será um exercício importante, na tentativa de perceber e de explicar o polimorfismo existente no conceito da pobreza e do pobre e o seu contexto na Idade Média.

²⁴ VIEGAS, Inês; Miguel, MARTINS, *Documentos medievais (1179-1383): Arquivo Municipal de Lisboa : catálogo*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2003.

²⁵ *Portugaliae Monumenta Misericordiarum...*

No terceiro capítulo, debruçar-nos-emos sobre a natureza dos cuidados médicos, corporais e espirituais disponibilizados pelas instituições hospitalares lisboetas, sabendo que este tema é dos aspetos menos explorados para a época medieval. Com efeito, na maior parte dos casos, os diferentes estudos sobre a assistência medieval, dedicados às instituições hospitalares, concedem uma importante atenção às localizações, dimensões, propriedades, despesas, ao nome dos seus fundadores e dos seus administradores, ao seu tipo de administração, deixando contudo um vazio de informações sobre os tratamentos que se prodigavam nessas instituições. Ainda que tais informações sejam caracterizadas por uma marcada parcimónia, valerá apenas aquilatar de que forma a rede hospitalar lisboeta funcionava nesse aspecto preciso.

Finalmente, a exploração e a compreensão dos tipos de cuidados postos ao dispor de quem procurava as instituições hospitalares é outro dos objetivos desta dissertação. Pretende-se neste particular a caracterização dos cuidados com o corpo e com a alma, a partir das formulações institucionais desenvolvidas para o efeito.

Capítulo I: As infraestruturas de assistência

De forma a organizarmos a informação sobre os hospitais respigados na documentação e na bibliografia compulsadas, decidimos produzir nesta secção do trabalho fichas individualizadas de cada uma das instituições ordenadas por séculos. Trata-se de uma formulação com alguma flexibilidade, uma vez que a mesma permite simultaneamente integrar informações inéditas e proceder à crítica das existentes. Relativamente às instituições inventariadas, estas resultam da investigação possível – sobretudo decorrente das limitações de tempo colocadas actualmente à elaboração de uma dissertação de mestrado nos moldes actuais, as quais sacrificam, como sabemos, qualquer veleidade de exaustividade heurística que o autor possa eventualmente ter. Ainda assim, temos consciência que uma investigação mais aprofundada e aturada poderá produzir a identificação de outros hospitais medievais em Lisboa. No entanto, cremos que o quadro geral não ficará afectado por tais novas informações e que os dados agora carreados poderão corporizar o essencial do que é possível abonar documentalmente sobre o assunto.

1.1 Século XIII

Hospital de São Vicente de Fora

Em concordância com o que nos é transmitido pela *Crónica da Ordem dos Cónegos Regrantes do Patriarca S. Agostinho*, o Mosteiro de São Vicente de Fora “*foi o lugar em que El-Rey D. Affonso Henriquez teve o seu arrayal, quando cercou Lisboa pêra a parte do Oriente da mesma Cidade no mais alto do bairro de Alfama fora dos muros velhos, que por esta razão conserva ainda o nome de S. Vicente de fora, sendo que está de dentro dos muros novos que fez El-Rey D. Fernando*”. Segundo a mesma fonte, depreende-se que “*teve este Mosteiro seu principio na Capella de N. Senhora da Enfermaria, & cemitério que se sagrou no dito lugar*”

*pêra enterro dos que morrião no cerco da dita Cidade, & finalmente que a ocasião de se fundar foi o voto que o dito Rey fez (...)*²⁶”.

O primitivo edifício de S. Vicente foi fundado no exterior dos muros da cidade de Lisboa, não muito depois da conquista da cidade, no qual se tinha instituído uma igreja dedicada à Virgem Maria e ao mártir São Vicente. Inicialmente adscrito à Ordem dos Premonstratenses, entre 1160 e 1162, a canónica viria a filiar-se em Santa Cruz de Coimbra, da Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho²⁷. Em 1206, encontrava-se sujeito à autoridade apostólica e isento da jurisdição do bispo de Lisboa.

Muitas são as referências reveladoras da importância que a assistência desempenhava dentro das instituições regulares²⁸. José Mattoso destacou o papel assistencial dos Cónegos Regrantes, nomeadamente no que respeitava a fundação de um hospital para pobres, alargando-se a sua acção social à doação de esmolas, ao auxílio de leprosos, à remissão de cativos, à contribuição para a construção de pontes e à ajuda aos peregrinos²⁹.

Esta última atribuição constituía uma forma de fortalecimento da coesão entre os seus membros na partilha e no crescimento da fé, ao ponto de vermos as peregrinações e os peregrinos tornarem-se objeto de disputa entre o poder espiritual e o poder temporal, fazendo muitas vezes as atividades ligadas à peregrinação objeto de legislação e de impostos, encontros diplomáticos e tratados³⁰.

Com o passar do tempo, ao lado dos mais importantes centros de peregrinação que eram Jerusalém, Roma, Santiago de Compostela, proliferaram outros locais de culto, na sequência da implantação e desenvolvimento da prática de agradecer, a algum santo na ajuda de alguma enfermidade e curas miraculosas³¹. Em Lisboa, por exemplo, desde o século XII existiam vários centros de devoção que possuíam inúmeras relíquias de santos, dos quais se destacam Sta. Justa,

²⁶ SEGURADO, Jorge, *Da Obra Filipina de São Vicente de Fora*, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, Presidência do Conselho de Ministros, Secretaria de Estado da Cultura, Direcção-Geral do Património Cultural, 1976, p. 19.

²⁷ SILVA, Carlos Guardado, *O Mosteiro de São Vicente de Fora - A comunidade regrante e o património rural (séculos XII-XIII)*, Lisboa, Edições Colibri, 2002, p. 21.

²⁸ SEROL, Maria Elisabete, *O Campo de Santa Clara, em Lisboa em Lisboa, Cidade, História e Memória | Um Roteiro Cultural, vol. I*, Dissertação de Mestrado em Estudos do Património, apresentado à Universidade Aberta, Lisboa, 2012, p. 13.

²⁹ MATTOSO, José, “O ideal de pobreza e as ordens monásticas em Portugal durante os séculos XI-XIII”, id., *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, 2ª ed, Lisboa, IN-CM, 2007, pp. 308-309.

³⁰ FINUCANE, R.C, *Miracles and Pilgrims: Popular Beliefs in Medieval England*, New York; St. Martin's, 1995, p. 82.

³¹ RIVAS, J. Barreiro, *La función política de los caminos de peregrinación en la Europa medieval: estudio del Camino de Santiago*, Madrid, Tecnos, 1997, p. 17 e MARTINS, Mário, *Peregrinações e livros de milagres na nossa Idade Média*, Lisboa, Edições Brotéria, 1957, pp. 41-52.

S. Gens, Sto. Anastácio, S. Plácido, S. Manços (na Sé e noutros templos), S. Veríssimo, Sta. Máxima e Sta. Júlia (no mosteiro de Santos), S. Félix, Sto. Adrião e Sta. Natália (no mosteiro de Cheias), entre outros, todos mártires da tradição hispânica³².

O mosteiro de São Vicente de Lisboa não escapou igualmente a esta tradição, uma vez que este acolheu algumas das relíquias do mártir, tornando-se destino de peregrinação de primeira importância na referida cidade. A criação de rotas nas quais os locais de peregrinação exerciam uma grande influência, viria a ser então de extrema importância na estruturação do espaço e das atividades económicas da população medieval. Neste sentido devemos compreender também o que representava as relíquias de São Vicente presentes no Mosteiro que lhe deu o nome. Como assinala Aires Augusto Nascimento e Saul António Gomes, "*as relíquias de Vicente são garantia não só de superação das tensões urbanas, mas também de uma prosperidade coletiva*"³³.

Não é líquido que o fluxo de peregrinos tenha contribuído diretamente para o engrandecimento patrimonial do Mosteiro de São Vicente de Fora³⁴. Contudo, não deixa de ser verdade que instituições religiosas com a canónica vicentina acabaram por lucrar com tais legados³⁵. Para o caso que é o nosso, o importante é que as relíquias atraíram homens, mulheres e crianças que procuraram cura para as suas doenças. O extenso rol dos milagres de S. Vicente, oportunamente levado a cabo por Mário Martins, englobam curas miraculosas de paralisias, casos neurológicos, traumatismos, de doentes oriundos de Portugal e mesmo de fora do reino³⁶. Perante tais exemplos, não será impossível que a canónica tenha providenciado à assistência de tais pacientes. Em termos de estruturas assistenciais, sabemos que D. Paio Gonçalves, Prior-Mor do mosteiro de S. Vicente de Lisboa, enquanto responsável construção e supervisão do hospital, informou-se junto do prior de Santa Cruz de Coimbra, algures entre 1172 e 1205 ou

³² NASCIMENTO, Aires Augusto; GOMES, Saul António, "*S. Vicente de Lisboa e seus milagres medievais*" Edições Didaskalia, Lisboa, 1985, pp. 73-95 e SILVA, Carlos Guardado, *O Mosteiro de São Vicente de Fora...*, p. 77.

³³ NASCIMENTO, Aires Augusto; Saul António, GOMES, S. Vicente de Lisboa..., p. 77 e SILVA, Carlos Guardado, *O Mosteiro de São Vicente de Fora...*, p. 41.

³⁴ Esta casa religiosa foi beneficiada desde o seu início com grandes privilégios, entre os quais se contam a isenção episcopal e entrega de avultadas doações. Os Priores do Mosteiro seguiram ainda uma agressiva política de aquisições engrossando valiosamente o seu património rural, essencialmente com terrenos de alta fertilidade, próximos das linhas de água e das redes de comunicação, numa rentável política de exploração agrícola, que contribuiu para o crescimento dos lucros do mosteiro. SEROL, Maria Elisabete, *O Campo de Santa Clara...*, p. 112.

³⁵ Sofia Boto faz o levantamento de 32 cartas de doação, ao passo que Carls Guardado da Silva faz referência, à política da aquisição de património rural no alfoz de Lisboa e termos vizinhos durante os séculos XII e XIII, o que vem reforçar a ideia de ter sido um Mosteiro abastado. BOTO, Sofia, *A colegiada de São Julião de Frielas: a organização do seu património fundiário do século XIV*, dissertação em História apresentado à Universidade de Letras de Lisboa, 2011, p. 45; SILVA, Carlos Guardado, *O Mosteiro de São Vicente de Fora...*

³⁶ MARTINS, Mário, *Peregrinações e livros...*

1208, sobre o modelo de gestão e de sustentabilidade económico do Hospital dos Cónegos Regrantes conimbricenses³⁷.

Gafaria de S. Lázaro de Lisboa

As doenças e enfermidades durante a Idade Média não eram fenómenos facilmente controláveis, sobretudo quando se tratavam de epidemias geradoras de uma mortandade maior do que aquela que as sociedades medievais estavam habituadas. Lisboa não fugia à regra, pelo que nela se encontram estruturas de enquadramento de apoio aos sofredores de flagelos como a lepra.

Das doenças que grassavam em geral no ocidente europeu, a lepra era das que mais flagelo causava, sobretudo por ter sido inicialmente pouco conhecida na Europa Ocidental³⁸. Embora mencionada frequentemente na Alta Idade Media, o fenómeno teve a sua face mais visível no número considerável de estabelecimentos criados para leprosos, designados gafarias ou leprosarias instituídos pelos monarcas ou pelos municípios. Estas instituições conheceram uma expansão rápida no continente europeu entre os séculos XI-XII, atingindo o seu apogeu durante o século XIII, na sequência do aumento da população suscitado pelo desenvolvimento económico sentido na centúria de Duzentos em diversos pontos da Cristandade.

Tais surtos demográficos propiciaram a acelerada criação de focos habitacionais que conduziram a condições de propagação de doenças, entre elas a lepra. O número elevado de leprosarias na Europa medieval sugere que a doença era comum³⁹, pelo que se poderá pensar que a lepra acabou por fazer parte integrante da vida das referidas cidades. Como no caso de Lisboa, esse facto implicou que a gafaria assumiu um papel na convivência social entre os habitantes sãos e os indivíduos doentes, pelo que estas foram objecto da atenção dos poderes locais e mesmo centrais

Para além disso, as gafarias destacam-se pelo facto de se conservarem por vezes parte dos seus acervos documentais, pelo que estes são os estabelecimentos assistenciais hospitalares

³⁷ MOISÃO, Cristina, “*Os Hospitais Medievais...*”, p. 78.

³⁸ SINGER, Charles, “A Thirteenth Century Clinical Description on Leprosy”, *Journal of the History of Medicine* 4 (1948), pp. 237-239.

³⁹ BÉRIOU, Nicole, “Les lépreux sous le regard des prédicateurs d’après les collections de sermons ad status du XIIIe siècle”, in *Voluntate dei leprosus : Les lépreux entre conversion et exclusion aux XII^e et XIII^e siècles*, Spolète, Centro italiano di studi sull’alto medioevo, 1991, p. 37.

que mais atenção historiográfica receberam, nomeadamente através dos casos de Manuel Sílvio Conde, para a Gafaria de Santarém⁴⁰, de Ângela Beirante dedicado à Gafaria de Évora⁴¹ e, mais recentemente, a gafaria de S. Lázaro de Lisboa e de Coimbra, estudadas monograficamente por Rita Luís Sampaio da Nóvoa⁴² e de Ana Rita Rocha⁴³.

O que torna as gafarias no geral e a de São Lázaro de Lisboa em particular relevante para o nosso estudo das instituições hospitalares, é o facto de estas serem instituições focalizadas em indivíduos que sofriam de uma enfermidade específica.

Não são claras as origens da gafaria lisiponense. Se os trabalhos clássicos de Freire de Oliveira, de Silva Carvalho e de Silva Correia apontam para uma fundação antes da conquista da cidade em 1147, a investigação recente não aduz abonos documentais concretos anteriores a 1325, data em que Ousenda Leonardes lhe concede, no seu testamento, “*vinte soldos para os gafos de São Lázaro*”⁴⁴. No entanto, parece claro que a instituição é anterior a essa data, pois em 1300 um documento se refere aos “gafos de Lisboa”, enquanto em 1313 existe um comendador dos gafos de Lisboa, sinal de uma qualquer estruturação dessa instituição⁴⁵.

Uma outra incógnita subsiste, desta feita relacionada com a entidade que esteve por detrás da constituição da leprosaria. De acordo com a tradição historiográfica iniciada por Freire de Oliveira e seguida posteriormente, teria sido o município de Lisboa o responsável pela edificação da instituição⁴⁶. Avaliando os processos fundacionais de outras gafarias portuguesas como, por exemplo, a de Santarém, no qual os núcleos concelhios desempenharam um papel ativo, não é de excluir a hipótese de a fundação da leprosaria lisboeta ter efetivamente contado com a participação do concelho⁴⁷.

As dúvidas subsistem igualmente no que refere ao local onde foi edificada a leprosaria. Rita da Nóvoa, seguindo as indicações de Freire de Oliveira, propõe que o estabelecimento

⁴⁰ CONDE, Manuel Sílvio Alves, “Subsídios para o estudo dos Gafos de Santarém (Séculos XIII-XV)”, separata de *Estudos Medievais*, 8 (1987), pp. 90-170.

⁴¹ BEIRANTE, Maria Ângela, “A Gafaria de Évora”, in *O ar da Cidade: Ensaios de História Medieval e Moderna*, Lisboa, Edições Colibri, 2008, pp. 235-251.

⁴² NÓVOA, Rita Sampaio da, *A Casa de São Lázaro de Lisboa – Contributos para uma história das atitudes face à doença XIV – XV*, dissertação de mestrado em história medieval, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, 2010.

⁴³ ROCHA, Ana Rita Saraiva, *A institucionalização dos leprosos: o Hospital S. Lázaro de Coimbra nos séculos XIII a XV*, dissertação de Mestrado em História, apresentado à Faculdade de Letras de Coimbra, Coimbra, 2011.

⁴⁴ Arquivo Nacional/Torre do Tombo (doravante ANTT), *Hospital São José*, liv. 1188, fl. 19v-24v (traslado de 1752).

⁴⁵ NÓVOA, Rita Sampaio da, *A Casa de São Lázaro de Lisboa....*, p. 70.

⁴⁶ *Ibidem*.

⁴⁷ *Ibidem*, p 71. No caso de Santarém consultar, CONDE, Manuel Sílvio Alves “*Subsídios para o estudo...*” pp 99-170.

situava-se desde a sua origem na atual Rua de São Lázaro sita nas imediações do Campo de Santa Ana⁴⁸. Por sua vez Fernando da Silva Correia localiza a gafaria, primitivamente construída na freguesia dos Mártires, na parte mais alta da Rua Nova do Almada, sendo depois transferida para a Rua de São Lázaro aquando da construção da cerca fernandina⁴⁹. Como no caso de tantos outros estabelecimentos assistenciais de Lisboa, os autores citados não apresentaram muitas vezes as bases documentais para justificar as suas asserções, pelo que não é possível comprovar ou contestar muitas das afirmações feitas. A única referência que possuímos com certeza remete para um documento de 1414, no qual podemos ler que a leprosaria terá sido construída, fora dos muros da cidade, sem que se explicita o local exato da sua ereção⁵⁰.

A organização administrativa do hospital de São Lázaro de Lisboa viu-se, durante o período medieval, no centro de uma frequente luta de influências políticas, envolvendo a Coroa, o concelho através dos seus representantes, os mesteiros e por fim a Igreja, no sentido de procurarem manter, recuperar, aumentar ou adquirir capacidade de intervenção na gestão da leprosaria⁵¹.

O hospital era composto por um conjunto de funcionários que tinham como responsabilidade a sua manutenção, sendo do foro do concelho nomear o provedor e o escrivão da gafaria, que tinham a seu cargo a gestão dos recursos económicos do hospital, assim como o controlo da disciplina dos residentes e ainda a escolha dos candidatos à entrada no estabelecimento⁵². Ao longo do século XIV a orgânica poderá ter evoluído de um comendador para um provedor. O carácter de exclusividade deste estabelecimento assistencial hospitalar poder-se-à notar no momento da entrada dos leprosos nesta instituição, uma vez que não partia de uma imposição – situação análoga, aliás, aos restantes estabelecimentos – mas antes de uma triagem. Os representantes concelhios deviam ainda auditar as ações do provedor, com o propósito de garantir que este último cumprisse devidamente as suas tarefas⁵³.

Não obstante, sabemos que a leprosaria de Lisboa se manteve em funções pelo menos até finais do século XIX, o que sugere que terá sido uma das que gozaram maior longevidade,

⁴⁸ OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Elementos para a história do município de Lisboa*, tomo XIV, Lisboa, Typographia Universal, 1904, p. 538.

⁴⁹ CORREIA, Fernando da Silva, *Origens e formação das Misericórdias portuguesas*, Lisboa, Henrique Torres, 1944, p. 338.

⁵⁰ NÓVOA, Rita Sampaio da, *A Casa de São Lázaro de Lisboa ...*, p. 73.

⁵¹ *Ibidem*, p. 74.

⁵² *Ibidem*, p. 74.

⁵³ *Ibidem* p. 75.

ou seja sete séculos de existência. Seguindo um movimento semelhante aos hospitais para gafos de Évora e Santarém, parece ter sido alheia ao movimento de unificação dos estabelecimentos assistenciais que teve lugar em princípios do século XVI, não tendo sido anexada ao Hospital Real de Todos os Santos. Manteve-se sob a supervisão do concelho de Lisboa até 1844, altura em que, de acordo com Eduardo Freire de Oliveira, passou para as mãos da Comissão administrativa da Santa Casa da Misericórdia e do Hospital Real de São José⁵⁴.

Hospital da Santíssima Trindade

O convento da Santíssima Trindade de Lisboa pertencia à Ordem da Santíssima Trindade para a Redenção dos Cativos, mais comumente denominada de Ordem dos Trinitários ou dos Trinos, tendo sido também a sede da Ordem em Portugal. A Ordem fundada em França em 1198, por São João da Mata e São Félix de Valois, tinha como vocação primordial a libertação dos prisioneiros e dos escravos cristãos em posse dos muçulmanos, o que propiciou uma sólida relação entre a Ordem e a monarquia portuguesa⁵⁵. Pese embora a primazia dada ao socorro e auxílio dos prisioneiros cativos, esta Ordem desenvolveu uma atividade em várias outras áreas assistenciais, sendo que diversos conventos disponham de instalações hospitalares para tratamento não apenas de cativos mas também de peregrinos⁵⁶.

Os Trinitários encontravam-se já no reino luso antes de 1207, uma vez que ocorre nessa altura a doação por D. Sancho I da ermida de Nossa Senhora da Abóbada, em Santarém. O monarca alberga-os nos paços régios durante o tempo de construção do seu convento⁵⁷. Pouco depois, por volta de 1218, a Ordem encontraria acolhimento em Lisboa, na sequência do apoio prestado pelo seu filho, o rei D. Afonso II, justamente no momento em que a cidade deixa de constituir um local de fronteira pela conquista cristã de Alcácer do Sal. A originalidade e o interesse deste estabelecimento assistencial medieval, como sublinha Anastácia Mestrinho

⁵⁴ *Ibidem* p. 75.

⁵⁵ Nos testamentos de vários monarcas entre os quais D. Afonso II, da rainha D. Beatriz ou da rainha D. Isabel e de membros da elite lisboeta, entre os quais Maria Esteves, encontram-se especificamente quantias destinadas à redenção de cativos. MOTA, António Brochado, *Testamentos régios - primeira dinastia (1109-1383)*, dissertação de mestrado em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011, p. 139.

⁵⁶ CIPOLLONE, Giulio, *Cristianità - Islam: cattività e liberazione in nome di Dio. Il tempo di Innocenzo III dopo il 1187*, Roma, Editrice Pontificia Università Gregoriana, 1996, pp. 345-384 e FARINHA, António Dias, *Portugal e Marrocos no século XV*, vol. I, Lisboa, dissertação de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1990, p. 27.

⁵⁷ FONTES, João; SERRA, Joaquim; ANDRADE, Maria, *Inventário dos Fundos Monástico Conventuais da Biblioteca Pública de Évora*, Lisboa, Edições Colibri, 2010, p. 153.

Salgado e Abílio José Salgado, reside do facto desta ser uma instituição “*destinada aos cativos que tivessem sido remidos*”⁵⁸.

Não obstante a ausência de documentação que nos permita afirmar com total convicção os destinatários dos cuidados fornecidos pela enfermaria, sabemos que a Rainha Santa Isabel se interessou pela instituição, ao ponto de a dotar com dinheiro para a reedificação e ampliação da igreja, e que poderá ter ajudado a melhorar o hospital⁵⁹. Este poderia ser para uso da Ordem e porventura para uso de elementos externos à Ordem ainda que não haja dados concretos que o permitam aferir. Contudo é plausível considerar que os cuidados se estendessem, dentro dos moldes disponibilizados que incluía abrigo por um determinado número de dias e possivelmente uma refeição quente, a pobres ou enfermos necessitados⁶⁰.

Em 1561, o estabelecimento assistencial junto ao Convento foi reedificado e ampliado⁶¹, não tendo sido objeto de anexação ao Hospital Real de Todos os Santos.

Hospital dos Palmeiros

Se tivermos em consideração o relato de Cristóvão Rodrigues de Oliveira⁶², a fundação do Hospital dos Palmeiros deve ser compreendida dentro do contexto da peregrinação e da muitas vezes insuficiente infraestrutura assistencial oferecida aos peregrinos, mesmo sabendo da existência de estabelecimentos que procuravam responder ao sofrimento e as necessidades daqueles que imbuídos pelo espírito cristão, na procura de salvação das suas almas, utilizavam a fé como força motriz para a remissão dos seus pecados. Qualquer que fosse o destino e o santuário a visitar, o peregrino seria estrangeiro, um viajante, fora do seu elemento natural de todos os dias⁶³, sendo plausível que estivesse consciente à vez do carácter excepcional da sua missão e dos riscos que a mesma implicava.

⁵⁸ SALGADO, Abílio José; SALGADO, Anastácia Mestrinho, “Hospitais Medievais...”, p. 110.

⁵⁹ ANTT, *Convento da Santíssima Trindade de Lisboa*, liv. 9, 14, 20.

⁶⁰ Tais cuidados são referidos para o caso de Norwich, como afirmou Carole Rawcliffe, aquando de uma aula de seminário, no Gresham College de Londres, “The forme and functions of medieval hospitals”. Não é de descartar a hipótese de tais procedimentos poderem ser curso igualmente em Portugal. [Em linha. Consul. 13 Dezembro 2013] Disponível em <http://www.gresham.ac.uk/lectures-and-events/part-two-the-form-and-function-of-medieval-hospitals>.

⁶¹ OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues, *Sumário...* p. 55.

⁶² *Ibidem*, p 55.

⁶³ O testamento de Domingos Pires, mercador de Braga, efetuado em Abril de 1272, antes de partir em peregrinação a Santa Maria de Rocamador é uma manifestação clara dos perigos que tal compromisso acarretava. MARQUES, José, “Os santos dos caminhos Portugueses”, *Revista da Faculdade de Letras*, Porto,

O Hospital dos Palmeiros seria desta forma uma das instituições assistenciais reconhecidas por prestar auxílio aos que se dirigissem à Terra Santa, em clara associação com aquelas instituições de assistência presentes nos oásis dos desertos. Segundo a tradição, o Hospital dos Palmeiros em Lisboa surgiu pela mão de um grupo de peregrinos ingleses, provavelmente de regresso da Terra Santa⁶⁴. Por outro lado temos a informação que o estabelecimento fora fundado por iniciativa de cruzados ingleses que ajudaram na tomada da cidade. No entanto, Cristina Moisão remete a data da sua fundação para antes de 1292⁶⁵ enquanto outras fontes indicam simplesmente uma fundação no século XIII⁶⁶. Algures no tempo, passou a ser administrado por uma confraria, estando esta em funções desde pelo menos 1324⁶⁷.

Apesar dos silêncios que rodeiam esta instituição, Anastácia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado, utilizando a planta de Lisboa anterior ao terramoto de 1755 de José Valentim de Freitas, datada de meados do século XIX⁶⁸, situam-o ao sul da Igreja da Madalena, na antiga rua do Hospital dos Palmeiros⁶⁹, afirmando que possuía casas na "*Rua Direita que vai para Santa Barbara, junto ao poço que está além dos meninos órfãos*"⁷⁰, localização confirmada através de um contrato de empraçamento de 1399 ao Mosteiro de Santos-o-Novo⁷¹.

Sem ser possível aferir a natureza dos cuidados prestados, ou as dimensões do hospital, sabemos que esta instituição conheceu um longo período de existência. D. João V confiou a administração do estabelecimento à Congregação do Senhor Jesus dos Perdões⁷² e, em 1628, assiste-se à transformação do antigo retiro para peregrinos e viajantes, com a finalidade de recolhimento de meninos perdidos⁷³. Finalmente em 1755, quase cinco séculos após a sua fundação, o Hospital dos Palmeiros viria a sofrer um fatídico incêndio, em consequência do terramoto⁷⁴.

Porto, III Série, 7 (2006), p. 253.

⁶⁴ CORREIA, Fernando da Silva, "*Os Velhos Hospitais...*" p. 11-12.

⁶⁵ MOISÃO, Cristina, "*Os Hospitais Medievais...*" p. 80.

⁶⁶ *Portugaliae Monumenta Misericordiarum...*, p. 443.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 143.

⁶⁸ FREITAS, José Valentim de, 1791-1870 [Planta de Lisboa anterior ao Terramoto]: [estudos parciais e planta]. - [Escala não determinada] [entre 1850 e 1860?] [Em linha. Consul. 14 Junho 2015] Disponível em <http://purl.pt/20086>.

⁶⁹ SALGADO, Abílio José; SALGADO, Anastácia Mestrinho, "*Hospitais Medievais...*", p. 105.

⁷⁰ *Ibidem*.

⁷¹ ANTT, *Mosteiro de Santos-o-Novo*, nº 215. Disponível em <http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=4249069>

⁷² MOISÃO, Cristina, "*Os Hospitais Medievais...*" p. 80.

⁷³ *Ibidem*, p. 80.

⁷⁴ *Ibidem*, p. 80.

Hospital de D. Domingos Jardo, de S. Paulo, S. Clemente e Santo Elói de Lisboa ou dos Lóios

D. Domingos Jardo foi bispo da cidade de Lisboa entre 1289 a 1293, após uma entronização repleta de peripécias⁷⁵. Antes de assumir o bispado, para o qual tinha sido já nomeado anteriormente, D. Domingos ocupou a cátedra de Évora e parece ter igualmente desempenhado um papel importante na fundação da universidade portuguesa⁷⁶. Terá sido um clérigo próximo de D. Afonso III, assumindo as funções de conselheiro, e posteriormente chanceler-mor de D. Dinis. Foi ainda como prelado de Évora que recebeu a autorização régia de D. Dinis para fundar uma instituição assistencial em Lisboa⁷⁷. Situado junto ao castelo na freguesia de S. Bartolomeu, o colégio de S. Paulo, S. Clemente e Santo Elói de Lisboa constituiu-se ao longo da década seguinte, ficando a supervisão a cargo do abade de Alcobaça e a sua administração quotidiana a um provedor⁷⁸. Servido por doze capelães, segundo as informações avançadas por Carlos Guardado da Silva, a instituição passou em 1442 aos cónegos de S. João Evangelista, por influência do Infante D. Pedro⁷⁹.

A partir desta altura, poder-se-á apelidar a instituição de um colégio-hospital⁸⁰. Provavelmente depauperado por alineações patrimoniais, a passagem para a administração regular permitiu-lhe adquirir um rico património disperso pela cidade e termo de Lisboa, que incluía casas localizadas nas principais ruas da cidade, lojas e propriedades fundiárias, como se pode verificar no tombo dos bens de Santo Elói, de 1447, onde ficaram anotados cinquenta e sete registos de casas do colégio localizadas nas freguesias mais centrais da cidade⁸¹.

⁷⁵ A.D. de Sousa Costa publica a bula de nomeação da Domingos Anes Jardo para Lisboa, exarada em 7 de Outubro de 1289, por Nicolau IV. Sobre esta questão, veja-se COSTA, António Domingos de Sousa, “Concílio Provincial de Compostela”, pp. 394-395, bem como VENTURA, Leontina, *A nobreza de corte de Afonso III*, dissertação de doutoramento em História - policopiada, Coimbra, 1992, vol. II, pp. 765-766 e PIZARRO, José Augusto, *Linhagens Medievais Portuguesas, Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, Dissertação de Doutoramento em História, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. II, p. 237, o qual faz referência a uma primeira tentativa de eleição em 1283, tendo sido eleito Estevão Anes de Vasconcelos.

⁷⁶ PIZARRO, José Augusto, *D. Dinis, 1ª Dinastia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, p. 139.

⁷⁷ *Ibidem*, p. 140.

⁷⁸ COSTA, António Domingos de Sousa, “Hospitais e albergarias na documentação pontificia da segunda Metade do século XV” in *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*, Tomo I, Lisboa, IAC, 1973, pp. 261-263.

⁷⁹ *Ibidem*, pp. 261-263.

⁸⁰ Esta designação encontra-se em diversas documentação imitada pela autoridade apostólica sobre a instituição, publicada em COSTA, António Domingos de Sousa, “*Hospitais e albergarias na documentação...*”, pp. 293-295. *Portugaliae Monumenta Misericordiarum...*, p. 145.

⁸¹ Este levantamento foi feito por PINA, Maria Isabel Pessoa Castro, *Os Loios em Portugal: Origens e primórdios da Congregação dos Cónegos Seculares de São João Evangelista* Dissertação de Doutoramento em História, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de Lisboa 2012, p. 136.

Usufruindo assim de avultados rendimentos, este estabelecimento apresentava uma vitalidade económica que a maior parte das instituições assistenciais lisboetas não possuía. Apesar disso, não é líquido que este hospital tenha continuamente prosperado, apesar das acções desenvolvidas por alguns dos seus provedores, como nos é possível aferir pelos dados carreados por Isabel Castro Pina.

Os desafios que muitos dos hospitais por nós estudados tinham de enfrentar incluíam fatores de instabilidade externa e interna, que contribuíam para a sua fragilização económica e por conseguinte a sobrevivência a médio prazo. Entre os fatores que exerciam instabilidade interna temos de incluir as falhas de consciência e escrúpulos de alguns dos seus provedores, designados *a priori* para proteger e administrar os interesses da instituição, embora na realidade, assumissem em alguns casos uma postura de desinteresse, de laxismo e mesmo de usurpação de bens para uso pessoal⁸².

Certo é que foram previstas movimentações para reconstruir o hospital e reformar as suas infraestruturas, na direção de manter o número de escolares e merceeiros determinado. Logo em 1443, o bispo D. João Vicente, na sua qualidade de superior da congregação, procurou reforçar os privilégios do colégio, alegando o estado impróprio dos edifícios. Para isso obteve de D. Afonso V contrapartidas financeiras que incluíram a isenção da dízima e da portagem sobre qualquer bem que chegasse a Santo Elói, entre os quais se destaca pela sua relevância a madeira, necessária para a reparação da igreja e das casas pertencentes ao colégio e ao convento⁸³.

Cristina Moisão assinala que a instituição se destinava a vinte merceeiros, seis estudantes e quinze meninos de escola⁸⁴. Nada nos faz suspeitar da veracidade da afirmação, ainda que não tenhamos tido o ensejo de conhecer a sociologia desses merceeiros. Porém e por intermédio da documentação consultada, é possível adicionar a informação de que, por essa altura, os estudantes pertenceriam à Congregação.

A circunstância de dispor de uma localização privilegiada, junto à Alcáçova do Castelo, fez do convento de Santo Elói uma das instituições acompanhadas de perto pelo poder régio. Nesse local realizaram-se várias vezes reuniões do braço da nobreza em cortes⁸⁵. O convento albergava a principal escola de gramática da Congregação e funcionava como enfermaria

⁸² PINA, Maria Isabel Pessoa Castro, *Os Loios em Portugal...*, p. 88. Um dos exemplos mais flagrantes foi o de Rodrigo Amado, tendo sido aparentemente dois exemplos de indisciplina e de abuso de poder as razões para a sua saída da congregação.

⁸³ *Ibidem*, p. 90.

⁸⁴ MOISÃO, Cristina, “*Os Hospitais Medievais...*” p. 79.

⁸⁵ PINA, Maria Isabel Pessoa Castro, “*Os Loios em Portugal...*”

especializada, a qual foi alargada em 1482⁸⁶, com boticário e físico próprio, onde acorriam os doentes das outras casas quando a gravidade da sua doença o justificava⁸⁷.

A 19 de Março de 1446, foi a vez da rainha D. Isabel manifestar o seu apreço pela Congregação dos Lóios, evidenciando zelo pelos destinos do convento de Santo Elói, associando-se a D. João Vicente e aos demais cónegos, numa nova súplica ao papa Eugénio IV para que se fixasse em vinte o número de escolares beneficiados pelo hospital⁸⁸, já que um número superior de elementos tornaria o mesmo inviável. Em 1448, D. João Vicente solicitou a anexação ao colégio da igreja de S. Bartolomeu, edificada junto ao mesmo⁸⁹.

Um vasto património, a intervenção de uma poderosa congregação de cónegos, que mais tarde e por meio de D. João III, ficaria responsável pela administração do próprio Hospital Real de Todos os Santos⁹⁰, o testemunho da confiança régia que gozava havia longo tempo, não foram razões suficientes para impedir sucessivas delapidações da instituição. Poder-se-á pensar que, mais que uma instituição fundada originalmente com funções assistenciais e educacionais, os Lóios conceberam-na como um *locus* de poder.

Será impreciso catalogar esta instituição, à semelhança de muitas outras equivalentes suas na cidade de Lisboa, como um local onde grupos indistintos de pobres poderiam encontrar um abrigo e receberem cuidados, que não de forma pontual. Os elementos recolhidos levam-nos a pressupor a existência de um critério de aceitação dos merceeiros, e desta forma o estatuto social era um princípio eliminatório e discriminatório ao seu acesso.

O convento, hospital, mercearia e colégio de S. Paulo, S. Clemente e Santo Elói de Lisboa, não foi integrado no Hospital Real de Todos os Santos, permanecendo sob controlo da Congregação dos Lóios durante um longo período, até meados do século XIX, quando o convento e os bens foram incorporados nos Próprios da Fazenda Nacional⁹¹.

⁸⁶ “despejando a casa dos departamentos que fique a casa dianteira toda hua com iiij leitos bem aparelhados de tudo necessareo”, (ANTT, *Manuscritos da Livraria*, liv. 523, fl. 6)

⁸⁷ PINA, Maria Isabel Pessoa Castro, “*Os Loios em Portugal...*” p. 171.

⁸⁸ *Ibidem*, p. 171.

⁸⁹ *Ibidem*, pp. 55-57.

⁹⁰ CARMONA, Mário Reis, *O Hospital Real de Todos-os-santos da cidade de Lisboa*, Porto, Tip. Imp. Portuguesa, 1954, p. 194.

⁹¹ ANTT, *Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, m. 36, [Em linha. Consult. 16 Junho 2014]. Disponível em <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=1461704>.

Hospital dos Meninos

Como resultado dos efeitos da pressão demográfica e da crise económica sentidas na Cristandade a partir do século XII, as crianças, de acordo com Albini, "*pagaram o preço*"⁹² pela pobreza crónica das classes mais baixas. Esse preço manifestava-se de diversas formas. Logo à partida, no aumento do número de abandonos, consequência da pobreza urbana que conheceu uma acentuada pressão⁹³, mas também no número de viúvas com crianças ao seu cargo com manifestas dificuldades materiais, ou ainda em pais sem bens suficientes para prover às suas filhas com dotes de casamento.

Em Lisboa tais circunstâncias de pressão demográfica que fizeram chegar à urbe "*muitas e desvairadas gentes*"⁹⁴, conjuntamente com o ciclo de fomes resultantes das crises cerealíferas e epidemias que correram o país, fizeram com que o número de pobres aumentasse, sem que tenhamos qualquer informação quantitativa sobre a real amplitude do fenómeno. Assim, como forma de assistir crianças expostas na cidade de Lisboa, fundou-se o Hospital dos Meninos, destinado a abrigar meninos órfãos e enjeitados⁹⁵ por ordem, de D. Beatriz, mulher de D. Afonso III⁹⁶.

A data exata da sua fundação não é conhecida, embora em 1254 uma carta régia ordena que seja dado ao *Hospitali Puerorum Vlixbonensis* um casal situada em Verdelha⁹⁷. De acordo com Augusto da Silva Carvalho, situava-se na Mouraria, próximo da Capela de Nossa Senhora da Saúde, na Rua Direita da porta de São Vicente, possuindo igreja própria⁹⁸.

Não temos conhecimento da existência de regimento deste Hospital. Contudo parecem bastante verosímil que o mesmo tenha sido substancialmente próximo daquele pertencente

⁹² ALBANI, Guiliana "I bambini nella società lombarda del Quattrocento al Seicento" em *La famiglia e la vita quotidiana in Europa dal '400 al '600. Fonti e problemi*. Atti del convegno internazionale, Milano, Archivi di Stato, 1983, p. 312.

⁹³ "Immigration to the town not only maintained urban population levels but led to rapid urban growth, particularly in the larger cities. Medieval towns varied enormously in size, from the metropolis of international standing to the local market town that was scarcely more than a village". FORGENG, Jeffrey Daily, *Life Through History*, California, Greenwood Publishing Group, 1999, p. 174.

⁹⁴ GRAÇA, Luís, *Hospitais e Outros Estabelecimentos Assistenciais até ao Final do Século XV*, 2000. [Em linha], [Consult. 13 Maio 2014]. Disponível em <http://www.ensp.unl.pt/luis.graca/textos71.html>.

⁹⁵ *Ibidem*, pp. 10-11.

⁹⁶ CORREIA, Fernando da Silva, "*Os Velhos Hospitais...*", pp. 10-11.

⁹⁷ *Portugaliae Monumenta Misericordiarum...*, pp. 424-425.

⁹⁸ CARVALHO, Augusto da Silva, *Crónica do Hospital de Todos-os-Santos...*, p. 284. Segundo Fernando da Silva Correia, situava-se "na Mouraria, fora da muralha, no sitio da atual Rua da Mouraria, na proximidade da capela da Senhora da Saúde". CORREIA, Fernando da Silva, "*Os Velhos Hospitais...*", pp. 10-11.

ao Hospital dos Meninos em Santarém⁹⁹ fundado mais tarde em inícios do século XIV. Nesse se colhe a definição de «crianças engeitadas», a saber, “...aquelles, que algumas mulheres conceberam, e tanto, que os parem com medo, e com vergonça, ou outros seos grandes pecados, querendo ante perder as Almas, que lhi lo saberem, e mandam-nos deitar pelas augoas, e pellas carreiras, e pellas carcovas, e pollos rios, e em outros lugares hu os nam possam achar senam de ventura; e asy se perdiam as almas suas, e daquelles, que asy deitavam, que morriam, sem baptismo”¹⁰⁰.

Trata-se de uma instituição assistencial hospitalar com características próprias, destinada a crianças abandonadas, enquadrando-se no conjunto de estabelecimentos assistenciais especializados, aos quais se podem incluir as leprosarias e os asilos para incuráveis.

Para além da sua fundação, o Hospital dos Meninos manteve fortes ligações à família real, abonando o seu património, como vimos, ou legando-lhe dinheiro, como aconteceu com D. Dinis no clausulado do seu testamento de 1299¹⁰¹ e mais tarde com a sua mulher, a rainha D. Isabel¹⁰². Esta ligação torna-se ainda mais forte quando D. João I tomou sob sua proteção a guarda do hospital, com todos os seus herdamentos, gados e outros bens¹⁰³. As informações referentes às receitas do hospital e da sua contabilidade não são abundantes, embora se saiba que a Rainha D. Catarina, mulher de D. João III, o restaurou e ampliou legando-lhe diferentes quantias.

No século XV, os seus administradores acumulavam as funções de provedoria com outros encargos no oficialato régio. A título exemplificativo, Rodrigo Esteves, que havia sido recebedor da chancelaria da casa do cível, foi provedor da instituição¹⁰⁴. Nesta particular, seria relevante a ligação da instituição à família real, expressa por exemplo na nomeação em 1463 para a provedoria de Álvaro do Casal, escudeiro de D. Afonso V, substituindo João Afonso, amo e cavaleiro da casa real¹⁰⁵. É provável que esta nomeação de Álvaro do Casal estivesse

⁹⁹ SILVEIRA, Luís, *Os três poderes de uma causa pia na Idade Média Portuguesa: - O exemplo do Hospital dos Inocentes de Santarém*, Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Aberta, Lisboa, 2009, p. 28 [Em linha, Consult. 03 Setembro 2014]. Disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/1464>.

¹⁰⁰ *Ibidem*, p. 28.

¹⁰¹ *Portugaliae Monumenta Misericordiarum...*, p. 248.

¹⁰² “Item mando ao Hospital dos Meninos de Lisboa cem libras”. Datado de 1336, Julho 5, Estremoz Segundo testamento da rainha D. Isabel, FIGANIÈRE, Frederico Francisco de la Visconde de Figanière – *Memórias das rainhas de Portugal, Dona Thereza a Santa Isabel*. Lisboa: Typographia Universal, 1859, doc. XXVII, 283.

¹⁰³ *Portugaliae Monumenta Misericordiarum...*, p. 150.

¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 161.

¹⁰⁵ *Ibidem*, p. 172.

relacionado com uma qualquer má gestão, visto que, sensivelmente pela mesma altura, o monarca encarrega o mesmo indivíduo de averiguar sobre o estado dos bens do dito hospital, muitos dos quais andavam sonegados, não se pagando as rendas devidas¹⁰⁶.

O conteúdo desta carta não deixa de ser revelador dos problemas económicos que muitos estabelecimentos assistenciais hospitalares enfrentaram, mesmo aqueles que se encontravam sob supervisão real. Os problemas económicos não deixariam, pois, de influir no desejo de D. João II, consagrado na bula *Iniunctum nobis* do papa Inocêncio VIII, de 21 de fevereiro de 1486, de unir os diversos hospitais de pobres e de meninos abandonados de cada cidade ou povoação insigne de seus reinos e domínios ao hospital maior de cada localidade¹⁰⁷.

O cuidado em preservar os direitos e os bens dos órfãos é algo que a documentação compulsada permite-nos comprovar¹⁰⁸, sobretudo através da forma pela qual devem ser dados tutores aos órfãos, referida num outro documento da primeira metade do século XV¹⁰⁹.

Fernando Silva Correia faz referência à ampliação e restauro das suas instalações por ordem de D. Catarina, mulher de D. João III, indicando na mesma ocasião que a instituição para crianças foi incorporada no Hospital de Todos os Santos¹¹⁰.

Hospital de Santa Maria das Mercês

Pertencia aos sapateiros de correia e odreiros, situava-se na freguesia da Madalena, abaixo das Pedras Negras¹¹¹. Documentação de finais do século XV e início do século seguinte precisa a sua localização, seja na rua de João Cotrim (1496), seja na rua das Pedras Negras (1501)¹¹² Não temos notícia da data precisa da sua fundação, embora Carlos Guardado da Silva

¹⁰⁶ TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, *Pobreza e Morte em Portugal...*, p. 135.

¹⁰⁷ Forma pela qual o rei D. Duarte Toma os hospitais e albergarias. *Ordenações del Rei Dom Duarte*. Edição preparada por Martim de ALBUQUERQUE e Eduardo Borges NUNES, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, p. 231.

¹⁰⁸ *Ibidem*, pp. 139-140.

¹⁰⁹ *Ibidem*, pp. 138-139.

¹¹⁰ CORREIA, Fernando da Silva, “*Os Velhos Hospitais...*” pp. 10-11.

¹¹¹ *Ibidem*, pp. 10-11; ANTT, *Leitura Nova. Livro 1º da Estremadura*, fl. 148-149v (1493?) e fl. 264v-266 (1497); *Livro 6º da Estremadura*, fl. 127v-129 (1496)

¹¹² ANTT, *Leitura Nova. Livro 2º da Estremadura*, fl. 233-234v (1496); *Livro 9º da Estremadura*, fl. 148v-150.

aponte para 1283¹¹³. Fernando da Silva Correia indica que foi incorporado no Hospital de Todos os Santos¹¹⁴.

Hospital de São Vicente dos Romeiros

Com os túmulos em Roma, as visitas, aos apóstolos Pedro e Paulo, passaram a ser de uma importância capital no ciclo das peregrinações medievais, os “romeiros” assim designados os peregrinos que “*em sentido estrito... aqueles que vão a Roma*”¹¹⁵ contribuíram para a criação de uma rede de caminhos, albergues e hospícios. A documentação consultada não nos permite contudo avançar se a instituição de São Vicente dos Romeiros estaria relacionado com os mesmos, embora seja muito provável.

Sem a designação de «Romeiros», o hospital de São Vicente encontra-se referido em testamento datado da segunda metade do século XIII. Nele, Elvira Soares deixa ao hospital de S. Vicente «um leiro com uma cócedra e com uma almocela e com um chumaço e com 2 lençóis»¹¹⁶. Este legado, provavelmente destinado a acolher uma pessoa no âmbito da instituição, repete-se na centúria seguinte, agora com o legado em monetário. Em 1314, caba a Pedro Mendes, morador na Alcáçova de Lisboa, deixar «senhas libras» ao referido hospital¹¹⁷. Dois anos mais tarde, Maria Martins, mulher de João Anes Samapaio, cavaleiro e vizinho de Lisboa, deixa ao hospital de S. Vicente dos *Romeus* a soma de 5 libras. Significativamente, ela justifica esse legado pelo facto de aí ser confrada¹¹⁸.

Pela mesma altura, surgem igualmente na documentação referências a propriedades que confrontam com o hospital de S. Vicente. Assim acontece em 1313, quando o comendador dos Gafos de Lisboa escamba com o prior de Sta. Maria da Alcáçova de Lisboa uma casas que os gafos que confrontavam com o referido hospital e a oriente e a sul com o adro da Sé¹¹⁹.

¹¹³ SILVA, Carlos Guardado, *Lisboa Medieval – a organização a e estruturação do espaço urbano*, Lisboa, Edições Colibri, 2008, p. 282.

¹¹⁴ CORREIA, Fernando da Silva, “*Os Velhos Hospitais...*” pp. 10-11. Este facto é confirmado por um documento de 1501. ANTT, *Leitura Nova, Livro 9º da Estremadura*, fl. 148v-150v (em traslado de 1503).

¹¹⁵ MARQUES, JOSÉ, *Peregrinos e peregrinações medievais...*, p. 4.

¹¹⁶ ANTT, *Mosteiro de Sta. Maria de Chelas*, m. 10, nº. 189.

¹¹⁷ Arquivo da Cúria Patriarcal de Lisboa, *Livro da Capela de Maria Esteves*, liv. 1, nº. 9.

¹¹⁸ ANTT, *Colegiada de Sto. Estevão de Alfama de Lisboa*, m. 10, n. 188

¹¹⁹ IANTT, *Mesa da consciência e Ordens. Convento de S. Bento de Avis*, m. 3, n. 328.

Curiosamente, este prior acabará por deixar ao hospital, segundo o seu testamento de 1328, a soma de dez maravedis¹²⁰.

Mais tarde, D. Afonso V concede aos mordomos e confrades do Hospital de São Vicente a devolução de vários dos seus bens, alienados no seguimento de um contrato de emprazamento efetuado do tempo do rei D. João I a Rui de Andrade, meirinho joanino¹²¹. Confirma-se nesse documento a sua localização, próximo da Sé¹²².

È de salientar que Estêvão Martins, provedor dos hospitais e capelas de Lisboa chegou a fazer audiência dentro do hospital, como aconteceu em 27 de Abril de 1498¹²³.

1.2 Século XIV

Hospital de Santo Eutrópio, de S. Mateus, Paio Delgado e João das Regras.

O Hospital de Santo Eutrópio é um exemplo tradicional das fundações de assistência hospitalar dos séculos XIV e XV. Fernando da Silva Correia e J. M. Nogueira atribuem a fundação desta casa assistencial a D. João Soares Alão, clérigo do rei e bispo de Silves, em 21 de Agosto de 1309¹²⁴ na freguesia de S. Bartolomeu de Lisboa. Essa data correspondia à "*sentença do Morgado de S. Matheus, e Santo Eutrópio, feito pelo Bispo D. João Alão, sobre os encargos delle...*" publicada por teatino António Caetano de Sousa, a partir da qual se regista a possibilidade de albergar quatro merceeiros, juntamente com o hospital, na capela de Santo Eutrópio, que o referido bispo tinha mandado erigir na igreja de São Bartolomeu de Lisboa¹²⁵. Hospital e capela formavam um conjunto de obras pias por parte de particulares, vocacionadas

¹²⁰ Biblioteca Nacional de Portugal, COD. 139, fl. 183-194v (*maxime* fl. 189).

¹²¹ ANTT, *Leitura Nova. Livro 8º da Estremadura*, fl. 207v-208.

¹²² *Ibidem*, através de um contrato de aforamento de 1498 e novamente referida a localização "edificado junto da Sé". ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 32, fl. 17-17v; *Leitura Nova, Livro 1º da Estremadura*, fl. 28-29v; *Livro 9º da Estremadura*, fl. 93v-95 (1494).

¹²³ ANTT /TT, *Leitura Nova, Livro 9º da Estremadura*, fl. 13-15v.

¹²⁴ CORREIA, Fernando da Silva, "*Os Velhos Hospitais...*", p. 11.

¹²⁵ SOUSA, António Caetano de, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Vol. I, Coimbra, Atlântida-Livraria Editora, Lda, 1946, p. 142.

para abrigar e manter quatro pobres envergonhados, dos dois sexos, segundo o que foi apurado por Anastácia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado¹²⁶.

A albergaria de Paio Delgado “*que foi bom Cavalleiro & honrado, & se achou com elRey Dom Afonso o Primeiro na tomada de Lisboa. Fundou a Albergaria, que se dizia de seu nome, a qual, segundo boas conjeituras, estava na Freguezia de S. Bertholameu de Lisboa*”¹²⁷ é considerada como uma das mais antigas casas assistenciais da cidade, porquanto fundada quase imediatamente após a conquista da cidade de Lisboa, por Paio Delgado, um dos notáveis da cidade nessa altura¹²⁸. Anastácia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado apontam como data de fundação da instituição o ano de 1154¹²⁹. No entanto, para o nosso propósito importa sublinhar que os seus administradores foram até os sucessores diretos de Paio Delgado. Significativamente, a posse da sua administração foi julgada como suficientemente importante para que a família juntasse a designação de «Albergaria» à sua identificação linhagística¹³⁰.

As instituições foram doadas em 1386, assim como os respetivos morgadios, a João das Regras e à sua mulher D. Leonor da Cunha, pelo serviço prestado à causa de D. João I, na ocasião que levaria o Mestre de Avis a subir ao trono. Este legista obteve ainda a incorporação do Hospital de S. Mateus¹³¹. Esta anexação faria aumentar de forma apreciável o número de merceeiros assistidos, o que conduziria a uma alteração dos originais quatro elementos albergados por D. João Alão. Da documentação consultada não conseguimos extrair o número exato de merceeiros que esta instituição albergaria. No entanto, se admitirmos como correto o número de vinte merceeiros avançado por Fernando da Silva Correia¹³², tal situação colocaria a instituição como uma das maiores do seu tempo, dedicadas ao cuidado de pobres merceeiros, pessoas de berço, que tinham visto a sua posição social fragilizar-se e que dependiam destas instituições para continuarem a subsistir condignamente.

¹²⁶ SALGADO, Abílio José; SALGADO, Anastácia Mestrinho, “Hospitais Medievais...”, p.107.

¹²⁷ BRANDÃO, António, *Collecção Dos Principaes Auctores Da Historia Portugueza*, Livro X, Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1806, p. 248.

¹²⁸ Sobre o hospital fundado por Paio Delgado “fildago que se achou na tomada de Lisboa” e considerado a altura um dos principais na cidade, as fontes que nos chegaram são manifestamente escassas, praticamente inexistentes. Cristina Moisés dá conta da integração da albergaria, nos últimos anos do séc. XIV ou primeiros do séc. XV, por uma mercearia instituída por João das Regras. MOISÃO, Cristina, “*Os Hospitais Medievais...*” p. 71.

¹²⁹ SALGADO, Abílio José; SALGADO, Anastácia Mestrinho, “Hospitais Medievais...”, p. 109.

¹³⁰ SOUSA, António Caetano de, *Provas da História Genealógica...*, t. XI, p. 463. Contudo essa incorporação não é coeva, uma vez que a documentação trecentista alude a Lopo Soares, Senhor da Albergaria de Paio Delgado. ANTT, *Colegiada de S. Julião de Frielas*, m. 1, n. 85 (1339).

¹³¹ ANTT, *Colegiada de Sto. Estêvão de Alfama de Lisboa*, m. 8, n. 151.

¹³² CORREIA, Fernando da Silva, “*Os Velhos Hospitais...*”, p. 12.

Cartas de doação, datadas do último quartel do século XIV, localizavam o Hospital de Santo Eutrópio na “*freguisia de sam bertolameu*”¹³³. Na segunda década do século XVI, o hospital pertencia a D. Pedro de Castro, conde de Monsanto e alcaide de Lisboa que atribuiu privilégio de isenção de determinados pagamentos e encargos a todos os caseiros, foreiros e lavradores da instituição¹³⁴. A permanência nas mãos de elementos da nobreza leva-nos a considerar que não tenha sido integrado no património do Hospital Real de Todos os Santos.

Hospital de Bartolomeu Joanes

Bartolomeu Joanes, mercador lisboeta de grosso trato que acumulou uma fortuna considerável¹³⁵, instituiu em 1342 nessa mesma cidade, junto à Sé, um hospital para “*pobres bons e envergonhados, daqueles que tiveram algo e caíram em pobreza*”¹³⁶. Em 1365, um desses merceeiros, de nome Gomes Fernandes, havia sido morador em Frielas¹³⁷. Carecemos de informações que nos permitam confirmar a sua anexação ao Hospital de Todos os Santos. O documento mais tardio que possuímos desta instituição, data de 1521, e atribui a Pêro Fernandes de Serpa, o privilégio de ser o único administrador da capela instituída por Bartolomeu Joanes¹³⁸.

Hospital D. Afonso IV e de D. Beatriz

Instituição assistencial de fundação régia, o Hospital de Afonso IV e da sua mulher D. Beatriz inseria-se perfeitamente no conjunto das fundações do século XIV e XV. Em sintonia com a capela régia, colocava à disposição de um conjunto de pobres honrados, os merceeiros,

¹³³ *Chancelarias Portuguesas : D. João I. Vol. 1, Tomo 3, (1384-1388)* Edição preparada por João José Alves DIAS; Transcrições de Pedro PINTO; Revisão de A. H. de Oliveira MARQUES e de João José Alves Dias Lisboa. Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa. 2005, p. 175.

¹³⁴ ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 44, fl. 114v [Em linha], [Consult. 13 Maio 2014]. Disponível em <http://digitalq.arquivos.pt/details?id=3880714>.

¹³⁵ FARELO, Mário Sérgio, *A Oligarquia camarária de Lisboa...*, p. 194.

¹³⁶ ROSA, Maria de Lurdes, “A religião no século...”, p. 467. Um documento de 1380 refere casas «a so» a porta sé, as quais confrontam com o hospital de Bartolomeu Joanes. ANTT, *Convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa*, liv. 1, fl. 159v.

¹³⁷ ANTT, *Colegiada de S. Julião de Frielas*, m. 1, n. 22.

¹³⁸ ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 44, fl. 78 Carta de privilégio [Em linha], [Consult. 11 Fevereiro 2014]. Disponível em <http://digitalq.arquivos.pt/details?id=3880486>.

o apoio material de que estes careciam. Em contrapartida, estes prestavam um consciencioso contributo espiritual em benefícios dos fundadores da instituição. Como afirma Maria de Lurdes Rosa, D. Beatriz ao instituir a mercearia o faz, manifestando a aspiração de “*anulação do pecado pela dádiva e a proteção de Deus e dos santos como recompensa da devoção dos homens*”¹³⁹.

Por testamento de D. Afonso IV e D. Beatriz, em 1342 e 1354, é instituído um hospital “*no qual se mantenhaõ para sempre vinte e quatro pobres; convem a saber, doze homens bons e doze boas mulheres pellos bens da Rainha, de bons costumes, e de boa fama, e vergonha*”¹⁴⁰ na “*freguesia da see... casas do sprital d el rrey dom affonso da boa memorea...*”¹⁴¹.

Era aos pobres envergonhados que este hospital devia o propósito de existir, pessoas com carências materiais que mostravam-se incapacitadas para preservar o seu estatuto social, ainda que, em razão desse mesmo estatuto, estivessem condicionados em assumir publicamente a sua pobreza e por extensão de pedir. Contudo, não seriam admitidos aqueles que sofressem de alguma enfermidade ou doença: “*se forem aleijados, ou em outra guisa doentes de tal dor que non seja esperança de guarida*”¹⁴².

O Hospital de D. Afonso IV e D. Beatriz, assim como as restantes mercearias existentes, não devem ser comparados com o modelo atual de um hospital, o qual tem como função primacial, conceder ao paciente a cura das suas enfermidades. Mais do que prover cuidados médicos a quem deles requeresse, esta instituição assistencial tinha por critério basilar de recrutamento a condição social dos seus elementos, com as quais se comprometia a fornecer um local confortável, seguro, limpo e tranquilo a quem o frequentava. Os merceeiros deste estabelecimento tinham direito a um pagamento diário de três soldos e treze côvados de valentina de dezoito em dezoito meses para vestir¹⁴³. No testamento de 1358, D. Beatriz alterou a quantia do mantimento das mulheres: passavam a receber dois soldos todos os dias e vinte libras, a cada uma, de dezoito em dezoito meses, para vestir, calçar e camisas.¹⁴⁴ Relativamente a esta última questão, é importante sublinhar que o casal régio havia determinado instruções precisas para as peças de vestuário masculino a comprar: pelotes, cajas, copinetes e dois pares

¹³⁹ ROSA, Maria de Lurdes, “A religião no século...”, pp. 464-465.

Chancelarias Portuguesas: D. João I. Vol. III, Tomo 2, Lisboa. Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa. 2006.

¹⁴⁰ *Chancelarias Portuguesas: D. João I*, vol III... p. 26.

¹⁴¹ *Ibidem*, p. 27.

¹⁴² MENINO, Vanda, *A rainha D. Beatriz e a sua Casa...*, p. 257.

¹⁴³ *Chancelarias Portuguesas: D. João I*, vol. III..., p. 28.

¹⁴⁴ MENINO, Vanda, *A rainha D. Beatriz e a sua Casa...*, p. 258.

de calças, ao passo que as mulheres tinham uma maior liberdade de escolha e deveriam receber três libras cada uma por ano para vestirem “*o que lhe cumprir*”, o que reflete um cuidadoso preparo. Temos conhecimentos que os merceeiros dispunham de um dormitório com camas bem aparelhadas¹⁴⁵.

Em contrapartida existia um conjunto de regras bem definido, quer para os capelães que tivessem como missão oficial os serviços religiosos da capela, quer para os merceeiros que a elas tinham que assistir, numa comunhão entre direitos e responsabilidades. Em caso de incumprimento das diferentes disposições, os merceeiros podiam inclusivamente ser expulsos da instituição sendo colocado um outro pobre em seu lugar¹⁴⁶.

Como vimos e apesar de não ser este o eixo principal da responsabilidade desta instituição, certos cuidados médicos eram dispensados. Em caso de doença, os merceeiros que habitavam no Hospital de D. Afonso IV tinham acesso a um físico, o qual devia ser convocado pelo provedor, e permaneceriam num espaço diferente dos restantes merceeiros¹⁴⁷. Temos também a informação que, enquanto permanecessem enfermos, não auferiam do dinheiro destinado ao seu mantimento diário, uma vez que este seria facultado pelo hospital, tal como os remédios e o físico¹⁴⁸.

De forma a preservar a memória dos monarcas, uma vez estes falecidos, era ao provedor que caberia a responsabilidade de zelar pelo cumprimento do que tinha ficado registado em testamento, no hospital e na capela. Para assegurar a perenidade de tais determinações, a ordenação do hospital ficou conservada em várias instituições, a saber na Sé de Lisboa, no Mosteiro de S. Francisco de Lisboa, no Mosteiro de S. Vicente de Fora, sendo uma cópia entregue a D. Afonso IV, outra a D. Beatriz. Depois da morte do casal régio, uma das cartas seria entregue ao provedor da capela e hospital, ficando outra para os futuros reis “*para poderem bem requerer, e fazer cumprir esta nossa ordenação*”¹⁴⁹.

¹⁴⁵ "Mandamos que a cada hum desses pobres lhes dem sendos leitos e roupa aguizadamente em que durmaõ sendas colchas, almadragues sendas almueallas, e sendas cabeçaõs com penna; e dous pares de Camões, e hum alfabar, e huã cuberta de bavel; e desque a esta roupa, e lleytos permussados em maneyra que non possom escuzadamente escusar outros, demlhes o nosso Provedor, e a guiza que haja para sempre esse leyto, e camas em que durmaõ aguizadamente, como dito he." *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa...*, pp. 335-341.

¹⁴⁶ MENINO, Vanda, *A rainha D. Beatriz e a sua Casa...*, p. 258.

¹⁴⁷ *Ibidem*, p. 258.

¹⁴⁸ TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, *Pobreza e Morte em Portugal na Idade Média*. Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 131.

¹⁴⁹ MENINO, Vanda, *A rainha D. Beatriz e a sua Casa...*, p. 259.

Mais tarde, em data que não foi possível precisar, D. Afonso IV "*aparta o seu spital do da Rajnha*"¹⁵⁰ separando dessa forma ambas as instituições, ficando a instituição a ser administrado por um provedor específico. A pedido de D. Beatriz a seu filho, o provedor do seu hospital passou a gozar das mesma liberdades e isenções que o de D. Afonso IV¹⁵¹.

Na partilha das responsabilidades entre as duas instituições, o Hospital de D. Beatriz ficou com a obrigação de manter doze mulheres, cinco capelães e metade de todas as despesas. Para que nada faltasse ao mantimento do hospital¹⁵², a rainha legou um conjunto de bens que deveriam ser administrados pelo provedor, nomeadamente algumas das suas quintas, vinhas e herdades do seu senhorio, das quais tirava rendimentos fixos¹⁵³. Mediante a quantidade e a qualidade dos bens legados para a manutenção do hospital, podemos considerar tratar-se de uma instituição abastada¹⁵⁴, o que não nos causa qualquer admiração atendendo ao estatuto social dos fundadores.

O hospital e a capela de D. Afonso IV beneficiaram certamente de diversas doações, das quais se destaca a relativa a todos os bens doados ao monarca por Fernão Sanches, seu irmão, detidos em Santarém e seus termos¹⁵⁵.

O testamento de D. Afonso IV permite, de igual modo, perceber a lógica de funcionamento do hospital fundado pelo monarca. A administração do mesmo seria concedida a um provedor, o qual deveria ser "*homem bem rico, e de boa nomeada, e ser de Lisboa*"; pertencendo à família real a responsabilidade de nomear os provedores e monitorizar o seu desempenho "*despos mortos, seja posto, e deposto, se cumprir pello Infante D. Pedro nosso filho primeiro herdeiro, e pólos Reys de Portugal, que delle descenderem, aos quaes nós*

¹⁵⁰ TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, *Pobreza e Morte em Portugal...*, p. 132.

¹⁵¹ *Chancelarias Portuguesas : D. Pedro I, (1357-1367)* Edição preparada por A. H. de Oliveira Marques; Transcrições A. H. de Oliveira Marques, Iria Gonçalves e de Maria José Pimenta Ferro Tavares, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, p. 1984, pp. 585-586.

¹⁵² ROSA, Maria de Lurdes, "A religião no século...", pp. 464-465. Era, pois, necessário preservar o estatuto moral destas mulheres caídas na pobreza, uma vez que no meio urbano a sua posição era bastante frágil, pelo que rapidamente poderiam ver-se em situações de acrescida degradação económica e social.

¹⁵³ *Ibidem*, p. 543; Algumas das quintas, vinhas e herdades do senhorio da rainha encontravam-se anexados ao seu hospital e capela. Para manutenção dos mesmos, a soberana mandou os respectivos provedores venderem alguns dos seus bens móveis e de raiz para pagamento das dívidas do hospital e da capela. Infelizmente, não são referidos quais foram esses bens, *Chancelarias Portuguesas : D. Pedro I...*, p. 312.

¹⁵⁴ Os seus bens porem, necessitam de ser protegidos, em particular dos poderosos «que procuravam herdades, quintas, vinhas e outros bens anexos ao seu hospital e capela de Lisboa, não fossem obrigados por nenhum poderoso a dar roupa, palha, galinhas, lenha, ou outras coisas contra a sua vontade, nem sofressem qualquer outro género de constrangimentos, por forma a livremente lavrarem e aproveitarem os ditos bens para os capelães e pobres do dito hospital e capela poderem haver os seus mantimentos e vestes como devem». *Chancelarias Portuguesas : D. Pedro I...*, pp. 136-137, e *Portugaliae Monumenta Misericordiarum...*, p. 139.

¹⁵⁵ ANTT *Gavetas*, Gav. 1, mç. 7, n.º 4. [Em linha. Consult. 08 Janeiro 2015]. Disponível em <http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=4612253>.

rogamos pella bênção de Deus, e nossa q' façam cumprir e guardar esta nossa ordenhação como em ella hé conteúdo".¹⁵⁶ Não será por isso surpreendente que vejamos na referida provedoria homens ligados ao serviço do monarca, à semelhança de Pedro de Abreu, cavaleiro da casa do rei, encontrando-se este a exercer a provedoria em 1472¹⁵⁷.

Hospital Espírito Santo da Alcáçova, da Rainha

É possível associar o Hospital da rainha, objeto da desagregação do hospital régio referido anteriormente, ao Hospital do Espírito Santo da Alcáçova, na freguesia de Santa Cruz do Castelo¹⁵⁸. O documento mais antigo que conhecemos sobre a sua existência data de 1332, quando se faz referência a "*uma casa na alcáçova de Lisboa, a par do hospital da rainha*". Dois outros contratos de emprazamento, um de 1335¹⁵⁹ e outro 1338¹⁶⁰, reforçam a localização. Era designado também por Hospital da Rainha, foi favorecido por D. Afonso IV, o qual deu licença "*a D. Beatriz, sua mulher, de comprar herdamentos que rendessem oitocentas libras, para se manter o hospital feito na alcáçova de Lisboa*"¹⁶¹". Fernando da Silva Correia indica que a instituição hospital era administrada por uma confraria e que, posteriormente, foi incorporada no Hospital Real de Todos os Santos¹⁶².

¹⁵⁶ Testamento do Senhor Rey D. Affonso IV. Está no Archivo da Sé de Lisboa, Liv. 2. de Testamentos, e Capellas, p. 26, Publicado em *Provas da História Genealógica da Casa real Portuguesa*, ..., pp. 335-341.

¹⁵⁷ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 97v-98.

¹⁵⁸ CORREIA, Fernando da Silva, "*Os Velhos Hospitais...*", pp. 10-11.

¹⁵⁹ ANTT, *Colegiada Sta. Cruz do Castelo de Lisboa*, m. 2, n.º. 73.

¹⁶⁰ *Ibidem*, m. 2, n. 75.

¹⁶¹ ANTT, *Gavetas*, Gav. 1, m. 4, n.º. 15 [Em linha. Consult. 2 Fevereiro 2015]. Disponível em <http://digitalq.arquivos.pt/details?id=4680065>.

¹⁶² CORREIA, Fernando da Silva, "*Os Velhos Hospitais...*", pp. 10-11

Hospital D. Maria de Aboim

D. Maria de Aboim, em testamento datado de 1337, institui nas casas onde habitava, “*as Portas de Santo Antão*”¹⁶³, perto de S. Domingos, um hospital onde residiam dez mulheres pobres, de boa nomeada¹⁶⁴.

Estas mulheres deviam ter um comportamento irrepreensível antes e durante a sua estadia na instituição assistencial, pelo que recebiam para sua alimentação *dezoito dinheiros diários, seis côvados anuais de pano de Valência para se vestirem e vinte soldos para calçado e camisas, tendo direito, de dois em dois anos, a um “cerame”*¹⁶⁵, nome atribuído a capas ou mantos que cobriam todo o vestuário, utilizado por homens e mulheres da classe popular. Em contrapartida as merceeiras deviam estar presentes às missas e orações ditas na capela de D. Maria, por sua intenção e rezar por alma da sua benfeitora¹⁶⁶.

O hospital detinha no século XV vários quintais, um deles com um poço e uma torre, para além de quatro boticas, o que indica a preparação de componentes medicinais. Ao lado do hospital, numas habitações pertencentes a este, morava o provedor¹⁶⁷, que tinha entre as suas funções a gestão do estabelecimento.

Administrada pelo Município de Lisboa¹⁶⁸ durante a primeira parte da sua existência, a sua provedoria foi atribuída em 1482 a João Álvares Portocarreiro, por D. João II, juntamente com a administração do Hospital do Conde D. Pedro. Fernando da Silva Correia refere a incorporação do estabelecimento fundado por intermédio D. Maria de Aboim¹⁶⁹ no Hospital de Todos os Santos em inícios do século XVI¹⁷⁰.

¹⁶³ FERRO, M. J. Pimenta, “Nótulas para o estudo da assistência hospitalar aos pobres, em Lisboa: os hospitais de D. Maria de Aboim e do Conde D. Pedro” in *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas das 1^{as} Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, tomo I, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1973, p. 373.

¹⁶⁴ TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, *Pobreza e Morte em ...*, p. 132.

¹⁶⁵ FERRO, M. J. Pimenta, “Nótulas para o estudo da assistência...”, p. 374.

¹⁶⁶ *Ibidem*, p. 374.

¹⁶⁷ *Ibidem*, p. 160 e 186

¹⁶⁸ MOISÃO, Cristina, “*Os Hospitais Medievais...*”, p. 82.

¹⁶⁹ *Portugaliae Monumenta Misericordiarum...*, p. 188.

¹⁷⁰ CORREIA, Fernando da Silva, “*Os Velhos Hospitais...*”, pp. 10-11.

Hospital de Maria Esteves

Por testamento de Maria Esteves, datado de 12 Março de 1343, ficamos a saber que a instituição assistencial hospitalar seria destinada "a ssete molheres pobres de boa ffama e que ouverom algo de ssey e desscaerom del e ssejam metudas a onrra e a louvor de Deus..."¹⁷¹. Apresentava as mesmas características e dinâmicas que as fundações destinadas aos pobres envergonhados, ou merceeiros, com a nuance de neste caso ser exclusivo para mulheres. No que concerne à sua localização, os autores que temos vindo a seguir acordam-se numa localização no antigo Largo de Santo André, na Graça¹⁷² devido ao testamento da fundadora. Contudo não nos chegaram informações quanto à integração deste estabelecimento no Hospital de Todos os Santos.

Hospital Conde D. Pedro

No dia 15 de Maio de 1350, D. Teresa Anes, fidalga castelhana natural de Toledo "*criada del rey Dom Affonso de Portugal filho del rey Dom Dinis e da raynha Dona Beatriz*"¹⁷³, e íntima do Conde D. Pedro, com o qual manteve uma relação¹⁷⁴, deixa em legado testamentário a vontade de edificar um estabelecimento de assistência hospitalar, para cinco merceeiras¹⁷⁵, com a finalidade de abrigar pobres envergonhados, ou merceeiros, de ambos os sexos ou apenas mulheres¹⁷⁶, nas casas de Lisboa, junto à Sé, sensivelmente no local da atual igreja de Santo António¹⁷⁷, pertença anterior de Dona Grácia, mãe do Conde D. Pedro. A provedoria da instituição foi inicialmente atribuída por indicação de D. Teresa ao conde D. Pedro e Pêro

¹⁷¹ PEREIRA, Isaías da Rosa, "As obras de misericórdia na Idade Média. As mercearias de Maria Esteves" in *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas das 1^{as} Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, tomo II, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1973, p. 738.

¹⁷² SALGADO, Abílio José; SALGADO, Anastácia Mestrinho, "Hospitais Medievais...", p. 106.

¹⁷³ *Provas da História Genealógica da Casa real Portuguesa...* pp. 168-172.

¹⁷⁴ D. Pedro Afonso, desde a morte de D. Dinis, em 1325, e a subida ao trono de seu irmão, optou por viver preferencialmente nos domínios de Lalim em Arouca, tendo por companheira Teresa Anes. Note-se que o testamento de D. Teresa Anes, efetuado a 1350, Maio 7, Landim, Paços do conde D. Pedro, regista-se em <http://cantigas.fcsh.unl.pt/autor.asp?cdaut=119&pv=sim>

¹⁷⁵ MOISÃO, Cristina, "*Os Hospitais Medievais...*", p. 80.

¹⁷⁶ TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, *Pobreza e Morte em Portugal...*, p. 134.

¹⁷⁷ *Ibidem*, p. 80.

Esteves¹⁷⁸, sendo as suas características analisaadas com detalhe no próximo no próximo capítulo.

D. Teresa legou à instituição de assistência, não somente as suas casas, mas igualmente as propriedades que possuía no termo de Lisboa, o que permitiu ao estabelecimento hospitalar, a sobrevivência económica e o desempenho da sua função caritativa¹⁷⁹. O hospital era administrado no final do século XV pelo poder local, e foi incorporado em princípios do século subsequente, no Hospital de Todos os Santos¹⁸⁰.

Hospital de Santo Estácio, Pedro Unhão e Clara Afonso

A parte fundamental da documentação que nos chega do Hospital de Santo Estácio, advêm de dois documentos: o testamento de Pedro Esteves de Unhão, almoxarife do paço da madeira¹⁸¹ e da sua mulher Clara Afonso, datado de 11 de Maio de 1378, no qual ordenam uma capela na Sé de Lisboa e um hospital nessa freguesia sob a evocação de Santo Eustáquio¹⁸², e uma carta de privilégio concedida por D. Afonso V a Afonso Anes, filho de Nicolau Anes, administrador da capela e do Hospital de Santo Estácio, datado de 1452¹⁸³. O testamento é extremamente significativo pela natureza das informações. Permite, entre outros, saber a localização exata da instituição “*a qual cappella esta em a See da dita Cidade à serca da porta que chamão da Mentira em a qual cappella mandamos que se cante e mantenha hu cappellão para sempre, e o dito Esprital queremos que seja em estas cazas que hora nos havemos*”¹⁸⁴. De igual modo, verifica-se que os instituidores previam que o seu hospital provesse 3 pobres, aos quais dever-se-ia acautelar as suas necessidades básicas: “*o qual Esprital queremos que para todo sempre se mantenhão tres proves de comer, e beber, e vestir, e calçar, e os pobrez seram aquelles que mais idoneos virem aquelles que da dita cappella, e Esprital houverem devir ao diante depoiz das nossaz mortes, mantendo a dita cappella e capellão em ella, e dando de comer, e beber, e vestir e calçar aos ditos pobrez*”¹⁸⁵. Bem entendido, a contrapartida seria a sua intercessão por alam dos instituidores. Para isso, os “*ditos pobres vam ouvir a missa que o*

¹⁷⁸ FERRO, M. J. Pimenta, “Nótulas para o estudo da assistência hospitalar aos pobres...”, p. 378.

¹⁷⁹ TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, *Pobreza e Morte em Portugal...*, p. 134.

¹⁸⁰ MOISÃO, Cristina, “*Os Hospitais Medievais...*”, p. 80.

¹⁸¹ FARELO, Mário Sérgio, *A Oligarquia camarária de Lisboa...*, p. 754.

¹⁸² ANTT, *Arquivo do Hospital de S. José*, liv. 1191, fl. 11-14v.

¹⁸³ *Portugaliae Monumenta Misericordiarum...*, p. 234.

¹⁸⁴ TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, *Pobreza e Morte em Portugal...*, p. 112.

¹⁸⁵ ANTT, *Arquivo do Hospital de S. José*, liv. 1191, fl. 11-14v.

*dito nosso cappellam disser em a dita nossa cappella, e que sejam a todas as horas que se disserem em a dita See rogando a Deos pellas ditas nossas almas e esta nossa cappella, e Esprital*¹⁸⁶. Em termos de organização, cabiam aos testamenteiros dos instituidores a escolha do provedor e a administração do hospital, assim como determinar as suas funções: “... *que haja poder em esto que nós fazemos, senam Joanne Annez, e Affonço Domingues, e se os filhos que despoiz das nossas mortes forem Proveadores da dita cappella e Esprital*”¹⁸⁷. Os mais de setenta anos que mediaram entre o testamento dos fundadores e a carta de privilégio real outorgada a Afonso Anes foram tempo suficiente para se desrespeitarem as vontados de Pedro e Clara. Como se pode depreender pelo desejo vincado em testamento, “*quiza que seja sepois das nossas mortez outrosy queremos que Rey, nem Principe nem Arcebispo, nem Bispo, nem outra nenhuma pessoa Acresiastica, nem sagral nom haja dever com a dita nossa cappella nem Esprita*”¹⁸⁸. Ora, de acordo com Fernando da Silva Correia, a falta de descendência de Pedro Unhão e Clara Afonso levou à intervenção régia tal situação¹⁸⁹. Com efeito, D. Afonso V nomeou um administrador do referido hospital, fazendo a ressalva “*que ele cumpra o compromisso do dito hospital assim e pela guisa que o ordenaram os sobreditos defuntos em seu testamento*”¹⁹⁰.

Hospital do Espírito Santo, dos pescadores e mareantes do alto de Alfama

Ao traçar o historial da confraria e irmandade do Espírito Santo dos Pescadores e Mareantes do Alto, de Alfama, Fátima Reis indica que esta foi instituída em 1390 na Igreja de S. Miguel¹⁹¹. Em 1502, D. Manuel I faz mercê aos pescadores do alto de Alfama, para que sejam acolhidos na casa e Hospital dos Chincheiros¹⁹², o que leva a considerar que nessa altura já não tivessem um estabelecimento hospitalar, uma vez que a sua casa, que possuíam na Fonte dos Cavalos, era agora pertença do Hospital de Todos os Santos¹⁹³.

¹⁸⁶ *Ibidem*.

¹⁸⁷ *Ibidem*.

¹⁸⁸ *Ibidem*.

¹⁸⁹ CORREIA, Fernando da Silva, “*Os Velhos Hospitais...*”, p. 12.

¹⁹⁰ *Ibidem*, p. 12.

¹⁹¹ REIS, Maria de Fátima “Resistências e sentidos do culto do Espírito Santo em Lisboa na Época Moderna”, in *Em Nome do Espírito Santo. História de um culto. Catálogo*, coord. Geral de José Vicente SERRÃO, Lisboa, 2004, p. 62.

¹⁹² ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 6, f. 89v; *Leitura Nova, Livro 9º da Estremadura*, fl. 119-119v.

¹⁹³ CORREIA, Fernando da Silva, “*Os Velhos Hospitais...*”, p. 12.

Hospital de S. Brás

O único documento que dispomos desta instituição data de 1407, sendo uma carta de pleito, dirimida por Cristóvão Eanes, vigário de D. João I e tendo como autor, Vasco Lourenço, clérigo de missa e procurador, e como réu Martim Lourenço, prior de Santiago de Lisboa, relativamente ao embargo de um pagamento da dízima ao mosteiro do Salvador de Lisboa, afirmando que o casal pertencia ao Hospital de S. Brás, situado na freguesia de Santiago¹⁹⁴.

Hospital Afonso Martins Alvernaz

Fundado por Afonso Martins Alvernaz¹⁹⁵, oligarca e oficial régio¹⁹⁶, era um estabelecimento assistencial hospitalar, situado junto da Porta de Alfama, na freguesia de S. João da Praça¹⁹⁷. Uma constatação muito interessante sobre a fundação de instituições de assistências hospitalares por parte da elite camarária de Lisboa é nos transmitida por Mário Fareló, ao afirmar que esta “*sentiu uma aparente inibição em assumir o carácter estrutural das oligarquias em termos do alargamento do seu domínio a esse tipo de instituições*”¹⁹⁸.

Este estabelecimento é anexado ao Hospital de Todos os Santos¹⁹⁹. Não temos fontes que nos permitam determinar de forma precisa a data de fundação. Contudo sabemos que entre 1377-1378 Afonso Martins Alvernaz, o seu fundador, exerceu o cargo de alvazil-geral da cidade de Lisboa, o que nos leva a concluir que a fundação do hospital poderá ter sido efetuada algures no decurso da segunda metade do século XIV²⁰⁰.

Hospital de Santa Maria de Rocamadour ou de Frei João

Na obra de Edmond Albe, temos referências aos peregrinos, aos hospitais e asilos estabelecidos ao longo do caminho de peregrinação a Rocamadour, no Quercy francês, ao longo

¹⁹⁴ ANTT, *Convento do Salvador de Lisboa*, m. 3, nº. 43.

¹⁹⁵ FARELO, Mário Sérgio, *A Oligarquia camarária de Lisboa...*, p. 251.

¹⁹⁶ *Ibidem*, p. 203.

¹⁹⁷ TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, *Pobreza e Morte em Portugal...*, p. 130.

¹⁹⁸ FARELO, Mário Sérgio, *A Oligarquia camarária de Lisboa...*, p. 251.

¹⁹⁹ CORREIA, Fernando da Silva, “*Os Velhos Hospitais...*”, p. 12.

²⁰⁰ FARELO, Mário Sérgio, *A Oligarquia camarária de Lisboa...*, p. 719.

dos séculos XII e XIII, antes que a guerra dos cem anos e a devastação e ruína legadas pelas guerras religiosas contribuíssem de forma decisiva ao seu declínio²⁰¹. Os documentos inéditos partilhados pelo autor provam a popularidade de Rocamadour como destino de peregrinação medieval, deixando traços não apenas na maior parte das regiões de França, mas também em Portugal, Espanha, Itália e Inglaterra²⁰². A presença de portugueses nestas peregrinações embora confirmada²⁰³, não nos permite aferir a existência de alguma ligação entre este santuário e o Hospital de Santa Maria de Rocamadour ou de Frei João.

Não logramos encontrar qualquer abono documental para a associação do hospital de Santa Maria de Rocamadour ao hospital de Fr. João efetuada por Silva Correia²⁰⁴. No entanto, se a aceitarmos, teremos que pensar que este último estaria em funcionamento antes do final do século XIII, uma vez que mestre Julião, sobrejuiz do rei, obtém em 1299 a autorização régia para ter um carnicheiro a talhar carne em uma das casas que o referido oficial tinha em Lisboa, onde chamam a Oliveira, «a par do hospital de Fr. João»²⁰⁵.

Por outro lado, as referências em contratos de emprazamento são muitas vezes as únicas informações que subsistem sobre alguns hospitais medievais existentes em Lisboa. Tal sucede no caso do Hospital de Santa Maria de Rocamadour, referido numa carta de 1373, pela qual o prior do mosteiro de São Vicente de Fora empraza umas casas do mosteiro, situadas na rua das cornas, as quais partem com o hospital de Sta. Maria de Rocamadour²⁰⁶. Nos inícios do século XV, cabe a Constança Vicente viúva e moradora de Lisboa, obter um emprazamento, em três vidas, de umas casas sobradadas, na rua do Santo Espírito, pertencentes ao hospital²⁰⁷.

Em meados do século XV, o seu procurador Pedro Afonso consegue do rei que o hospital possa ficar com os bens das pessoas que alberga, uma vez falecidas. Segundo ele, os hospitais da cidade acolhiam pobres, os quais não eram visitados pelos «irmãos, parentes e divíduos (sic) bem chegados», sendo alguns «assaz de ricos e beadantes». Somente após as suas mortes, apresentavam-se reclamando os referidos bens, «assim moveis como de raiz»²⁰⁸. Várias

²⁰¹ ALBE, Edmond, *Les Miracles de Notre-Dame de Rocamadour au XII^e siècle*, Paris, Bibliothèque de l'école des chartes, 1907, p. 123 [Em linha. Consult. 29 Julho 2015]. Disponível em <https://archive.org/details/lesmiraclesdeno00fragoog>.

²⁰² *Ibidem*, p. 124.

²⁰³ MARQUES, José, *Peregrinos e peregrinações medievais do ocidente peninsular nos caminhos da Terra Santa*, Porto, Universidade do Porto, 2001, p. 20. [Em linha. Consult. 29 Julho 2015]. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2862.pdf>.

²⁰⁴ CORREIA, Fernando da Silva, “Os Velhos Hospitais...”, p. 10.

²⁰⁵ ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fl. 6.

²⁰⁶ ANTT, *Mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa*, 1a inc., m. 15, n.º. 40.

²⁰⁷ ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 6, fl. 33 [Em linha. Consult. 11 Março 2015]. Disponível em <http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=3861270>.

²⁰⁸ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 116; *Leitura Nova, Livro 8º da Estremadura*, fl. 275v.

das suas propriedades são aforadas no final do século XV²⁰⁹. Em 1502, o rei D. Manuel outorga a Pedro Monis uma tença anual de 7000 reais por ano, os quais eram devidos pela provedoria do hospital de Rocamandor, situado na *Rua Nova del rei* de Lisboa. Significativamente, esta soma seria descontada das rendas do hospital de Todos-os-Santos²¹⁰. No mesmo ano, coube a Afonso Fernandes, carpinteiro, e Isabel Fernandes, sua mulher, receberem um emprazamento em três vidas, de umas casas sobradadas do Hospital de Santa Maria de Rocamandor, situadas na rua da Moreira, freguesia de S. Julião²¹¹. Estes bens, incorporados no património do hospital pelo fundador ou na sequência de uma doação posterior, serviam para o hospital obter uma renda fixa, que incluía pagamentos em dinheiro mas também em géneros²¹², que serviram para pagar as despesas inerentes ao seu funcionamento.

Segundo Fernando da Silva Correia, a administração do hospital “*para socorro, e amparo dos pobres, e enfermos*”²¹³ passou para as mãos de confrades, em inícios do século XIV²¹⁴. Situa-se, segundo o mesmo, no “Adro de S. Julião, do lado sul desta igreja, junto da ermida de Nossa Senhora da Oliveira, dando sobre a Fonte dos Cavalos de bronze da antiga Rua Nova dos Mercadores”²¹⁵. Esta referência pode ser precisada, uma vez que documentos de 1498 e de 1499 referem especificamente que o hospital de Santa Maria de Rocamandor se situa na cidade de Lisboa, na rua das Esteiras, na freguesia de São Julião²¹⁶.

Hospital de Santa Maria dos Peliteiros

Desta instituição tivemos acesso a diversos contratos de emprazamento²¹⁷, de finais do século XV e de inícios do século XVI, o que nos permite aferir a existência de alguns dos seus

²⁰⁹ ANTT, *Leitura Nova. Livro 9º da Estremadura*, fl. 83v-85 (1495); *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 6, fl. 59-60 (1498).

²¹⁰ ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 4, f. 15 (1502). [Em linha. Consult. 11 Março 2015. Disponível em <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=3861268>.

²¹¹ ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 6, fl. 108v [Em linha. Consult. 11 Março 2015. Disponível em <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=3861270>.

²¹² Devem contabilizar-se igualmente as dádivas das Rainhas, entre as quais se contam da Rainha Santa. MENINO, Vanda, *A rainha D. Beatriz e a sua Casa...*, p. 106.

²¹³ VITERBO, Joaquim, *Elucidário das palavras, termos, e frases, que em Portugal antigamente se usavam e que hoje regularmente não se usam mais*, Porto, sn, 1798 [Em linha. Consult. 09 Setembro 2014]. Disponível em <https://archive.org/details/elucidariodaspal00vite>.

²¹⁴ CORREIA, Fernando da Silva, “*Os Velhos Hospitais...*”, p. 12.

²¹⁵ *Ibidem*, p. 10.

²¹⁶ ANTT, *Leitura Nova*, Livro 9º da Estremadura, fl. 33v-35 (1498); fl. 67-69 (1499).

²¹⁷ AZEVEDO, Pedro A. de; BAIÃO, António, “Documentos e livros da antiga Casa da Coroa”. in *O Arquivo da Torre do Tombo: sua história, corpos que o compõem e organização*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989. (Fac-

bens, assim como a sua localização na freguesia de S. Nicolau, mais precisamente na rua dos peleteiros (1496)²¹⁸ ou na rua Nova del Rei (1497)²¹⁹.

Hospital de Judeu e Salomão Negro

Como temos vindo a assinalar o conceito de pobre era amplo podendo abarcar como nos indica José Mattoso, “*tudo aquilo que abre fendas nas fileiras cerradas da sociedade cristã*²²⁰”, fendas abertas pelos vagabundos, pelos leprosos, pelos loucos, pelos doentes incuráveis, entre os quais os leprosos, pelas prostitutas mas também hereges e ainda alguns grupos religiosos, como os judeus e os muçulmanos²²¹. Os judeus que se encontravam em diversas cidades europeias, incluindo Lisboa, mantinham dentro das judiarias uma dinâmica particular, com a presença de valências para a realização das idiossincrasias da sua comunidade, que incluía, um cemitério, escola, cadeia, lojas e hospitais próprios²²².

O Hospital de Salomão Negro, localizado na judiaria grande, a maior das quatro judiarias que existiram em Lisboa²²³, ficava situado na freguesia da Madalena, estendendo-se, aproximadamente, entre as igrejas de Santa Madalena e de S. Nicolau (antiga Rua dos Mercadores que antes do terramoto, se encontrava entre as atuais Ruas da Conceição e de S. Nicolau) na Rua da Princesa, atualmente Rua dos Fanqueiros e a Rua Nova que se encontrava aproximadamente à altura da Rua dos Bacalhoeiros²²⁴, quanto à localização do Hospital de Salomão Negro dentro da judiaria, Fernando da Silva Correia propõe o Poço da Foteia, entre a Rua do Comércio e a Rua de São Julião, na freguesia da Madalena.

Muitas eram as instituições hospitalares assistenciais no Portugal medievo que tinham no seu regimento a expressa recusa de elementos de outros grupos religiosos. Tal influía para

Símile). p. 23-30. [Em linha. Consult. 21 Dezembro 2014]. Disponível em <http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=3868025>.

²¹⁸ ANTT, *Leitura Nova. Livro 1º da Estremadura*, fl. 128-129v (em traslado de 1498).

²¹⁹ ANTT, *Leitura Nova. Livro 9º da Estremadura*, fl. 177v-180v (em traslado de 1503).

²²⁰ MATTOSO, José, “Sociedade Cristã e Marginalidade na Idade Média: A Gafaria da Senhora do Monte”, in *Portugal Medieval: novas interpretações*, Lisboa, INCM, 1985, p. 124.

²²¹ Sobre uma mais completa definição do pobre e a sua enumeração e descrição das categorias no Portugal medievo, DUARTE, Luís Miguel, “Marginalidade e marginais”. In MATTOSO, José (dir.) – *História da vida privada em Portugal*, Círculo de Leitores, 2010, p. 182.

²²² TAVARES, Maria Ferro, *Os judeus em Portugal no século XIV*, Lisboa, Guimarães editores, 2000, p. 118.

²²³ *Ibidem*, p. 25. As quatro judiarias não eram todas contemporâneas umas das outras.

²²⁴ SILVA, A. Vieira da, “Judiaria Velha de Lisboa. Estudo topographico sobre a Antiga Lisboa”, in sep. de *O Archeólogo Portuguez*, Lisboa, 1900, pp. 7-10.

que os grupos excluídos diligenciassem os seus próprios estabelecimentos. Saul António Gomes retrata o Hospital de Salomão Negro como uma instituição de assistência destinada exclusivamente a judeus para que pudessem beneficiar de cuidados na pobreza e/ou doença dentro do seu bairro, sem necessidade de procurar auxílio em estabelecimentos externos²²⁵.

A organização do hospital contava com um provedor judeu, filho do fundador, Hida Negro²²⁶. A sua provedoria recaía sobre os descendentes do fundador, pelo que as raras espécies documentais sobre a sua existência remetem a ação régia na escolha ou confirmação dos seus provedores²²⁷.

A sua longevidade parece ter conhecido um abrupto término na sequência dos arrestos dos bens das sinagogas e da comuna nos finais do século XV, entre os quais se incluíam todos os edifícios de utilização pública e o seu revertimento para o monarca, que os utilizou sobretudo no sustento do Hospital Real de Todos os Santos²²⁸.

Hospital de Santo André, dos escolares

O documento mais antigo que possuímos relativo a este hospital data de 1497, e situa o Hospital de Santo André na rua que vai da Porta do Sol para Santo André, na freguesia de São Tomé²²⁹. Carlos Guardado da Silva refere a existência próxima dessa localização do Estudo Geral e de um bairro destinado a habitação de estudantes e professores²³⁰. Não sabemos a quem se destinava a instituição, nem quem foi o seu fundador, pese embora temos conhecimento que em 1498, Rodrigo Eanes exercia o cargo de mordomo do Hospital de Santo André²³¹; esse mesmo documento informa tratar-se do “Hospital do Hospital de Todos os Santos” o que nos leva a considerar que tenha sido anexado²³².

²²⁵ GOMES, Saul António, “*S. Vicente de Lisboa e seus milagres medievais*”, Edições Didaskalia, Lisboa, 1985, p. 82.

²²⁶ ANTT Chancelaria de D. João II, liv. 7, fol. 81, [Em linha. Consult. 03 Janeiro 2015]. Disponível em <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3845844>.

²²⁷ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 9, fl. 23v (1463); liv. 14, fl. 10v-11 (1466); Liv. 29, fl. 78v (1472); *Leitura Nova. Livro 11º da Estremadura*, fl.45-45v (1476).

²²⁸ ANDRADE, Amélia Aguiar, “O desaparecimento espacial das judiarias nos núcleos urbanos portugueses de finais da Idade Média: o caso de Lisboa”, in *Estudos de Homenagem ao Prof. Doutor José Marques*. Vol. 1. Porto: Faculdade de Letras, 2006, p. 158.

²²⁹ ANTT, *Leitura Nova. Livro 1º da Estremadura*, fl. 261-262v (em traslado de 1500, Fev. 8, Lisboa)

²³⁰ SILVA, Carlos Guardado, *Lisboa Medieval – a organização a e estruturação do espaço urbano*, Lisboa, Edições Colibri, 2008, p. 258.

²³¹ ANTT, *Leitura Nova. Livro 9º da Estremadura*, fl. 51-52.

²³² CORREIA, Fernando da Silva, “*Os Velhos Hospitais...*”, p. 12. Fernando da Silva Correia refere que este estabelecimento foi incorporado no Hospital de Todos os Santos.

1.3 Século XV

Hospital dos Clérigos Pobres

No testamento de Maria Domingues, mulher de João Anes de Unhão, datado de princípios do século XV, são legadas aos clérigos pobres duas almandrilhas, um cabeçal de pena e uma colcha das de bretanha, deixando à confraria dos clérigos pobres 100 reais de 3 libras e meia²³³. Cristina Moisão localiza-o na Rua da Betesga, freguesia de Santa Justa²³⁴, enquanto Fernando da Silva Correia faz referência à sua incorporação no Hospital de Todos os Santos²³⁵.

Hospital do Corpo Santo

As confrarias de mareantes estender-se-ão, ao longo da costa portuguesa, por todas as cidades, aldeias e vilas de marinheiros e pescadores²³⁶. Em Lisboa, têm alguma expressão numérica as confrarias de mareantes, nas quais se inclui a confraria do Corpo Santo, que, de acordo com Cristóvão Rodrigues de Oliveira, tinha um hospital na freguesia dos Mártires²³⁷. Esta instituição teria sido fundada antes de 1410, uma vez que é dessa data uma carta de proibição de D. João I a Rodrigues Anes, contador do arcebispo de Lisboa, de tomar conta das rendas do Hospital do Corpo Santo, porque excomungava os pescadores e confrades que não podiam, por razões de trabalho, ir à sua casa entregar as ditas rendas²³⁸.

Hospital de Jerusalém

As informações que possuímos deste estabelecimento encontram-se em carta de D. João I, enviada aos juízes de Lisboa, em 1432, na qual se refere ter sido fundado por Gomes Eanes

²³³ ANTT, *Mosteiro de Sta. Maria de Chelas*, m. 46, n.º. 903.

²³⁴ MOISÃO, Cristina, “*Os Hospitais Medievais...*”, p. 68.

²³⁵ CORREIA, Fernando da Silva, “*Os Velhos Hospitais...*”, pp. 10-11

²³⁶ RODRIGUES, Jorge Manuel, *A confraria das almas do Corpo Santo de Massarelos e as suas congéneres de Mareantes*, Tese de mestrado em História Moderna apresentado à Universidade de Letras do Porto 2002, p. 47.

²³⁷ OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues, *Sumário...*, p. 48.

²³⁸ *Portugaliae Monumenta Misericordiarum...*, p. 146.

e situado na freguesia da Madalena²³⁹. Em 1501, sabemos que este hospital tinha um oratório consagrado a Santa Maria da Graça, no qual se encontravam umas relíquias da devoção de Isabel Pais, filha de Paio Rodrigues de Vilalobos, cavaleiro da Casa Real²⁴⁰.

Hospital João Afonso Alenquer, Hospitalinho

Se tivermos em consideração o relato de Gomes Eanes de Zurara sobre a conquista de Ceuta, João Afonso de Alenquer teve um papel fundamental na escolha desta cidade, devido ao conhecimento de Ceuta enquanto localização estratégica, fruto de uma informação recolhida por um criado seu que lá mandara com objetivo de resgatar cristãos cativos²⁴¹. Esta passagem, mais do que verificar a veracidade do papel então desempenhado pelo vedor da fazenda João de Afonso Alenquer²⁴² mostra que este era um homem influente. Também conhecido como Hospitalinho, João Afonso fundou a sua instituição assistencial em 1437²⁴³. Segundo Anastacia e Abílio Salgado, situava-se na freguesia dos Mártires e possuía casas na antiga rua da “cordoaria Nova das Cordas”²⁴⁴. Um assento do século XV, contido na documentação do convento de São Francisco de Lisboa, proveniente da capela de João Afonso de Alenquer, aí designado de cavaleiro e vedor de D. João I, refere que ele tinha fundado uma capela no referido convento, agregado a esta um hospital para pobres, junto a Nossa Senhora dos Martires com 3 leitos²⁴⁵.

Hospital de Afonso Lopes e Maria Francisca

O documento mais antigo relativo a este hospital a que tivemos acesso data de meados do século XV, mais especificamente de 1442. Nele D. Afonso V outorga a João de Braga o Moço, escudeiro do infante D. Fernando, a administração e provedoria do Hospital de Afonso

²³⁹ *Ibidem*, p. 167.

²⁴⁰ ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 46, fl. 72v.

²⁴¹ RODRIGUES, Jorge e Tessaleno Devezas, *Portugal do Pioneiro da Globalização: A Herança das Descobertas*, Lisboa, Centro Atlântico, 2011, p. 93.

²⁴² FARELO, Mário Sérgio, *A Oligarquia camarária de Lisboa...*, p. 737.

²⁴³ FRANÇA, José Augusto, *Lisboa Histórica Física e Moral*, Lisboa, Livros Horizonte, 2009, p. 71. Uma versão do seu testamento foi apresentado em juízo em 1444. ANTT, *Ordem dos Frades menores. Província de Portugal. S. Francisco de Lisboa*, liv. 3, fl. 328-328v.

²⁴⁴ SALGADO, Abílio José; SALGADO, Anastácia Mestrinho, “Hospitais Medievais...”, p. 106.

²⁴⁵ ANTT, *Ordem dos Frades menores. Província de Portugal. S. Francisco de Lisboa*, liv. 3, fl. 327-331v.

Lopes e Maria Francisca, sua mulher, em substituição de João Afonso de Quadros, morador que foi em Sintra, que falecera sem indicar no seu testamento um sucessor para o dito cargo²⁴⁶. Não temos uma data precisa de fundação, nem temos conhecimento da natureza dos assistidos.

Hospital de São Vicente da Mouraria

É anterior a 1454 uma vez que é dessa data um alvará dado por João Alvares, juiz dos hospitais e albergarias, a Vicente Alvares, porteiro dos hospitais e albergarias, encarregue de proceder à reparação do hospital, que se situava à porta de S. Vicente, na mouraria de Lisboa²⁴⁷. Este mesmo alvará refere o montante das rendas que o hospital auferia anualmente, a saber, 530 reais²⁴⁸.

Poderá ser este o hospital de S. Vicente que regrupa, em 1498, os seguintes mesteiros: borzingueros, sapateiros, conqueiros, chipineiros, cortidores, surradores e odreiros²⁴⁹.

Hospital de João Esteves da Rica Solteira e Constança Anes

É devido a uma carta de sentença sobre uma apelação relativa a uma capela instituída na Igreja de Santa Justa, que ficamos a saber da existência de um hospital, instituído por João Esteves da Rica Solteira e por sua mulher Constança Anes, que albergava dois merceeiros²⁵⁰. Desconhecemos a data de fundação, mas julgamos que será anterior a 1455²⁵¹. Mário Farelo faz referência ao desaparecimento dos originais dos documentos exprimindo as últimas vontades dos instituidores, nomeadamente de Constança Eanes²⁵², embora note que a carta, comprovando a passagem do morgadio para a Coroa ainda se encontra conservada no arquivo familiar²⁵³.

²⁴⁶ *Portugaliae Monumenta Misericordiarum...*, p. 161.

²⁴⁷ *Portugaliae Monumenta Misericordiarum...* p. 167.

²⁴⁸ *Ibidem*, p. 167.

²⁴⁹ ANTT, *Leitura Nova. Livro 3º da Estremadura*, fl. 253v-255v.

²⁵⁰ ANTT, *Arquivo Casa de Abrantes*, cx. 90, n.º 194 [Em linha. Consult. 22 Fevereiro 2015]. Disponível em <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4500188>.

²⁵¹ *Ibidem*.

²⁵² FARELO, Mário Sérgio, *A Oligarquia camarária de Lisboa...*, p. 195.

²⁵³ *Ibidem*, p. 196.

Hospital dos ourives ou dos ourives da Prata de Lisboa

Sabe-se que os ourives da prata de Lisboa formaram, em data incerta, uma confraria que tinha como patrono Santo Elói²⁵⁴. No reinado de D. Afonso V, segundo um alvará de 1460, já há muito teriam os ourives fundado o seu hospital. Com efeito, nesse documento se refere que as somas angariadas com a aferição dos pesos e balanças da cidade seria canalizada para suportar as despesas do dito hospital²⁵⁵.

Fernando da Silva Correia localiza esta instituição na Rua do Arco do Rossio, incluída depois na Rua do Lagar do Sebo, freguesia de São Nicolau²⁵⁶. Não temos informações quanto à natureza dos assistidos, embora saibamos que o alvo primordial da assistência das confrarias, como temos vindo a expor, é a prestação de ajuda e solidariedade aos seus associados e familiares.

Este hospital teria sido anexado ao hospital de Todos-os-Santos. Com efeito, no dia 27 de Janeiro de 1502, o porteiro dos hospitais Lourenço de Évora coloca em pregão uns sobrados sem loja que o hospital de Todos-os-Santos tinha na rua da Ourivesaria, freguesia da Madalena, que fora anteriormente do hospital «que soya servir os ourives»²⁵⁷.

Hospital de S. Crispim ou de Cristo, Lopo Soares.

A primeira informação que nos chega desta instituição data de 1471, no momento em que D. Afonso V concede vários privilégios à Condessa D. Isabel os seus caseiros, foreiros e lavradores da Albergaria que foi de Lopo Soares e do Hospital de Santo Cristo, isentando-os de ser postos em vintena do mar ou terra, de lhe serem tomadas as bestas, assim como de ir com

²⁵⁴ HESPANHA, António Manuel, *História das Instituições: épocas medieval e moderna*, Lisboa, Edições Cosmos, 1992. [Em linha. Consult. 18 Janeiro 2015]. Disponível em <http://digitalq.arquivos.pt/details?id=4411571>. Embora saibamos que a primeira lei que refere o ofício de ourives data de 1211 (Couto e Concalves, 1960, 8) Associação de Socorros Mútuos dos Ourives da Prata Lisbonense. página consultada online no dia 22/02/2015.

²⁵⁵ MACEDO, Luís de, *A Igreja de Santa Maria Madalena de Lisboa*, Solução Editora, 1930, p. 25-27.

²⁵⁶ CORREIA, Fernando da Silva, “*Os Velhos Hospitais...*”, p. 13.

²⁵⁷ ANTT, *Leitura Nova. Livro 9º da Estremadura*, fl. 164v-167 (em traslado de 1503). Verja-se, sobre o assunto, BORGES, Leonor, *Directorio Pratico de Jose da Silva Gomes*, tese de mestrado em Paleografia e Diplomática, apresentada a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1996, p. 2; CORREIA, Fernando da Silva, “*Os Velhos Hospitais...*”, p. 13.

os presos e dinheiros²⁵⁸. O Hospital de Santo Cristo, também designado de Hospital de Santo Crispim, ou de Lopo Soares é concedido pelo mesmo monarca a D. Isabel, mulher do Conde de Monsanto, anteriormente detida por Catarina Dias, filha de Diogo Soares. Este hospital localizar-se-ia na freguesia de S. Bartolomeu da cidade de Lisboa²⁵⁹.

Hospital de Santa Maria dos Francos, dos hortelãos e almuinheiros

Através de um documento datado de 1496, ficamos a saber que este hospital se encontrava edificado na freguesia de S. Pedro, junto da fonte de Alfama²⁶⁰, mais especificamente à porta de São Vicente²⁶¹. Possuía igualmente casas sobradas acima de S.a Cristóvão e umas casas na freguesia de Santa Justa²⁶². Foi anexado ao Hospital de Todos os Santos²⁶³.

Hospital de Santa Maria do Paraíso

Cristina Moisés localiza esta instituição na Rua da Regueira, na freguesia de Salvador em Alfama²⁶⁴. Conserva-se um contrato de emprazamento de 1498, relativo a umas casas que pertenciam ao Hospital de Santa Maria do Paraíso, junto ao mosteiro do Salvador²⁶⁵. Fernando da Silva Correia indica que este estabelecimento integraria o património do Hospital de Todos os Santos²⁶⁶.

²⁵⁸ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 132. Em 1480 D. Afonso V confirma privilégio a Marim Vasques da Cunha, conde de Monsanto e vassalo régio, isentando os seus caseiros, foreiros e lavradores da Albergaria de Lopo Soares e do Hospital do Santo Cristo, do pagamento de diversos impostos ao concelho. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 32, fl. 52v.

²⁵⁹ *Ibidem*, liv. 33, fl. 216.

²⁶⁰ ANTT, *Leitura Nova. Livro 1º da Estremadura*, fl. 289v-291 (em traslado de 1500).

²⁶¹ ANTT, *Leitura Nova. Livro 9º da Estremadura*, fl. 52v-54v (1499)

²⁶² *Ibidem*; *Portugaliae Monumenta Misericordiarum...*, p. 446.

²⁶³ CORREIA, Fernando da Silva, “*Os Velhos Hospitais...*”, pp. 10-11.

²⁶⁴ MOISÃO, Cristina, “*Os Hospitais Medievais...*”, p. 78.

²⁶⁵ ANTT, *Leitura Nova. Livro 2º da Estremadura*, fl. 183-184 (em traslado de 1498).

²⁶⁶ CORREIA, Fernando da Silva, “*Os Velhos Hospitais...*”, p. 12.

Hospital dos Homens e Banho, ou Banhos de Afonso Bochardo

Instituição situada na Judiaria Grande e vinculada à comunidade judaica, como se depreende de um emprazamento de 1499²⁶⁷. Fernando da Silva Correia indica que os banhos eram destinados a tratamentos, apresentando a instituição hospitalar assistencial, uma dimensão de 4,03m x 1,375m²⁶⁸. Foi incorporado no Hospital Real de Todos os Santos²⁶⁹.

Hospital dos Alfaiates

Também chamado Hospital dos doze alfaiates, o Hospital dos alfaiates situava-se em 1501 no chamado “Monturo da Orca”²⁷⁰ na antiga freguesia de S. João da Praça, que ficava entre o antigo Beco de Alfama e o atual Largo do Terreiro do Trigo²⁷¹. Por um documento do ano seguinte, ficamos a saber que o Hospital dos alfaiates foi integrado no Hospital de Todos os Santos²⁷².

Hospital de São Pedro Mártir, dos corretores

Segundo Anastácia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado, o Hospital de São Pedro Mártir, também conhecido como Hospital dos corretores, situava-se na Mouraria, na Rua de São Pedro Mártir²⁷³. Os mesmos autores indicam que na calçada de São Lourenço existe uma casa, com o símbolo do Hospital de Todos os Santos. Temos conhecimento que o Hospital de São Pedro Mártir foi anexado ao Hospital de Todos os Santos, existindo dúvidas contudo se essa casa seria uma dependência ou o próprio hospital²⁷⁴.

²⁶⁷ ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 6, fl. 105v-106.

²⁶⁸ CORREIA, Fernando da Silva, “*Os Velhos Hospitais...*”, p. 12.

²⁶⁹ *Ibidem*, p. 11.

²⁷⁰ MENDONÇA, Manuela, *Tombos de tres Igrejas de Lisboa: (S. Pedro de Alfama, S. João da Praça, e Sta. Marinha do Outeiro)*, Lisboa, Edições Colibri, 2000, pp. 106-107.

²⁷¹ IAN/TT, *Leitura Nova. Livro 2º da Estremadura*, fl. 105-106v (em traslado de 1501).

²⁷² CORREIA, Fernando da Silva, “*Os Velhos Hospitais...*”, p. 12.

²⁷³ SALGADO, Abílio José; SALGADO, Anastácia Mestrinho, “*Hospitais Medievais...*”, p. 107.

²⁷⁴ *Ibidem*, p. 107.

Em tombo do mosteiro de São Vicente de Fora, com verbas datadas de 1419, refere-se a Lourenço Gonçalves, que foi tabelião, morador em Lisboa junto com o hoptal de S. Pedro Mártir²⁷⁵. Em 1499 foram postos em pregão uns sobrados sem loja do referido hoptal, situados na rua das Mudanças²⁷⁶. Por carta de 1502, sabe-se que o referido hoptal «é todo térreo somente tem um sobradinho, o qual hoptal tem de longo 8 varas e 2 terças ao norte e sul seis varas e meia e o sobrado tem de longo 4 varas e de largo 2 varas e terça de 5 palmos cada»²⁷⁷.

Hospital dos pescadores de Cataquefarás

Instituição hospitalar assistencial provida por pescadores da Cruz de Cataquefarás, sabe-se que se trata de uma irmandade muito antiga, ainda que existam incertezas quanto à data da fundação²⁷⁸. Fernando da Silva Correia a localiza na Rua da Amoreira, junto ao Tronco (cadeia) na freguesia de S. Nicolau²⁷⁹. Cristóvão Rodrigues de Oliveira dá conta que mantinha localização própria em 1551, embora tenha sido anexado ao Hospital Real de Todos os Santos²⁸⁰.

Um documento de 1494 confirma essa localização. Nessa altura, as casas que tinham sido hoptal encontravam-se «expiradas», indicando-se, no entanto, que as mesmas pertenciam à freguesia de S. Julião²⁸¹.

A capela existente foi reedificada em 1594, agraciada de importantes privilégios, uma vez que os moradores do sítio, *desde a praia até ao largo, pagavam uma certa pensão ou tributo, e tudo quanto no largo se expunha à venda, lhe pagava também uma pequena contribuição*²⁸².

Até 1755, foram administradores desta capela os pescadores do alto, do bairro da Pampulha, que formaram uma irmandade de Nossa Senhora da Graça, e faziam à sua custa os reparos da capela, não existindo todavia mais informações referentes ao hoptal.

²⁷⁵ ANTT, *Mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa*, 2ª inc., cx. 13, doc. 79, fl. 6v.

²⁷⁶ ANTT, *Leitura Nova. Livro 9º da Estremadura*, fl. 60-61v.

²⁷⁷ ANTT, *Leitura Nova. Livro 5º da Estremadura*, fl. 46-48.

²⁷⁸ RODRIGUES, Jorge Manuel, *A confraria das almas do Corpo Santo...*, p. 52.

²⁷⁹ *Ibidem*, p. 14

²⁸⁰ OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues, *Sumario...*, p. 56.

²⁸¹ ANTT, *Leitura Nova. Livro 6º da Estremadura*, fl. 124v-126.

²⁸² RODRIGUES, Jorge Manuel, *A confraria das almas do Corpo Santo...*, p. 52.

S. Vicente do Corvo ou dos carpinteiros do mar

O Hospital dos carpinteiros do mar ou carpinteiros da ribeira²⁸³ constitui um outro dos casos em que a confraria profissional estabeleceu um estabelecimento hospitalar²⁸⁴, neste caso com invocação a S. Vicente do Corvo. Anastácia Mestrinho localiza-o na Rua de Castelo Picão, no bairro dos escolares, na freguesia do Salvador, posteriormente incorporado no Hospital de Todos os Santos²⁸⁵.

Hospital dos Ganha-dinheiros e polinheiros

As informações que dispomos do Hospital dos ganha-dinheiros são algo escassas. Ainda assim, sabemos que em 1431 os confrades da confraria dos polinheiros e ganhadinheiros de Lisboa encontravam-se em pleito perante o vigário-geral do arcebispo lisiponense contra o vigário e os raçoeiros da colegiada de S. Julião de Lisboa, sobre uma casa situada na rua onde esfolam os carneiros, na qual a confraria fazia hospital e albergaria, chamado «hospital dos Polinheiros»²⁸⁶. Em 1491, o referido hospital era situado na rua Nova do rei²⁸⁷. Seria provavelmente esta casa que, no ano de 1500, situava-se na rua do Anjo, freguesia de S. Nicolau e acolhia dois pobres, encontrando-se nessa altura em plena ruína. Esta casa era térrea, «sem repartimento nenhum nem sobrado e tem de longo 11 varas e terça e de largo 4 varas e terça de 5 palmos cada»²⁸⁸.

Desconhece-se a invocação da confraria e presume-se que destinam-se a trabalhadores que ganhavam à jorna. Estamos no mais comum dos casos, um grupo profissional pouco abastado dependente de instituições de assistência como esta para amparo e auxílio, em caso de necessidade.

²⁸³ CORREIA, Fernando da Silva, “*Os Velhos Hospitais...*”, p. 10. Esta designação é confirmada em documento de 1498 e 1499. ANTT, *Leitura Nova. Livro 9º da Estremadura*, fl. 13-15v, 91-93.

²⁸⁴ TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, *Pobreza e Morte em Portugal...*, p. 140.

²⁸⁵ SALGADO, Abílio José; SALGADO, Anastácia Mestrinho, “*Hospitais Medievais...*” p. 107.

²⁸⁶ Arquivo da Arquiconfraria de Nossa Senhora da Luz, Pergaminho da colegiada de S. Julião de Lisboa, cx. 7, nº 167

²⁸⁷ ANTT, *Leitura Nova. Livro 6º da Estremadura*, fl. 121-122v.

²⁸⁸ ANTT, *Leitura Nova. Livro 1º da Estremadura*, fl. 166-167v (em traslado de 1500). Confirma-se aqui o que referiu Silva Correia sobre a sua localização. CORREIA, Fernando da Silva, “*Os Velhos Hospitais...*”, p. 11.

Anastácia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado sugerem que foi anexado ao Hospital Real de Todos os Santos²⁸⁹, tendo cessado a sua atividade cerca de 1500²⁹⁰.

Hospital de Santa Maria da Pomba ou de João Braga

São também parcas as informações relativas a este estabelecimento. Fernando da Silva Correia localiza-o em Alfama na rua que ia do Salvador para o Chafariz dos Cavalos²⁹¹. Contudo, um documento de 1499 indica que se localizava na rua que chama das arcas, na freguesia de Santa Justa²⁹². Na sequência de um pleito sobre o mesmo, conhecemos uma descrição do referido hospital em 1496: «casas na dita cidade na Rua das Arcas, que soia de ser hospital que foi de João de Braga, as quais são uma loja com meia sobreloja e em cima um sobrado com uma casa dianteira e uma câmara e uma cozinha todo em uma medida repartidos com tavoado e tem de logo 4 varas e meia e de largo outras 4 varas e meia e são as ditas casas em cima e em baixo a dita loja e meos sobreloja²⁹³

Desconhecemos se João Braga tenha sido o seu instituidor, embora muitos hospitais tenham herdado o nome do seu fundador, como já visto em outras instituições estudadas anteriormente, Anastácia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado indicam que foi anexado ao Hospital de Todos os Santos²⁹⁴.

Hospital de Santana ou dos Incuráveis: dos tanoeiros

Em 1494, este hospital, designado de Sta. Ana dos tanoeiros, situava-se nas Fangas da farinha, na freguesia de S. Julião²⁹⁵, aí continuando três anos mais tarde²⁹⁶. Em 1501, continua a ter os seus mordomos²⁹⁷.

²⁸⁹ SALGADO, Abílio José; SALGADO, Anastácia Mestrinho, “Hospitais Medievais...” p. 108.

²⁹⁰ CORREIA, Fernando da Silva, “*Os Velhos Hospitais...*”, p. 12.

²⁹¹ *Ibidem.* p. 12.

²⁹² IAN/TT, *Leitura Nova. Livro 1º da Estremadura*, fl. 161-163 (em traslado de 1500).

²⁹³ IAN/TT, *Leitura Nova. Livro 2º da Estremadura*, fl. 112ss.

²⁹⁴ SALGADO, Abílio José; SALGADO, Anastácia Mestrinho, “Hospitais Medievais...” p. 107.

²⁹⁵ ANTT, *Leitura Nova. Livro 1º da Estremadura*, fl. 213v-214v (em traslado de 1498).

²⁹⁶ ANTT, *Leitura Nova. Livro 2º da Estremadura*, fl. 196-197v (em traslado de 1499).

²⁹⁷ ANTT, *Leitura Nova. Livro 9º da Estremadura*, fl. 123-124v.

Assim como para o estabelecimento hospitalar de Nossa Senhora da Vitória muitas das informações que dispomos do Hospital de Santana, advêm dos relatos de Cristóvão Rodrigues de Oliveira, de Brandão de Buarcos e de frei Nicolau de Oliveira. Estas fontes pouco coincidentes provam a fragilidade e as dificuldades encontradas na reconstrução histórica destes estabelecimentos assistenciais hospitalares.

Cristóvão Rodrigues de Oliveira, no *Sumário em 1551*, indica, quanto à natureza dos doentes, que dava guarida a doentes, jovens, com enfermidades incuráveis, “*onde há sempre enfermos de enfermidades incuráveis. E afirma-se que há agora alguns doentes de vinte e trinta anos...*”²⁹⁸, fazem igualmente referência à existência “*de duas enfermarias, uma com treze leitos no piso de baixo e outra no piso superior com doze*”²⁹⁹.

O número de vinte e cinco leitos, ao tomarmos como fidedigno, coloca o estabelecimento como um dos maiores da urbe lisboeta medieval, cumprindo prioritariamente uma função médica específica e concreta, estando assim em verdadeiro contraciclo com a quase totalidade das restantes instituições estudadas, se excluirmos a gafaria de S. Lázaro, o Hospital da Vitória, e das enfermarias existentes no mosteiro de S. Vicente de Fora e da Trindade. Para acomodar as necessidades dos doentes, o mesmo autor refere a existência de três hospitaleiros, um na casa dos doentes, e outros dois responsáveis pelos entrevados. Verdadeiramente marcante é a afirmação de Brandão de Buarcos sobre a característica social dos elementos doentes, indicados *ipsis verbis* como pedintes³⁰⁰, o que parece transmitir a ausência de um carácter elitista da instituição.

As semelhanças entre o Hospital de Santana e da Vitória levaram a que alguns autores os confundissem, caso de frei Nicolau de Oliveira. Não obstante, como prova de forma objetiva Arminda Rodrigues, embora fossem dois hospitais com características semelhantes, eram perfeitamente distintos³⁰¹. Com o decorrer do tempo, o Hospital da Vitória passou a depender económica e administrativamente do Hospital de Todos-os-Santos, o que nos leva a considerar, embora de forma não totalmente segura, que o mesmo destino poderia ter sido seguido pelo Hospital de Santana.

²⁹⁸ OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues, *Sumario...*, p. 54.

²⁹⁹ *Ibidem*, p. 54.

³⁰⁰ BUARCOS, João Brandão de, *Grandeza e Abastança de Lisboa...*, p. 135.

³⁰¹ RODRIGUES, Arminda, *A Igreja de Nossa Senhora da Vitória Irmandade e Hospício...*, p. 40.

1.4 Indeterminados

Hospital dos Sapateiros

Devido a uma carta de foro de inícios do século XV, concedida por D. João I a Pero Domingues, sapateiro, ficamos a saber da existência na freguesia de São Nicolau de uma albergaria dos sapateiros³⁰², a qual pode ter tido origem no século XIII, segundo uma inquirição datada dessa centúria³⁰³.

Hospital de Nossa Senhora Remédios e de Santo Estevão, dos pescadores chincheiros

Como vimos anteriormente, os pescadores de Lisboa, fundaram numerosas instituições hospitalares, situação que não representa qualquer anormalidade, até porque a cidade dispunha de um elevado número de confrarias de mesteres. Porém, a data de fundação precisa da instituição dos chincheiros, pescadores que pescam com rede de arrastar, é desconhecida. Relativamente à localização, as indicações são díspares, embora pareça-nos mais plausível que se situasse na freguesia de Santo Estêvão³⁰⁴ e que tivesse uma pequena igreja associada, a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios. Fernando da Silva Correia, refere o número de onze camas para mulheres pobres, desejando por isso um bastante razoável em comparação com outros casos anteriormente recenseados. Desconhecemos contudo o critério de admissão das mulheres pobres mencionadas, embora seja de admitir, tendo em consideração as suas congéneres instituições assistenciais mantidas por confrarias, que o hospital concentrasse os seus esforços nas mulheres dos pescadores, membros da confraria ou noutros membros femininos das suas famílias respetivas³⁰⁵.

³⁰² *Chancelarias Portuguesas : D. João I, vol. III, tomo 2...*, p. 534.

³⁰³ ANTT, *Colegiada de Sta. Marinha do Outeiro de Lisboa*, m. 6, n.º. 225

³⁰⁴ OLIVEIRA, Cristovão Rodrigues, *Sumario...* p. 56, por outro lado CORREIA, Fernando da Silva, “*Os Velhos Hospitais...*”, sugere a sua localização em Alfama, na freguesia de S. Miguel. SALGADO, Abílio José; SALGADO, Anastácia Mestrinho, “*Hospitais Medievais...*”, p. 107, localiza-a na rua dos Remédios

³⁰⁵ As vantagens práticas em caso de doença entre os confrades como observa OLIVEIRA, Marques, A. H, *A sociedade Medieval Portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa, 1974, p. 140. Maria Helena da Cruz Coelho refere que “ a caridade não atuava apenas nas casas assistenciais para com o pobre desconhecido. Traduzia-se, sobretudo, na entreajuda, na assistência na privação, ou no sofrimento físico ou moral ao confrade ou seu familiar mais direto.” *As confrarias medievais portuguesas: espaços de solidariedades na vida e na morte*, Dep. de Educación y Cultura, Navarra, 1992, p. 162.

A carência de documentação nos impossibilita de saber qual terá sido o destino final desta instituição.

Hospital dos Pescadores Linheiros

“*O Sprital dos pescadores estaa na freguesia de sacto Esteuao aa porta da cruz, tem tres camas as quaes sustentao os pescadores linheiros somemnte camas E casa*”³⁰⁶. Esta descrição permite confirmar a localização e a relação de proximidade que mantinha com o grupo profissional dos pescadores linheiros. Segundo Cristina Moisão, este Hospital dos Pescadores linheiros situava-se às Portas da Cruz, mais concretamente no cruzamento da Rua do Paraíso com as Portas da Cruz³⁰⁷.

Hospital de S. Jorge ou dos Barbeiros e Caldeireiros, ou de São Jorge dos Barbeiros e Caldeireiros, ou de S. Jorge de Lisboa

Maria José Ferro Tavares situa-o na Rua da Betesga³⁰⁸, freguesia de Santa Justa, Langhans destaca a importância do hospital como local de sociabilidade profissional³⁰⁹, uma vez que em alguns casos era nas casas ocupadas pelas instituições assistenciais que se encontravam igualmente as sedes das corporações, como era o caso do Hospital de S. Jorge³¹⁰. Era da responsabilidade dos barbeiros/sangradores mas também dos físicos, dos cirurgiões e dos boticários, este estabelecimento hospitalar encontrava-se igualmente ligado desde o seu início aos caldeireiros, que inclusivamente e já depois da sua incorporação no Hospital Real de Todos os Santos mantinham um determinado número de camas³¹¹”.

³⁰⁶ OLIVEIRA, Cristovão Rodrigues, *Sumario...*, p. 56

³⁰⁷ MOISÃO, Cristina, “*Os Hospitais Medievais...*” p. 72.

³⁰⁸ CORREIA, Fernando da Silva, “*Os Velhos Hospitais...*”, p. 12.

³⁰⁹ LANGHANS, Almeida “*As Corporações dos Ofícios Mecânicos*”, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1943.

³¹⁰ Dando contudo uma localização diferente em S. Domingos.

³¹¹ RODRIGUES, Arminda, *A Igreja de Nossa Senhora da Vitória Irmandade e Hospício (1530-1862)*, vol. I e II, Lisboa, Dissertação de Mestrado em Estudos do Património, apresentado à Universidade Aberta, 2008, p. 22.

Hospital de Nossa Senhora da Vitória

Os obstáculos em comprovar a origem e a localização do Hospital de Nossa Senhora da Vitória residem no carácter impreciso e por vezes contraditório das fontes existentes sobre algumas destas instituições³¹². Uma das principais fontes que conhecemos para o estudo da instituição de Nossa Senhora da Vitória, até ao terramoto de 1755 é a obra de frei Nicolau de Oliveira³¹³, de inícios do século XVIII, que sugere, incorretamente que a origem do Hospital de Nossa Senhora da Vitória, seria o antigo Hospital de Santana, em cuja capela surgiu o culto de Nossa Senhora da Vitória³¹⁴.

A consulta das fontes elaboradas por Cristóvão Rodrigues de Oliveira³¹⁵ e Brandão de Buarcos³¹⁶ transmite-nos cenários verdadeiramente opostos aos apresentados por frei Agostinho de Santa Maria, uma vez que distinguem claramente o Hospital de Nossa Senhora da Vitória, do Hospital de Santa Ana³¹⁷.

Embora se saiba hoje que se tratam de estabelecimentos distintos, os relatos, aportados por múltiplas fontes, ajudam a compreender a complexidade da reconstrução histórica destes estabelecimentos.

A primeira referência ao hospital que dispomos, é nos facultada por Cristóvão Rodrigues de Oliveira no *Sumário* em 1551, onde descreve a existência de uma irmandade de invocação a Nossa Senhora da Vitória, sediada no Hospital de Nossa Senhora das Virtudes, de fundação muito antiga, mas que, com o tempo, passou a se designar “*da Vitória*”. Segundo o mesmo autor, “*enfermarias onde podia albergar catorze doentes, alguns dos quais incuráveis*”³¹⁸.

Outra fonte que dispomos, é o relato efetuado por Brandão de Buarcos, em a *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552*³¹⁹, onde, de modo semelhante, faz menção aos doentes incuráveis, assinalando desta vez o número de oito leitos para homens, e outros tantos, para

³¹² RODRIGUES, Arminda, *A Igreja de Nossa Senhora da Vitória Irmandade e Hospício...*, p. 36.

³¹³ OLIVEIRA, Nicolau (Frei), *O Livro das Grandezas de Lisboa*, Lisboa, Coleção Conhecer, Lisboa, Vega, 1991.

³¹⁴ RODRIGUES, Arminda, *A Igreja de Nossa Senhora da Vitória Irmandade e Hospício...*, p. 36.

³¹⁵ OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues, *Sumário...*

³¹⁶ BUARCOS, João Brandão de, *Grandeza e abastança de Lisboa...*

³¹⁷ RODRIGUES, Arminda, *A Igreja de Nossa Senhora da Vitória Irmandade e Hospício...* p. 36.

³¹⁸ “Estes pequenos hospitais, geralmente casas de habitação adaptadas a funções hospitalares rudimentares, adaptavam-sebem à função de “depósito” destinado a indivíduos sem hipóteses de cura.” SÁ, Isabel dos Guimarães “Assistência. Época Moderna.” in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 143.

³¹⁹ BUARCOS, João Brandão de, *Grandeza e abastança de Lisboa...*, p. 34.

mulheres. Os elementos do sexo feminino residiam no sobrado e aos doentes os cuidados eram dispensados por um hospitaleiro, sendo provido a cada elemento cama e um sustento de 12 reis diários³²⁰.

Hospital de Sancha Dias e Dom Adão

De um contrato de emprazamento de 1504, extraímos a localização do Hospital de Sancha Dias e Dom Adão na freguesia dos Mártires³²¹. João Brandão de Buarcos, na *Grandeza e abastança de Lisboa* em 1552, inclui como fundador não apenas Sancha Dias, mas igualmente o seu marido Dom Adão “forasteiro fidalgo... a qual casa é das mais antigas desta avocação. E acabada, lhe deixou toda a sua fazenda, e deixou ordenado que nela houvesse... um homem que servisse de tesoureiro, ao qual mandou dar quatro alqueires de trigo e cem rs em dinheiro para conduto, cada mês... Em qual casa dizem cada dia dez missas, e está hoje em dia muito bem adornada e perfeita, porque os mercadores desta Cidade, os mais principais, se fizeram confrades da casa, e eles a têm muito bem concertada.”³²². Este estabelecimento acolheria onze merceiras³²³, que deviam ser de boa nomeada. É incorporado em 1503 no Hospital Real de Todos os Santos³²⁴.

³²⁰ *Ibidem*, p. 34.

³²¹ ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 22, fl. 101, [Em linha. Consult.19 Março 2014]. Disponível em <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=3868221>.

³²² BUARCOS, João Brandão de, *Grandeza e Abastança de Lisboa...*, p. 135.

³²³ *Ibidem*, p. 135.

³²⁴ CARMONA, Mário Reis, *O Hospital Real de Todos os Santos...*, p.154.

Capítulo II - A função social, espiritual e económica dos legados testamentários na instituição e manutenção das mercearias

1.1 Mercearia de D. Maria de Aboim

Por testamento efetuado a 30 de Julho de 1337, D. Maria de Aboim, entre outros numerosos legados pios, assinala a sua vontade aos seus executores testamentários, ao instituir um estabelecimento de assistência nas casas que possuía, às portas de Santo Antão em Lisboa, ao mesmo tempo da fundação de uma capela em S. Domingos “*as mhas casas (a par) de sam Domingos de Lixboa também as de morada come as foreiras pera Deus e mando que meus testamenteiros*”³²⁵.

Esta instituição assistencial hospitalar legada por D. Maria de Aboim é importante para o nosso propósito, pois sobre ela dispomos de um conjunto de informações que não é muito vulgar para este tipo de instituições na Lisboa medieval.

A existência e preservação de parte da documentação no Arquivo Municipal de Lisboa, do *Livro do Hospital de D. Maria de Aboim*³²⁶, contribuiu de uma forma ímpar para a elaboração da história deste estabelecimento, que ajuda na compreensão do espírito assistencial de uma época, caracterizado pelas fundações de estabelecimentos de mercearias por parte das elites (nobreza, oligarquias municipais e realeza) ao longo dos séculos XIV e XV.

As reflexões, os argumentos e as proposições que demonstram o estado de espírito da sociedade lisboeta, em relação aos problemas colocados pela assistência, materializado pela fundação de estabelecimentos hospitalares para merceeiros e de maneira mais geral, pela pobreza e caridade, são elementos que podem aqui ser explorados graças ao fundo documental existente.

A instituidora, filha de D. João de Aboim³²⁷, mordomo-mor do monarca D. Afonso III e valido de D. Dinis, um dos homens mais influentes do seu tempo, casada com Martim Afonso

³²⁵ TAVARES, Maria. J. Pimenta, “Nótulas para o estudo da assistência hospitalar aos pobres, em Lisboa: os hospitais de D. Maria de Aboim e do Conde D. Pedro” in *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas das 1^{as} Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, tomo I, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1973, p. 373.

³²⁶ VIEGAS, Inês; Miguel, MARTINS, *Documentos medievais (1179-1383)*..., e TAVARES, Maria. J. Pimenta, “Nótulas para o estudo da assistência hospitalar aos pobres, em Lisboa...” pp. 371-400. Esta documentação compões-se de documentos originais na sua maioria.

³²⁷ Para mais informações sobre o vasto património deste senhor, ver ROSA, Maria de Lurdes, “A religião no século...”, p. 466.

Telo e, posteriormente, com João Fernandes de Lima, sendo uma das personalidades mais insignes e abastadas do seu tempo.³²⁸ Ao instituir um estabelecimento para merceeiras nas suas casas, D. Maria de Aboim, não principia uma nova tendência, uma vez que a quase totalidade dos estabelecimentos assistenciais hospitalares edificados em Lisboa, não foram construídos sobre um local preciso, com o desígnio de responder primeiramente a uma necessidade hospitalar da população. A localização implica o conhecimento de um conjunto de variáveis que hoje não são totalmente conhecidas, existindo certamente questões de espaço, de acessibilidades, de proximidade das capelas pessoais, que não podem ser menosprezados.

A necessidade da população assistida nesta instituição, os merceeiros, estaria perfeitamente acautelada nas instalações que tinham sido colocadas à sua disposição. Reconhecendo, como afirma Maria Ferro Tavares, que “*os doentes não eram os privilegiados por esta assistência, a menos que se integrassem naquelas enfermidades que por si só, já definiam a pobreza: cegos, coxos, mancos, aleijados, entrevados*”³²⁹, o foco da instituição estabelecida por D. Maria de Aboim não era a este grupo de pobres, estando direcionado a indivíduos de boa nomeada, os merceeiros.

Como identifica Maria de Lurdes Rosa, a preocupação central da instituidora estaria em socorrer mulheres de condição social elevada caídas em pobreza, “*ela própria uma dona viúva, em socorrer as suas congéneres, revela consciência do lugar privilegiado que detinha dentro do género...*” “*sendo que no caso das mulheres especialmente as “envergonhadas” ou “caídas em pobreza”*”, como é aqui o caso “*trata-se antes de mais de preservar um estatuto moral, de enquadrar um grupo...*”³³⁰.

Através da documentação levantada, a mercearia serviria como local de residência a dez mulheres pobres³³¹, que deviam ser de “boa nomeada”, com uma conduta de vida irrepreensível antes e depois de ali entrarem. Caso contrário, poderiam ser expulsas e substituídas por outras necessitadas. As assistidas encontravam neste local todas as condições necessárias à sua subsistência, dos pontos de vista espiritual, físico e material, como veremos de seguida.

É possível, perscrutando a documentação recolhida, uma descrição da fisionomia apresentada pelo estabelecimento assistencial. Com efeito, um aforamento das casas ao

³²⁸ TAVARES, Maria J. Pimenta, “Nótulas para o estudo da assistência hospitalar aos pobres, em Lisboa...”, p. 377.

³²⁹ TAVARES, Maria J. Pimenta, *Pobreza e Morte em Portugal...*, p. 125.

³³⁰ ROSA, Maria de Lurdes, “A religião no século...”, pp. 423-549.

³³¹ FERRO, Maria J. Pimenta, “Nótulas para o estudo da assistência hospitalar aos pobres, em Lisboa...”, p. 377.

sapateiro Gonçalo Mateus, indicava possuírem compartimentos térreos e sobrados em pisos diferentes³³².

Ao ter acesso a este estabelecimento, as pobres assistidas, isto é, as merceeiras, tinham como missão retribuir a esmola material e a assistencial com as suas orações e a participação nos ofícios litúrgicos, que tinham lugar nas capelas próximo da sua instituição hospitalar, no convento de S. Domingos. Era esta a retribuição esperada, uma interação entre instituidor e assistido, no qual o primeiro dispensava do seu património material, em troca de reconforto espiritual, proporcionado pelas assistidas.

Maria Aboim, por intermédio do seu testamento³³³, encarrega o cumprimento da realização do seu hospital primeiramente aos testamenteiros. Após o falecimento destes, a superintendência dos seus estabelecimentos ficaria a cargo do concelho de Lisboa.

Os testamenteiros inicialmente designados para assumir a responsabilidade, João Esteves Pão e Agua, vizinho de Lisboa, e Martim do Avelar, ambos cavaleiros, por motivos que se desconhecem, vêm a sua nomeação revogada³³⁴, não sendo indicado quem os substitui, o que nos impossibilita de saber quais os testamenteiros que primeiramente tomaram conta da administração, ou mesmo se este foi entregue imediatamente ao município³³⁵.

A referência mais antiga de um provedor desta mercearia pertence a Pêro Esteves, datada de 3 de Junho de 1383³³⁶. Nela, encontramos-lo numa situação difícil, pois ele se vê forçado a demitir-se do cargo em consequência da iniciativa do conde de Barcelos a favor do seu escudeiro Martim Gonçalves³³⁷, e emitida pela vereação do paço do concelho de Lisboa. A intromissão nos assuntos do Hospital de D. Maria Aboim não será uma ocorrência excepcional, tal como acontecem nos estabelecimentos hospitalares assistenciais em geral, como temos vindo a estudar. Assim, foi igualmente administrador Lourenço Eanes, por mediação de D. João I, de quem era escudeiro³³⁸.

Porém, cabia aos alvazis e ao procurador do município de Lisboa a supervisão da gestão do estabelecimento hospitalar, recebendo por essas funções dez libras para cada um dos alvazis

³³² *Ibidem*, p. 378.

³³³ VIEGAS, Inês; Miguel, MARTINS, *Documentos medievais (1179-1383)*..., p. 50.

³³⁴ TAVARES, Maria J. Pimenta, “Nótulas para o estudo da assistência hospitalar aos pobres, em Lisboa...”, p. 374.

³³⁵ VIEGAS, Inês; Miguel, MARTINS, *Documentos medievais (1179-1383)*..., p. 51.

³³⁶ *Ibidem*, p. 110.

³³⁷ TAVARES, Maria J. Pimenta, “Nótulas para o estudo da assistência hospitalar aos pobres, em Lisboa...” p. 375.

³³⁸ *Ibidem*, p. 111.

e cinco libras para o procurador³³⁹. Estes não deixaram certamente de perceber o quando estas intervenções poderiam ser nefastas para tais instituições.

Durante os dezassete anos que Lourenço Eanes detêm a provedoria do Hospital de D. Maria Aboim³⁴⁰, os abusos cometidos foram de tal ordem notórios e potencialmente perniciosos que o mesmo soberano, que inicialmente o indigitou no cargo, D. Joao I se viu na obrigação de ordenar ao concelho de Lisboa a nomeação de um outro provedor, responsabilizando-se perante o Município pelas ações de Lourenço Anes, dando-se como “fiador” de qualquer quantia que o hospital se ache credor³⁴¹.

Uma vez Lourenço Eanes destituído, os juízes, procuradores e vereadores do Município de Lisboa, nomearem a 18 de Julho de 1409, Martim Lourenço, contador do concelho³⁴². Na provedoria vinte e seis anos após esta data, Martim Lourenço era ainda o responsável do hospital a 15 de Setembro de 1435, aquando das visitas de supervisão efetuadas ao estabelecimento hospitalar e às merceiras que nele habitavam pelos juízes João Aires de Azambuja, cavaleiro e Luís Eanes cidadão, e pelo procurador do concelho³⁴³.

Após a longa estância deste provedor no exercício das suas funções, chega-nos o registo de Péro Vasques, enquanto provedor do hospital, ex-reposteiro-mor, ocupando da mesma forma o cargo por um extenso período, num total de mais quinze anos, entre 1459³⁴⁴ a 1474³⁴⁵. Por último, coube a João Egas a função de provedor no momento da anexação do Hospital de D. Maria de Aboim ao de Todos os Santos por D. Manuel I³⁴⁶.

Não foi somente a nobreza e o poder real que interferiram na administração da mercearia de D. Maria de Aboim. A Igreja de Lisboa empenhou-se igualmente por algumas vezes em se imiscuir na administração desta instituição. Temos conhecimento que em 1391, o provedor, Lourenço Eanes, embarga um emprazamento de um pardieiro pertencente ao Hospital de D. Maria de Aboim, o qual foi feito "*sem autoridade de bispo e de vigairo*", ademais de "*os beens dos espritaaes eram cousa de propriedade e perteencem ao bispo*" no dizer do vigário de Lisboa³⁴⁷.

³³⁹ *Ibidem*, p. 111.

³⁴⁰ *Ibidem*, p. 111.

³⁴¹ *Ibidem*, p. 111.

³⁴² *Ibidem*, p. 111.

³⁴³ *Ibidem*, p. 376.

³⁴⁴ *Ibidem*, p. 376.

³⁴⁵ *Ibidem*, p. 376.

³⁴⁶ *Ibidem*, p. 376.

³⁴⁷ *Ibidem*, p. 377.

Tais situações tornam-se visíveis, quando a título exemplificativo, temos acesso a um contrato de emprazamento onde os juizes e o procurador do concelho afirmam "*que era verdade que per instituicam do dicto spital per que foy instituido e ordenado os juizes do civil e procurador da dicta cidade que em cada huum anno forem em a dicta cidade e provedor do dicto spital som todos juntamente delle e de todas suas possissooes regedores e aministradores*"³⁴⁸. Noutro, fazem menção à invalidade do contrato, elaborado pelo provedor Martim Gonçalves, uma vez que não fora realizado "*per autoridade da justiça*"³⁴⁹. Ao longo do século XV, os abusos cometidos na administração dos bens e do património do hospital são notórios.

É provável que tais desmandos fossem provocados pela longa permanência dos provedores na administração das instituições hospitalares que tinham a responsabilidade de gerir e manter. Contribuía em simultâneo para a desordem das instituições hospitalares medievais, a promiscuidade dos provedores na ocupação de outros cargos, concelhios ou não.

Os provedores nomeados tinham como função primeira a administração dos Hospitais e dos seus bens, no qual se incluía a gestão das rendas, dos emprazamentos e dos aforamentos desses mesmos bens, assim como a recolha da produção, das rendas e direitos, sendo que como representantes dos estabelecimentos, tinham o direito de dar quitações e entrar em pleitos e demandas concernentes ao hospital.

O seu poder dentro das instituições não era porém ilimitado, visto que aos provedores não lhes é permitido, ultimar qualquer contrato de emprazamento, arrendamento ou aforamento sem a presença de pelo menos, um dos magistrados municipais, sob pena de invalidade.

Embora o seu poder não fosse ilimitado, ficaram diretamente responsáveis pelo imenso rol das propriedades urbanas e rústicas, legados pela instituidora D. Maria de Aboim, composto por bens urbanos dispersos por várias zonas de Lisboa³⁵⁰, onde se incluía os bens que possuía em Santo Antão, entre os quais as casas do próprio hospital e as de habitação do provedor;³⁵¹ e em São Julião, nas ruas da Corredoira, Pedras Negras, das Mudanças, das Esteiras e dos Fornos³⁵². D. Maria de Aboim possuía o banho do Rossio, o qual, na altura que o testamento foi redigido,

³⁴⁸ *Ibidem*, p. 377.

³⁴⁹ *Ibidem*, p. 377.

³⁵⁰ VIEGAS, Inês; Miguel, MARTINS, *Documentos medievais (1179-1383)*..., p. 51. Igualmente o hospital tinha núcleos patrimoniais em Benfca e Torres Vedras.

³⁵¹ TAVARES, Maria J. Pimenta, "Nótulas para o estudo da assistência hospitalar aos pobres, em Lisboa...", p. 377.

³⁵² *Ibidem*, p. 378.

estava aforado a Vasco da Veiga³⁵³. Não era somente em Lisboa que a instituidora possuía bens, uma vez que doa o rendimento de algumas habitações que detinha na judiaria de Leiria, as quais ultrapassariam a dezena³⁵⁴. Também em Torres Vedras, o património de D. Maria de Aboim era vasto, possuindo "das melhores casas" da vila³⁵⁵.

Os bens rurais, igualmente vastos, localizavam-se no termo de Lisboa, em Sintra, em Mafra e em Torres Vedras³⁵⁶, e eram constituídos por casais, quintas e herdades onde se cultivam os cereais, sobretudo o trigo, a julgarmos pelos foros, a vinha, árvores de fruto, além da criação de gado miúdo, caso das ovelhas, carneiros e porcos³⁵⁷.

Sendo os bens que acabamos de enumerar os meios de subsistência do hospital, poder-se-á, à partida, pensar que estes bens, geridos de forma eficiente e racional seriam suficientes para suprir as necessidades das merceeiras e para a preservação e manutenção da instituição. No entanto, não nos devemos esquecer que aos desmandos de alguns provedores em cima analisados, se acrescentaram as guerras fernandinas e as enormes destruições provocadas pelos exércitos castelhanos na região de Lisboa e arredores, e a crise de 1383-1385, que colaboraram de forma decisiva para uma depauperação do património. Com efeito, um dos seus foreiros declarou que "*perderom todo-los gaados e beens que aviam pello mal da dicta guerra*"³⁵⁸, situação que não devia ser excepcional nem singular.

Idêntico exemplo dos prejuízos causados pela guerra é o registo, datado de 12 de Maio de 1388, no qual o provedor Martim Gonçalves de Travaços entra em demanda com Lourenço Eanes, foreiro de um casal sito em Talaíde, termo de Sintra, pelo não pagamento de foro relativo aos anos de 1384 e 1385, alegando o réu em sua defesa, que o facto de os castelhanos se encontrarem nesta localidade, o obrigou a refugiar-se em Lisboa durante estes dois anos, acabando por concluir que "*nom era theudo a pagar a dicta rrendas*"³⁵⁹.

³⁵³ *Ibidem*, p. 378.

³⁵⁴ VIEGAS, Inês; Miguel, MARTINS, *Documentos medievais (1179-1383)*...p. 102.

³⁵⁵ TAVARES, Maria J. Pimenta, "Nótulas para o estudo da assistência hospitalar aos pobres, em Lisboa...", p. 373.

³⁵⁶ *Ibidem*, p. 373.

³⁵⁷ *Ibidem*, p. 374

³⁵⁸ *Ibidem*, p. 374.

³⁵⁹ *Ibidem*, p. 374 Lourenço Eanes refere que "teendo el o dicto casal bem lavrado e sometado que el se colheo a esta cidade co medo dos castellaos que vierom sobre esta cidade e jouve aqui ataa que Deus deu vitoria a nosso senhor el-Rey com os imigos assy que no dicto ano que el tinha semetado apanharom os imigos e o outro ano nom ousom dhir allo nem lavar nem sementar por medo dos imigos que jaziam em Sintra e en cassa que corriam a terra assy que ficou o dicto casal em pousio como ficaram todos os outros dessa comarca e que portanto nom era theudo a pagar a dicta reenda".

Por conseguinte temos de admitir que o Hospital de D. Maria de Aboim, nos finais do século XIV e inícios do XV, apresentava uma situação económica precária não alcançando melhorias significativas no decorrer da centúria³⁶⁰.

Em data que não podemos precisar, D. Afonso V nomeia provedor do Hospital de D. Maria de Aboim, João Álvares Portocarreiro³⁶¹. A 1 de Abril 1486³⁶², chega-nos o registo do cargo de provedor ser atribuído por um determinado prazo de tempo, neste caso quatro anos.

A decadência do estabelecimento assistencial de D. Maria Aboim, e os severos acontecimentos de finais da centúria de Trezentos, refletem a instabilidade dos tempos que os habitantes do município suportaram com maior ou menor dificuldade. A ambição de D. Fernando pelo trono castelhano, as invasões das tropas espanholas, passando pelo período de pestes e ciclos de carestia alimentar, comprometeram um desenvolvimento económico. A incluir a estes fatores externos que impediram por vezes o normal funcionamento do estabelecimento, temos de acrescentar os fatores internos, já especificados previamente, que não eram de forma nenhuma menos gravosos na subsistência dos estabelecimentos assistenciais hospitalares medievais.

A conjuntura social e económica evidencia a precariedade das instituições hospitalares, numa época que vemos o número de necessitados a aumentar. Testemunha-se uma redução dos recursos de muitas dessas instituições, finalmente em 1502, deixa de ter vida própria, pois as suas casas são aforadas como habitação, a particulares³⁶³ sendo agregado ao Hospital Real de Todos os Santos.

1.2 Mercearia de Maria Esteves

O Hospital de Maria Esteves, se excluirmos a localização, o número de merceeiros, e o nome fundadores, em nada de substancial diverge das suas homólogas destinadas aos merceeiros, nem mesmo a natureza dos instituidores enquanto membros de elevada posição social. A matriz de obra pia, edificada com a ambição de preservar a memória dos fundadores

³⁶⁰ *Ibidem*, “Nótulas para o estudo da assistência hospitalar aos pobres, em Lisboa...”, p. 376.

³⁶¹ *Ibidem*, p. 376.

³⁶² *Ibidem*, p. 376.

³⁶³ *Ibidem*, “Nótulas para o estudo da assistência hospitalar aos pobres, em Lisboa...”, p. 376.

para consolo da sua alma, é evidente, atingindo o corolário na edificação da capela na Igreja paroquial de Santo André, do hospital e na distribuição de vários outros legados.

Por intermédio do testamento efetuado pela fundadora, pudemos verificar que visava a construção de uma obra assistencial perfeitamente determinada e o modo e forma que a assistência devia ser disponibilizada e organizada, encontrando-se em perfeita sintonia com as restantes mercearias, enquanto local de recolhimento para indivíduos de uma hierarquia social elevada, de idade avançada, encontrando-se numa posição económica fragilizada - neste estabelecimento com a particularidade dos seus elementos terem de ser do sexo feminino.

As casas destinadas à mercearia, não pertenciam à testamenteira, ao contrário do ocorrido nas mercearias de D. Maria de Aboim, do Conde D. Pedro, de Bartolomeu Joanes ou de D. Afonso IV e D. Beatriz, por exemplo. Não se tratava todavia de uma instituição criada de raiz, para acudir a quaisquer hipotéticas necessidades dos seus residentes, mas antes e de acordo com Isaías Pereira, de uma casa doada por Pêro Mendes³⁶⁴. O nome da instituição tomava de forma recorrente o nome do seu fundador, e o Hospital de Maria Esteves, fiou para a posteridade como mercearia de Maria Esteves.

Tal se explica porque, embora as habitações, tivessem sido legadas por Pêro Mendes, os bens que permitiriam o mantimento da instituição e dos merceeiros doados foram por Maria Esteves, como forma de preservação da sua memória e a dos seus familiares diretos, entre os quais a de seu marido, Aires Martins, escrivão da puridade de D. Dinis, e Vice-Chanceler, que falecera em peregrinação à Terra Santa. O perdão de ações mundanas nem sempre revestidas de imaculada cristandade, encontram alívio através de obras pias e peregrinações³⁶⁵, uma forma de cuidado a longo prazo da alma.

Enquanto Aires Martins padece no cumprimento de uma obra pia imaterial, a sua viúva detentora de uma vasto património imóvel em Lisboa e de uma elevada liquidez financeira³⁶⁶, manda construir uma obra pia material e sólida, que por meio dos merceeiros e da ligação com eles estabelecida, a acompanharia para a posteridade. Da solidez da sua obra e do amparo prestado a quem a frequentava, fica o registo de João Brandão de Buarcos, mais de dois séculos depois, afirmando «*cada mês quatro alqueires de trigo e cento e cinquenta rs em dinheiro para conduto; e cada ano setecentos rs em dinheiro para vestido e calçado*³⁶⁷».

³⁶⁴ PEREIRA, Isaías da Rosa, “As obras de misericórdia na Idade Média...” p. 725.

³⁶⁵ BRANDÃO, António, *Collecção Dos Principaes...* p. 267.

³⁶⁶ ROSA, Maria de Lurdes, “A religião no século...”, p. 470.

³⁶⁷ BUARCOS, João Brandão de, *Grandeza e Abastança de Lisboa...*, p. 135.

De forma a garantir a sustentabilidade e a longevidade do estabelecimento, Maria Esteves determina através do seu testamento vários bens, entre os quais passamos a especificar: um casal na Terrugem e Alfragide, reguengos de el-rei, e um casal em Alcubela, um casal em Vila Nova dos Mouchos, termo de Lisboa, que fora de Clara Esteves, um casal na Carvalha, termo de Lisboa, uma casa no Picoto, que estava emprazada a Rodrigo de Cetalo, uma adega na Porta do Sol, que entre a cadeia de el-rei, uma vinha em Palmas, termo de Lisboa, três courelas pequenas de vinha na várzea da Ameixoeiro, termo de Lisboa³⁶⁸.

Os bens legados, por Maria Esteves, não se ficavam pelo caso específico do seu hospital e da sua capela, pois incluíam bens legados a outros Hospitais de Lisboa, entre eles Hospital dos Meninos e Hospital de Paio Delgado, com 3 libras; e com 20 soldos, ao Hospital de Santa Barbara, ao Hospital de S. Vicente; 40 soldos ao Hospital de Roncesvalles e ao Hospital do Corpo de Deus³⁶⁹. Entre os inúmeros bens que Maria Esteves destinou a fins pios, destacam-se também a albergaria da Azóia, que certamente fundou.

Mesmo tendo existido listas de bens legados mais impressionantes, de nenhuma forma pudemos dizer que se trata de um conjunto de bens negligenciáveis, até porque deveriam suportar um número importante de encargos, *“seis dinheiros por dia para vinho e para conduto e para seu mantimento, um alqueire de trigo por semana, seis côvados de pano de Valença, duas camisas, um par de sapatos e um véu, por ano, um leito com a sua cocedra (colchão) e almadrague (enxergão) de lã de carneiro, dois chumaços (travesseiros) de pena e uma almocela (cobertor), uma coberta e um ´chanrom”*³⁷⁰, ao que se inclui a renovação anual de vestimentas e ainda um interessante pormenor, a existência de uma lâmpada de deveria iluminar o hospital durante a noite³⁷¹.

Este tipo de gestos e cuidados para com as mulheres que residiam na instituição, por certo, fariam uma grande diferença. Numa sociedade em que a sua posição nem sempre era cómoda, o poder jurídico muitas vezes as preteria à palavra e desmandos dos homens, mesmo nas classes mais elevadas, como se pode ver num exemplo francês pela carta de Jean de Montreuil ao seu amigo Gontier Col, expondo argumentos, que a condição feminina encontrava-se frequentemente numa posição precária e preocupante, que nem mesmo as que

³⁶⁸ PEREIRA, Isaias da Rosa, “As obras de misericórdia na Idade Média...”, p. 726.

³⁶⁹ *Ibidem*, p. 728.

³⁷⁰ *Ibidem*, p. 726.

³⁷¹ *Ibidem*, p. 726.

pertenciam a uma elevada condição social estariam poupadas, bem longe dos nobres ideias de cavalaria e de amor cortês³⁷².

Se nem sempre o cenário era o mais favorável para as mulheres de elevada condição, a situação não era, naturalmente, mais branda para com as mulheres de condição social mais desfavorecida. Como nos relembra Maria Ferro Tavares a pobreza e a solidão fragilizava intensamente a posição da mulher³⁷³.

Esta instituição assistencial, que foi posta ao serviço de um conjunto de mulheres, de uma certa posição social, teria sido preferencialmente utilizada pelas mulheres do círculo de solidariedades de Maria Esteves, que assim assumiram a obrigação de ir a Igreja de Santo André para assistir aos seus ofícios e rezar pela alma da testadora e seu marido, e dos seus benfeitores, a saber os seus pais e dos seus filhos, assim como por alma de D. Dinis e seus sucessores, assim como pelo bispo de Lisboa D. Domingos Jardo, entre outros benfeitores não especificados³⁷⁴. Às merceeiras assistidas era-lhes exigido a deslocação diária à capela de Santo André de Lisboa, para rezar e participar nas cerimónias por alma dos elementos anteriormente referidos. Como em outras instituições, a não satisfação destas responsabilidades poderia dar origem à expulsão da instituição³⁷⁵.

Não é objetivo deste trabalho estudar aprofundadamente as capelas que foram instituídas muitas vezes de forma praticamente simultânea com os estabelecimentos hospitalares assistenciais das mercearias. Devemos contudo ter presente que, muitas vezes no que a mercearias e capelas diz respeito, a sua divisão não era estrita. Estas instituições praticantes de obras de misericórdia corporais não eram concebidas sem a sua componente de misericórdia espiritual.

Para que a gestão do património e dos bens permitisse o correto funcionamento da instituição e o mantimento das merceeiras, seriam prestadas contas anualmente pelo prior de Santo André ao vigário de Lisboa, assim como ao provedor do Hospital de Santo Elói. Estariam igualmente presentes um ou dois descendentes da linhagem da fundadora ou do seu marido³⁷⁶. Este tipo de medidas era tanto ou mais necessárias quando exemplos existiam, em abundância,

³⁷² COVILLE, A., Gontier et Pierre COL, *l'Humanisme en France au temps de Charles VI*, Paris, Droz, 1934, pp. 63-65.

³⁷³TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, *Pobreza e Morte em Portugal na Idade Média*. Lisboa, Editorial Presença, 1989, p 40.

³⁷⁴ ROSA, Maria de Lurdes, “A religião no século...”, p. 509.

³⁷⁵ PEREIRA, Isaiás da Rosa, “As obras de misericórdia na Idade Média...”, p. 727.

³⁷⁶ *Ibidem*, p. 725.

da discrepância entre a vontade do instituidor com a realidade do quotidiano, mesmo poucas décadas passadas após a sua morte.

Sem elementos que o comprovem, não sabemos o que terá levado a instituidora a precaver-se de potenciais ingerências no padroado de Santo André, se o estudo ou o conhecimento de casos contemporâneos, ou simples prudência de alguém com experiência e anos de vida, certo é que a sua prudência, atestada em 1333, seria compensada, uma vez que acautelaria o hipotético esquecimento da legitimidade da doação do padroado de Santo André, feito por D. Dinis³⁷⁷.

A depauperização das finanças com o passar do tempo, independente dos bens que tivessem sido atribuídos inicialmente era, como temos vindo a perceber, uma realidade que afligia muitas instituições. O Hospital de Maria Esteves não ficou imune a esta situação. Na prestação de contas efetuadas pelo provedor ao vigário-geral, Cristóvão Eanes, em 1456, relativa aos anos compreendidos de 1433 a 1455, verifica-se a existência de um prejuízo na ordem de 14290 libras “da moeda ora corrente”, entre as 576 100 libras e 4 soldos de receita e as 590 390 libras e 4 soldos de despesa, diferença que o provedor teve de pagar do seu bolso³⁷⁸, visto a mercearia não apresentar mais receitas e capacidade financeira para precaver as necessidades das suas merceiras.

A instituição assistencial de Maria Esteves não será integrada no Hospital Real de Todos os Santos. Contudo as constantes mutações sofridas pelo estabelecimento acabaram por afetar o desempenho da instituição, a qual em 1586 sustentava somente quatro merceiras, dada a impossibilidade de sustentar as sete, informação que nos chega por intermédio da bula de Sisto V, “Exhibita siquidem”³⁷⁹.

³⁷⁷ *Ibidem*, p. 727. Este esquecimento ocorreria somente em 1439, quando pôs-se em dúvida a posse do padroado durante o reinado de D. Afonso V, que entretanto encontrava-se na posse dos raçoeiros de Santo André, depois da morte da instituidora. Uma posterior pesquisa dos registos na Torre do Tombo, dissipou as dúvidas, e os raçoeiros continuaram na posse do direito de apresentação do prior.

³⁷⁸ *Ibidem*, p. 727. Este documento na nossa perspetiva reveste-se de uma importância considerável, porque transmite-nos dados numéricos raros de uma realidade que deveria ser frequente. Os registos de contabilidade dos diferentes hospitais lisboetas que chegaram aos dias de hoje, não existem para o período medieval.

³⁷⁹ PEREIRA, Isaias da Rosa, “As obras de misericórdia na Idade Média. As mercearias de Maria Esteves, in *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas das 1^{as} Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, tomo II, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1973, p. 727.

1.3 Mercearia do Conde D. Pedro

A instituição de assistência fundada por D. Teresa Eanes constituía um local onde os mais velhos, de uma categoria social elevada, poderiam passar os últimos anos, em relativa paz e conforto, em tudo semelhante aos anteriormente analisados. Ao estudarem-se as instituições de assistência hospitalar, dedicadas a merceeiros, temos de compreender que o objetivo principal da instituição não se traduzia na cura de doenças ou enfermidades. Alguém que estivesse seriamente doente, não poderia pretender encontrar neste hospital uma cura para a enfermidade que o afligia, a não ser que fosse um dos merceeiros assistidos e que pontualmente se encontrasse doente.

Mesmo que estas instituições não pudessem fazer muito pelos indivíduos doentes, o providenciar de um teto e a atribuição de um modesto rendimento, seria sem dúvida vital a quem a eles conseguisse ter acesso. De tal ordem era a sua relevância e a necessidade, que poucos pobres miseráveis tinham acesso a este tipo de assistência, estando reservada como temos desenvolvido a “pobres de excelência”, ou de berço.

Silva Carvalho informa que inicialmente, a instituição assistencial hospitalar, fundada por D. Teresa Anes, teve por finalidade o acolhimento de pobres de ambos os sexos, embora este mesmo autor indique um único merceeiro do sexo masculino Afonso Anes, criado do Conde. Fernando da Silva Correia, por sua vez, faz referência à presença de cinco merceeiras³⁸⁰. Não nos é possível, porém, determinar com total exatidão se este número se manteve ao longo do tempo.

As flutuações das rendas geradas pelo património condicionavam as suas receitas e por extensão a ação, assistencial, como se verifica pela provedoria de João Eanes, durante a qual os merceeiros recebiam vinte reais mensais para o seu sustento e para vestir, soma manifestamente insuficiente, ao ponto dos merceeiros "*nom aviam pera agua para beber*", contribuindo para que o juiz Bartolomeu Eanes, enquanto responsável do município de Lisboa, mandasse o provedor João Afonso de Óbidos, substituir João Eanes³⁸¹.

D. Teresa Eanes, seguindo o movimento de fundação de obras pias, ademais do hospital, transmite o desígnio de fundar uma capela, na Sé de Lisboa, onde manteria quatro capelães

³⁸⁰ CORREIA, Fernando da Silva, “*Os Velhos Hospitais...*”, p. 12.

³⁸¹ FERRO, M. J. Pimenta, “Nótulas para o estudo da assistência hospitalar aos pobres...”, p. 377.

residentes na igreja matriz³⁸². Estes teriam responsabilidade de oficiarem as missas por alma dos testadores, sendo remunerados com rendas provenientes das propriedades doadas ao hospital. Para além de partilharem os rendimentos do hospital com a capela, e com os clérigos a ela afetos, os merceeiros deveriam comparecer aos ofícios em memória dos instituidores.³⁸³

Todo o investimento efetuado por D. Teresa Eanes em legados pios, “*preside um complexo de objetivos, que tem a ver desde logo com a dádiva desinteressada de recompensas materiais mas de modo nenhum gratuita quanto as espirituais e simbólicas*”³⁸⁴, significando que se, por um lado os pobres assistidos, tinham acesso a uma série de regalias, enquanto membros da casa assistencial instituída por D. Teresa Eanes. Por outro, tinham também deveres, entre as quais se destaca a participação nos ofícios litúrgicos por alma da instituidora, não causando qualquer surpresa a proximidade física entre o hospital e a capela instituída por D. Teresa Eanes.

A localização deste hospital, à semelhança do Hospital de D. Maria de Aboim, não respondia a nenhuma necessidade específica daqueles que o frequentavam, uma vez que grande maioria das casas hospitalares medievais se localizava nas casas dos instituidores. “*E outorgo que se faça hum hospital nas minhas cazas de Lisboa que foram de Dona Gracia*”³⁸⁵ para prover e manter “*quantos pobres hy comprirom per numero e que s'y podem manteer*”³⁸⁶.

O hospital era constituído por quinze casas, cinco térreas e dez sobradadas, todas num piso, possuindo uma torre com dois sobrados sobrepostos e uma varanda, para além de um quintal. O andar térreo tinha um patim ou pequeno pátio, com uma cisterna³⁸⁷, assim como uma entrada descoberta, não nos chegando qualquer registo que possuísse boticas. Em Lisboa eram raros os estabelecimentos com estas dimensões; o ex-paço de D. Grácia foi avaliado em 8500 reais de prata, em 1500³⁸⁸, sendo aforado em enfiteuse ao conde de Portalegre.

Como forma de manter o hospital e as suas merceeiras, D. Teresa Eanes de Toledo e o próprio Conde D. Pedro doaram-lhes bens situados em Lisboa, Sintra, Torres Vedras e nos seus respetivos termos, constituídos por uma grande quantidade de casais, terras de pão, pomares,

³⁸² *Ibidem*, p. 377.

³⁸³ *Ibidem*, p. 377.

³⁸⁴ ROSA, Maria de Lurdes, “A religião no século...”, p. 460.

³⁸⁵ *Portugaliae Monumenta Misericordiarum...* p. 170.

³⁸⁶ TAVARES, Maria J. Pimenta, “Nótulas para o estudo da assistência hospitalar aos pobres...”, p. 379.

³⁸⁷ *Ibidem*, p. 379.

³⁸⁸ *Ibidem*, p. 379.

moinhos e marinhas³⁸⁹, bem como algumas propriedades urbanas, quer em Lisboa, quer em Sintra³⁹⁰.

Da parte de D. Teresa Eanes, são doados os seus bens em Lisboa e no seu termo entre os quais se contam um lagar, a Quinta da Ribeira, em Azoia, assim como um casal na Romeira, propriedades que tenham sido doadas pelo conde D. Pedro em pagamento de dez mil libras de dinheiros portugueses que ela lhe emprestara para a compra dos bens que a condessa D. Maria Ximenes, sua segunda mulher, possuía no reino português³⁹¹.

Da parte do conde D. Pedro, contabilizamos os bens pertencentes a D. Branca Peres,³⁹² filha de D. Pero Eanes de Portel e D. Constança Mendes de Sousa. Por falta de descendência deste matrimónio são doados vitaliciamente ao hospital administrado por Pedro Esteves, vedor da sua casa e futuro provedor do estabelecimento do Conde D. Pedro estes bens devem ser acrescentados os bens da coroa³⁹³ situados em Sintra e nos seus arredores, que terão pertencido a Pedro Fernandes, copeiro e almoxarife de D. Afonso III, doados por D. Dinis, dos quais incluem uma adega com cubas e tinas em Sintra, uma azenha com pomar na Portela, outra azenha e um campo em Varatojo, uma courela de vinha a par das donas de Chelas, outra na Várzea e ainda outra em Galamares, um pomar na Serra, um casal, em Lentergas, e outro no Azambujal³⁹⁴.

A forma de gerir este vasto património de bens urbanos e rurais, passou por uma tentativa de rentabilização, através de contratos de aforamento, emprazamento e arrendamentos.

Se, por um lado, se afigura a nosso ver difícil um património desta magnitude não ser suficiente para suprir as necessidades daqueles que frequentam o hospital, não é tarefa fácil avaliar a estabilidade económica desta instituição ao longo dos dois séculos, se atendermos em que parte dos pagamentos é efetuado em moeda, frequentemente sujeita a desvalorizações³⁹⁵, ou dado ainda que o impacto das guerras fernandinas e da crise de 1383-85, como já visto anteriormente, contribuiu para as dificuldades económicas sentidas e em Lisboa, em termos do aumento do custo de vida e do número de pobres e inválidos³⁹⁶.

³⁸⁹ *Ibidem*, p. 379.

³⁹⁰ *Ibidem*, p. 379.

³⁹¹ *Ibidem*, p. 396.

³⁹² *Ibidem*, p. 397.

³⁹³ *Ibidem*, p. 397. D. Pedro Afonso ocupa igualmente o cargo de alferes-mor do reino (título e cargos deixados vagos pela morte de D. Martim Gil de Riba de Vizela, em 1312).

³⁹⁴ *Ibidem*, p. 398.

³⁹⁵ *Ibidem*, p. 398.

³⁹⁶ *Ibidem*, p. 398.

D. Teresa Eanes confia no seu testamento a provedoria da capela e do hospital à mesma pessoa. Primeiramente essa responsabilidade recairia sobre o próprio Conde D. Pedro, e após a sua morte, que veio não muito depois da intuição do hospital, ao já mencionado Pêro Esteves, vedor da casa do conde de Barcelos e seu criado. Mesmo antes da morte do Conde D. Pedro, Pero Esteves era já responsável pelas questões jurídicas associadas ao estabelecimento, incluindo a venda, aforamento e escambo de propriedades, ocupando o cargo de procurador e talvez mesmo o de provedor³⁹⁷. Após 1361, data em que temos acesso ao último documento aludindo a Pêro Esteves como provedor³⁹⁸, a provedoria e a administração seria transmitida diretamente ao Município de Lisboa, que nomeia para o cargo Vasco Afonso Carregueiro³⁹⁹, o qual sucedeu a João Cravo⁴⁰⁰.

Os múltiplos encargos e responsabilidades que pesavam sobre os magistrados municipais, levaram em que algumas ocasiões a atenção dispensada ao hospital não fosse a máxima “*per razom dos negocyos que aviam no dicto julgado*”, concluindo-se que melhor era alterar o provedor no cargo de administração do hospital e da capela, nomeando-se para o cargo Vasco Afonso⁴⁰¹.

A realidade é que a acumulação dos cargos concelhios e da provedoria do hospital, propiciava em alguns casos o desfalque dos bens legados⁴⁰². Por vezes, os problemas não resultavam de uma mera vontade em obter proveito pessoal, mas de manifesta falta de tempo devido a outros compromissos, como ilustrado no caso de João Rodrigues, que tinha “*encarrego que tiinha do dicto almoxarifado el nom podia proveer e menistrar o dicto esspital como compria*”⁴⁰³.

Para fazer face às questões económicas, cada vez mais graves, o provedor João Rodrigues autorizou a venda, em 1389, de umas casas do Hospital do Conde D. Pedro, junto ao alpendre do Convento de S. Francisco, a qual se encontravam emprazadas “*a quem quisesse e que fosse tal pessoa que as adubasse e apreffeitasse e pagasse em cada huum ano ao dicto esspriital o fforo dellas pela guisa que o pagava o dcito...*”⁴⁰⁴

³⁹⁷ *Ibidem*, p. 390. Sobre estes provedores, veja-se o trabalho de FARELO, Mário Sérgio, *A Oligarquia camarária de Lisboa...*

³⁹⁸ *Ibidem*, p. 390.

³⁹⁹ *Ibidem* p. 390.

⁴⁰⁰ *Ibidem*, p. 390.

⁴⁰¹ *Ibidem*, p. 391.

⁴⁰² *Ibidem*, p. 391.

⁴⁰³ *Ibidem*, p. 391.

⁴⁰⁴ *Ibidem*, p. 391.

Esta preocupação para com a idoneidade e seriedade dos provedores, como condição de estabilização económica, tem uma importante adenda, na nomeação do sucessor de João Eanes, João Afonso de Óbidos, escudeiro do monarca, em razão da obrigação em designar um fiador que se responsabilizasse perante o Município pelo pagamento de todas as dívidas que o hospital pudesse vir a contrair durante a sua tutela⁴⁰⁵.

O encargo da nomeação dos provedores passou assim para o Município de Lisboa, até que D. Afonso V a conceda a João Álvares Portocarreiro⁴⁰⁶. Depois de aproximadamente 150 anos de vida, o Hospital do Conde D. Pedro acaba por ser agregado ao Hospital Real de Todos os Santos⁴⁰⁷.

1.4 Mercearia de Bartolomeu Joanes

Em 1324, Bartolomeu Joanes, abastado mercador, instituiu em Lisboa, junto à Sé, um hospital para “*pobres bons e envergonhados, daqueles que tiveram algo e caíram em pobreza*”⁴⁰⁸, aduzindo para isso uma soma fabulosa para o seu mantimento. Anteriormente tivemos já oportunidade de fazer referência ao carácter polimórfico que atribuímos ao termo hospital, durante a Idade Média, pelo que trataremos de demonstrar agora com alguma precisão o polimorfismo destes estabelecimentos assistenciais particulares, instituídos como forma de remissão de pecados, do qual este estabelecimento de Bartolomeu Joanes constitui um exemplo paradigmático. Este corporiza, com efeito, a prestação de auxílio a um grupo bem definido de “*pobres bons e envergonhados que tiveram algo e caíram na pobreza*”⁴⁰⁹, bem longe dos “*pobres e miseráveis*”⁴¹⁰ sofredores de alguma enfermidade física ou psicológica que certo populariam o município.

Como referido em outros casos, devido à existência de condições de acesso, era uma instituição destinada a merceeiros, de um estatuto social elevado, um local não de temporária

⁴⁰⁵ *Ibidem*, p. 391.

⁴⁰⁶ *Ibidem*, p. 391.

⁴⁰⁷ CORREIA, Fernando da Silva, “*Os Velhos Hospitais...*”, p. 10.

⁴⁰⁸ ROSA, Maria de Lurdes, “*A religião no século...*”, p. 467.

⁴⁰⁹ *Ibidem*, p. 467.

⁴¹⁰ *Ibidem*, p. 467.

hospitalização, mas antes um local onde se providencia um refúgio final, a quem atingia uma idade avançada e tivesse caído em pobreza.

É necessário compreender igualmente que não obstante os merceeiros não se debaterem no momento da sua entrada, aparentemente, com problemas físicos particulares, situavam-se numa posição de fragilidade pela perda de estatuto económico.

Não devemos confundir estes merceeiros, com alguns indivíduos, que no seguimento daquilo que se passava além-fronteiras, sobretudo ao longo do século XIII na Europa Ocidental efetuavam a compra de acesso para poderem residir numa instituição assistencial, como acontecia em algumas cidades em França e Inglaterra⁴¹¹, em que se estipula a obrigação de taxar as propriedades de pessoas que retiram-se para um mosteiro ou hospital dando parte ou a totalidade das suas propriedades em troca de cuidado e acomodação para o resto das suas vidas.

A exclusividade desta instituição pode ser compreendida, tanto pela quantidade verdadeiramente impressionante de bens que lhe foram legados, como por toda a simbologia que o testador teve o cuidado em criar. Para manter os doze pobres de boa nomeada, a instituição fundada por Bartolomeu Joanes dispunha de bens no valor aquisitivo de 20 000 libras⁴¹², distribuídas entre o hospital e a capela para o seu mantimento⁴¹³, ao qual se anexaria um rendimento anual de 1300 libras⁴¹⁴. A estes bens, que podemos considerar como os fundamentos materiais do hospital e da capela, verdadeiro suporte económico, devemos acrescentar que cada um dos doze merceeiros, tinha direito ao fornecimento de uma quantia variável para alimentação, vestuário e cuidados médicos de forma perpétua.

Na altura da sua admissão no estabelecimento, os merceeiros recebiam doze soldos para vestuário e tinham direito ao seu próprio leito individual, num dormitório, com camas bem emparelhadas ao qual se acrescentava dois soldos por dia para refeições. Existia igualmente um refeitório, uma cozinha e uma privada, estes últimos junto ao paço mas numa distância suficiente para evitar “nojos”⁴¹⁵. A tudo isto acrescentava-se um pessoal afeto às suas necessidades, um moço para a realização das compras e dos cozinhados, e uma moça para as lavagens e amassar o pão⁴¹⁶.

⁴¹¹ A título exemplificativo refira-se o caso de MONIER, Raymond, *Le livre Roisin, coutumier lillois de la fin du XIII^e siècle*, Lille, Éditions Domat-Montchrestein, 1932, pp. 16-17.

⁴¹² TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, *Pobreza e Morte em...*, p. 130.

⁴¹³ O peso que capela não pode ser menosprezado, visto ser bastante elevado.

⁴¹⁴ TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, *Pobreza e Morte em...*, p. 130.

⁴¹⁵ ROSA, Maria de Lurdes, “A religião no século...”, p. 466.

⁴¹⁶ *Ibidem*, p. 466.

Comida, bebida, roupa e mesmo iluminação, uma vez que cada merceeira tinha direito a uma lâmpada que ardia de noite⁴¹⁷, fornecida num ambiente de conforto e de segurança, a alguns membros de uma população que não dissociava o cuidado espiritual do cuidado do corpo.

Como nos elucida Maria de Lurdes Rosa, ao instituir este hospital, Bartolomeu Joanes fá-lo numa lógica de reciprocidade, que o próprio instituidor não faz intenção de escamotear, uma vez que se encontram de forma clara anunciados “*a anulação do pecado pela dádiva e a proteção de Deus e dos santos como recompensa da devoção dos homens*”⁴¹⁸. Como temos vindo a analisar, esta lógica de reciprocidade encontra-se presente em qualquer obra particular de assistência. Destinadas a pobres envergonhadas, as mercearias parecem ter sido concebidas, sem exceção, na premissa da preservação da memória dos seus fundadores e de sua *entourage*. Aos merceeiros que se reuniam na capela instituída pelo fundador, era-lhes exigido que estivessem presentes nos serviços religiosos e que rezassem pelas almas do fundador.

Criada esta reciprocidade, ela não se extinguiu na relação entre instituidor e merceeiros, uma vez que Bartolomeu Joanes teve a arte e o engenho de incluir a família real nos elementos religiosos de preservação da memória e por extensão da alma, na celebração dos sufrágios realizados na sua capela na Sé.

Como nos elucida mais uma vez Maria de Lurdes Rosa, esta ligação, tão próxima das obras pias da própria família real, mostrou-se frutífera, uma vez que o desaparecimento das instituições era algo não fora do comum, e a atenção da família real nesta instituição em particular poderia ser de uma importância substancial na sua manutenção a longo prazo.

Os estabelecimentos assistenciais hospitalares destinados a merceeiras que temos vindo a analisar, mostram que preceitos de uma gestão inteligente e eficiente, sempre propalados na mente dos fundadores e reafirmados nos testamentos e ordenações, não foram por certo sempre respeitados. Momentos houve em que os provedores mostraram estas aptitudes, mas não podemos afirmar que tenha sido uma constante e que não tenham existido casos em que o seu contributo foi mais destrutivo que construtivo. Bartolomeu Joanes, ao associar a familiar real à sua instituição, teve como provável intenção, a vontade de protege-la desses mesmos excessos e imprudências. É muito difícil aferir até que ponto a sua intenção foi alcançada, e a administração do seu estabelecimento bem-sucedida, uma vez que a documentação é

⁴¹⁷ *Ibidem*, p. 467.

⁴¹⁸ *Ibidem*, p. 468.

praticamente inexistente. Ainda assim temos conhecimento que alguns erros cometidos pelo provedor deram azo à sua substituição, como aconteceu em 1521 que ditou a Pedro Fernandes de Serpa a concessão da referida administração⁴¹⁹.

⁴¹⁹ ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 44, fl. 78 [Em linha. Consult. 09 Março 2014]. Disponível em <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3880486>.

Capítulo III – A vida hospitalar: tipos dos cuidados aos pobres

Uma das características fundamentais do dispositivo hospitalar existente na Lisboa medieval, mesmo considerando a multitude de termos que refletem as funções das instituições assistenciais hospitalares, como temos vindo a observar – e onde se incluem os estabelecimentos anteriormente estudados que prestavam auxílio aos peregrinos ou viajantes, aos doentes e enfermos, aos órfãos e necessitados de todo o tipo – era o de que a sua função não era tanto salvar vidas como o que conhecemos atualmente, mas antes o de permitir o exercício de atividades cristãs associadas à piedade e à caridade⁴²⁰ por intermédio da prestação de cuidados aos elementos que nas instituições assistenciais hospitalares residiam ou a elas afluíam.

A assistência médica medieval deve ser compreendida como um conjunto variado de conceitos e noções sobre saúde e doença, onde inseparavelmente coabitava o bem-estar físico e espiritual. Em contrapartida, um dos antagonismos centrais entre a medicina medieval e a medicina moderna radica na respetiva inclusão ou exclusão do pendor supernatural, mágico, esotérico e religioso.

A inclusão do campo espiritual na sociedade medieval reaparece à superfície de forma frequente e com um ímpeto mais firme em momentos em que a população se encontra mais desprotegida. A ocorrência das epidemias devastadoras é disso paradigmático, contribuindo na tentativa de testar distintas e numerosas abordagens que minimizassem o sofrimento e a incerteza, como quarentenas, rezas, procissões de auto flagelação, elaboração de medicamentos, mezinhas e encantamentos utilizando ervas e raízes⁴²¹. Muitas pessoas viraram-se fervorosamente para o culto dos santos enquanto outras desesperadamente invocam os ainda não esquecidos espíritos pagãos, das fadas, dos unicórnios e dragões e de outras entidades folclóricas⁴²².

⁴²⁰ SIRAISSI, Nancy, *Medieval and Early Renaissance Medicine: An Introduction to Knowledge and Practice*, Chicago, University of Chicago Press, 1990, p. 46.

⁴²¹ FAVIER, Jaen, *De Marco Polo a Cristóvão Colombo 1250-1492*, Lisboa, Dom Quixote, 1988, pp. 120-124.

⁴²² GABBRIELLI, Fabio, *Ospedale di Santa Maria della Scala, ricerche storiche, archeologiche e storico-artistiche: atti della giornata di studi*, Siena, Protagoin, 2005, p. 127.

Mesmo reconhecendo que a medicina e a cirurgia ao longo da Idade Média se tornaram gradualmente em mais seculares campos do conhecimento, em particular com o despontar e progressão das universidades, estas não abandonaram a perspectiva da espiritualidade⁴²³.

O mundo medieval não insistia portanto na divisão entre a medicina e o religioso que a mentalidade iluminista nos lega⁴²⁴. Tal como o homem da antiguidade, o homem medieval concebia a medicina e a religião como elementos agregadores, não existindo uma clara distinção entre os dois. A própria figura de Cristo metamorfoseava-se enquanto entidade “médica”, executando as funções de regenerador da alma e do corpo, compreendidas na Idade Média como propriedades inseparáveis, uma influenciando a outra.

Vemos os momentos de regeneração, e a metáfora de Cristo enquanto médico e curador de enfermidades, sintetizadas nas palavras de Carole Rawcliff “*drawing upon a common experience of physical suffering and a shared, if sometimes limited, understanding of how the practitioner sought to combat disease, they expounded the basic tenets of Catholic dogma in terms of a long and intensive course of therapy*”⁴²⁵.

Para o cristão medieval, a forma mais eficaz de resolver a sua debilidade física era naturalmente por via espiritual, e muito do oferecido no seu tratamento estava orientado nesse sentido, fosse na confissão que deveria executar a entrada do estabelecimento, como anteriormente já tivemos oportunidade de referir, fosse na disposição física dos hospitais, que contavam quase todos com capela e/ou igreja não só na Lisboa medieval mas por todo o Ocidente cristão. Se o Hotel Dieu em Paris no século XIV era dominado pelo crucifixo⁴²⁶, também o era o Hospital Real de Todos os Santos, no século XVI⁴²⁷. Assistir à missa era considerado uma forma vigorosa de fortalecimento espiritual e por extensão de reforço físico. A figura de Cristo que não era apenas vista como “Cristo leproso”, mas também como “Christus medicus”, por modificações teológicas ocorridas a partir de finais do século XII⁴²⁸. Tal contribuía se não para a cura, pelo menos, os doentes expiravam em ambiente sagrado,

⁴²³ VERGER, Jacques, *Les universités au Moyen Age*, Paris, PUF, 2013, p. 84.

⁴²⁴ KELLY, Kate, *The History of Medicine – The middle Ages*, New York, Infobase Publishing, 2009, p. 71.

⁴²⁵ RAWCLIFFE, Carole, *Leprosy in medieval England*, Woodbridge, Boydell Press, 2006, p. 339.

⁴²⁶ IMBERT, Jean, *Les hôpitaux en droit canonique: du décret de Gratien à la sécularisation de l'administration de l'Hôtel-Dieu de Paris en 1505*, Paris, J. Vrin, 1947, p 151.

⁴²⁷ CARMONA, Mário Reis, *O Hospital de Todos os Santos...*, p.85.

⁴²⁸ REVEILLAS, Hélène, *Les hopitaux et leurs morts dans le Nord-Est de la France du Moyen âge à l'époque moderne, approche archéo-anthropologique des établissements hospitaliers*, tese de doutoramento, Universidade de Bordeaux 3, 2010, p. 12.

recebendo os últimos sacramentos, o que não deixava de ser era considerado um privilégio⁴²⁹, facilitando dessa forma a salvação da alma.

O ponto crucial da medicina medieval que não devemos esquecer é o fato que muito pouco tinha a oferecer aos que fossem ou estivessem gravemente doentes. Lisboa, assim como outras cidades medievais, pouco podia garantir em cuidado médico, e os doentes que padecessem de enfermidades sérias raramente se curavam. Mais, os riscos que os pacientes corriam em muitos casos durante a intervenção médica, mostrava que confissão do paciente, era um ato sensato, não fosse falecer sem ter tido acesso a absolvição e em estado pecaminoso⁴³⁰.

1.1 A assistência médica

A medicina medieval baseava-se largamente nos trabalhos elaborados durante a Antiguidade grega, entre os quais se destacam as obras e o legado de Hipócrates, Aristóteles e Galeno⁴³¹. Os estudos destes autores foram seguidos e utilizados pelo mundo árabe, destacando-se Avicena⁴³², um dos primeiros a oferecer princípios médicos genéricos de conhecimento prático, posteriormente traduzidos em diversas línguas europeias.

Vemos essa influência de forma palpável, no regimento de saúde, elaborado por Pedro Hispano, na sua obra de medicina *Liber de Conservanda Sanitate*, constituída por três opúsculos⁴³³, ao apresentar um conjunto de recomendações que visavam distintos componentes dietéticos, inerentes aos alimentos⁴³⁴, abundantemente citando, como reforço legitimador das suas observações, as obras de Aristóteles, Galeno e Avicena.

A medicina medieval estava alicerçada na ideia aristotélica, reforçada por Galeno, da existência de quatro humores⁴³⁵, ou temperamentos. Estes humores eram expressos não apenas

⁴²⁹ PRESCOTT, Elizabeth, *The English medieval hospital 1050-1640*, London, Seaby, 1992, p. 44.

⁴³⁰ *Ibidem*, p. 115.

⁴³¹ CLAY, R, M, *The Mediaeval Hospitals of England*, Lincoln, Frank Cass & Co Ltd, 1966, p. 23.

⁴³² KELLY, Kate, *The History of Medicine – The middle Ages*, New York, Infobase Publishing, 2009, p. 14.

⁴³³ HISPANO, Pedro, *Liber de conservanda sanitate*, a cura di Ugo Carcassi ; l'edizione latina e la traduzione in portoghese sono state curate dalla Prof. Maria Helena da Rocha Pereira; traduzione italiana dall'originale latino a cura di Giovanni Varsi, Sassari, Carlo Delfino, 1997, p. 3.

⁴³⁴ *Ibidem*, p. 90.

⁴³⁵ *Ibidem*, p. 40.

no corpo, mas também no psíquico, na personalidade e na saúde, a falta de harmonia dos humores no corpo humano contribuía de forma decisiva para a contração de doenças. Era o trabalho do físico, ou médico, de examinar o doente, determinar os temperamentos básicos corporais do paciente, e por fim decidir a melhor maneira de recuperar os corretos balanços corporais. As medidas dietéticas tomavam nesta correção um lugar dominante, complementadas em alguns casos pelo recurso a medicamentos a base de ervas medicinais, como mais a frente procurar-se-á expor com maior detalhe.

Em Portugal o conhecimento médico emergiu dentro das esferas eclesiásticas⁴³⁶. No começo da Idade Média a vida intelectual centralizava-se nos mosteiros, favorecendo a preservação do conhecimento tradicional, embora se assista também ao desenvolvimento de um grande e multifacetado centro de aprendizagem, a Universidade⁴³⁷. Quanto a Lisboa, o papa Nicolau IV, por bula datada 9 de Agosto de 1290 confirmava o estatuto da mesma, na qual um dos campos de conhecimento lecionados seria a Medicina, designada de Física⁴³⁸. O crescimento demográfico e a necessidade de uma maior regulamentarização profissional levaram posteriormente D. Dinis em 1309 a ordenar “*que de futuro haja no Estudo um mestre em Medicina, a fim de que os corpos de nossos súbditos, agora e no futuro sejam orientados por um conveniente regime de saúde.*”⁴³⁹, obra que será prosseguida pelos seus sucessores⁴⁴⁰.

As universidades que a partir do século XII começam a surgir em cidades como Paris, Bolonha e Oxford divergiam dos ensinamentos ministrados nos mosteiros. Os novos centros de saber atraíam estudantes motivados igualmente em conquistas seculares, no entanto, é incorreto conceber o mundo universitário medieval e o mundo eclesiástico como incompatíveis, existiam aliás, mais pontos de contato que de afastamento.

⁴³⁶ SILVA, J. Martins, “Anotações sobre a história do ensino da Medicina em Lisboa, desde a criação da Universidade Portuguesa até 1911 – 1ª Parte” in *RFML 2002*, Série III; 7(5), p. 237. [Em linha, Consult. 24 Novembro 2014]. Disponível em <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/985?mode=full>.

⁴³⁷ Neste particular, cumpre salientar aqueles que procuraram perfeccionar os seus estudos médicos no estrangeiro, à semelhança do dominicano S. Fr Gil de Santarém, estudante de medicina em Paris. A este se atribui a tradução do árabe para latim de tratados médicos. a tradução do árabe para latim de tratados médicos

⁴³⁸ SILVA, J. Martins, “Anotações sobre a história do ensino da Medicina...”, p. 237.

⁴³⁹ *Ibidem*, p. 239.

⁴⁴⁰ Da mesma forma que tinha sido anteriormente iniciada pelos seus antecessores. « as mudanças executadas, desde D. Afonso V, na administração dos hospitais, prenunciando a reestruturação desencadeada anos mais tarde por D. João II e objectivamente concretizada por D. Manuel I, e a promulgação, em 25 de Outubro de 1448, da carta régia proibindo a prática das «artes da física e da cirurgia» sem prévio exame realizado pelos físicos e cirurgiões com competência para o fazerem. Neste caso concreto, o cirurgião régio Manuel Gil, nomeado, neste mesmo documento de 1448, cirurgião-mor do reino, com jurisdição para ordenar a prisão de todos os que exercessem o ofício sem a referida licença » CARDOSO, Adelino, *Arte médica e imagem do corpo : de Hipócrates ao final do século XVIII*, Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, 2010, p. 98.

Como anteriormente desenvolvido e referido, é importante compreender que a grande maioria do potencial dos estabelecimentos hospitalares medievais lisboetas não era primordialmente concebido para cuidar dos pobres ou dos enfermos. O acesso a eles era muitas vezes condicionado, de forma frequente adotando funções mais próximas de um centro geriátrico do que um centro terapêutico.

Não obstante o seu reduzido número, em Portugal, como por outras paragens, nem por isso a assistência médica deixava de ser uma realidade. A consulta de compromissos e regimentos de alguns desses estabelecimentos assim o atesta. O Hospital de Jesus foi um dos primeiros hospitais, referenciado com base documental⁴⁴¹, fundado por João Afonso, conselheiro e valido do rei D. João I, a 6 de Dezembro de 1426, na rua da Porta de S. Manços, em Santarém⁴⁴², destinado a receber treze doentes reumáticos entravados, homens e mulheres, vendo posteriormente a sua capacidade alargada a novos membros⁴⁴³. A presença de uma clara componente terapêutica e não apenas de acolhimento e prestação de cuidados domésticos, uma vez que o instituidor previa a existência de um médico e de um cirurgião⁴⁴⁴, de forma permanente no hospital, era um acontecimento raro, algo que só viria a ser alterado aquando da instituição do Hospital Real de Todos os Santos.

Deve porém dizer-se que a ausência de menções a físicos, cirurgiões, herbalistas e boticários, em muita da documentação que até nós chegou dos numerosos hospitais pré-Hospital Real de Todos os Santos, da Lisboa medieval, não significa obrigatoriamente a sua total inexistência. Em caso de doença, por exemplo, o hospital instituído por D. Afonso IV e D. Beatriz, por intermédio do seu provedor, tinha instruções para chamar o físico a fim de prover aos merceeiros doentes o que fosse necessário para a cura, informando que “*Enquanto assim estivessem enfermos, não auferiam do dinheiro destinado ao seu mantimento diário, uma vez que este seria dado pelo hospital, tal como os remédios e o médico*”⁴⁴⁵.

Embora as fontes se mostrem poucas nos cuidados médicos dispensados na maioria dos estabelecimentos por nós analisados, como já fizemos referência, é possível, que em alguns deles os residentes recebessem, de forma ocasional, tratamentos médicos, e que existisse pessoal auxiliar especializado.

⁴⁴¹ 1426, Dezembro 6, Santarém – Testamento de João Afonso de Santarém. transcrito em *Portugaliae Monumenta Misericordiarum...*, p. 522.

⁴⁴² SILVEIRA, Luís, *Os três poderes de uma causa pia na Idade Média Portuguesa...*, p. 40 [Em linha, Consult. 03 Setembro 2014]. Disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/1464>.

⁴⁴³ *Ibidem*, p. 39.

⁴⁴⁴ AZEVEDO, Carlos Moreira, dir, *Dicionário de História Religiosa...*, p. 138.

⁴⁴⁵ FERRO, Maria José, *Pobreza e Morte em Portugal...*, p.131.

De entre os hospitais referenciados pela documentação, o Hospital de D. Maria de Aboim tinha “os remédios, prescritos pelo físico, seriam preparados no próprio hospital, provavelmente pelo albergueiro, se para tal tivesse conhecimentos, ou por um ou vários boticários, talvez, privativos desta casa de assistência, se atendermos a que ela, no século XV, possuía quatro boticas”⁴⁴⁶, e o Hospital de Bartolomeu Joanes por exemplo, fornecia aos felizes contemplados que residiam na instituição “por ano, além do já mencionado, quarenta e cinco soldos para roupa, calçado e cuidados médicos “sangrias”, e dos soldos por dia para refeições”⁴⁴⁷.

A medicalização dos hospitais é um processo tardio, e apenas a partir da instituição do grande e centralizador Hospital Real de Todos os Santos, que a cidade de Lisboa, vê-se munida de um corpo clínico composto por médicos, físicos, cirurgiões e enfermeiros em permanência. Antes desse período a sua presença é excepcional. Mesmo contabilizando os exemplos anteriormente apontados, o socorro e a ajuda existente e dispensada era na sua essência mais doméstica que terapêutica, a medicalização não apenas em Portugal mas por toda a Europa foi um processo lento⁴⁴⁸ e geograficamente repartido, de forma desigual.

A medicina medieval estava mais centrada na prevenção das doenças do que propriamente na sua cura⁴⁴⁹ e uma vez quebrado o equilíbrio e balanço proposto pela prevenção, os modelos terapêuticos seguiam os mesmos muitas vezes sugeridos na prevenção, e que invariavelmente envolviam prescrições dietéticas. Dentro dos planos preventivos e terapêuticos derivam os já anteriormente referidos, ensinamentos gregos, os que primeiramente nos disseram “nós somos aquilo que comemos”, noção continuada e aprimorada pelos seus sucessores⁴⁵⁰.

Alimentação, medicina e outros medicamentos eram prescritos para retomar o balanço humoral desejado. O sistema desenvolvido não era factualmente correto, mas era muito consistente e lógico, e somente com a descoberta dos micróbios foi abandonado. Os médicos medievais tinham de fazer um cuidadoso exame ao paciente a fim de diagnosticar as causas que levaram a perda do balanço hormonal, que incluía sentir o pulso do doente que mostrava aos médicos o estado do coração⁴⁵¹, e examinar a urina, que providenciava descobertas sobre o

⁴⁴⁶ *Ibidem*, p. 383.

⁴⁴⁷ ROSA, Maria de Lurdes, “A religião no século...”, p. 471.

⁴⁴⁸ IMBERT J., Michel MOLLAT, *L’histoire des hôpitaux en France*, Toulouse, Privat, 1982, pp. 131-132.

⁴⁴⁹ “E que é mais útil prevenir as doenças do que, uma vez contraídas, andar a pedir auxílio, que é provavelmente impossível!”. HISPANO, Pedro, *Liber de conservanda sanitate...*, p. 3.

⁴⁵⁰ Aula de seminário dada pela Professora Carole Rawcliffe, no Gresham College de Londres, “The forme and functions of medieval...”

⁴⁵¹ IMBERT J., Michel MOLLAT, *L’histoire des hôpitaux...*, p. 115.

fígado, aliás, qualquer físico medieval de craveira, levava um urinal para ficar com uma amostra do paciente, estando atentos a cor e ao odor⁴⁵².

Os estabelecimentos hospitalares procuravam prover no caso de doença e enfermidade alimentos frescos e nutritivos apropriados para os doentes⁴⁵³. Não obstante as concepções de uma dieta sã medieval divergirem em parte das nossas, uma vez que os alimentos postos à disposição, em alguns casos produzidos dentro dos muros do hospital, iriam beneficiar em primeiro plano aqueles cujos problemas derivavam de exaustação física e subnutrição⁴⁵⁴.

Se a alimentação era essencial, o estado psicológico do paciente, alicerçados num ambiente seguro e limpo, desempenhavam um papel significativo, na preservação e restabelecimento da saúde. Numa era anterior aos antibióticos, às transfusões sanguíneas, à anestesia efetiva e aos antissépticos, era principalmente sob estes três elementos cruciais de cuidados que os hospitais medievais concentravam os seus esforços terapêuticos⁴⁵⁵.

O cuidado com a limpeza e a higiene levava a que vários hospitais medievais europeus possuíssem abastecimento de água canalizada assim como efetivos sistemas para despejo de resíduo⁴⁵⁶. O valor dado à higiene e limpeza pessoal, era elevado, como se pode depreender pelos diferentes manuais de saúde, chegados até nós, que defendem os benefícios do banho, a importância de lavar as mãos antes das refeições, assim como a lavagem da cara e das mãos ao acordar; nem mesmo referências a higiene oral, faltavam⁴⁵⁷. As disposições municipais alertam também nesse sentido, na defesa do saneamento básico e da saúde pública⁴⁵⁸.

⁴⁵² REVEILLAS, Hélène, *Les hopitaux et leurs morts dans le Nord-Est de la France du Moyen âge...*, p. 114, Um dos principais livros de medicina da altura era o *De Urina*, um catálogo cuidado de muitas observações e diagnósticos baseados na observação da urina.

⁴⁵³ O caso da Leprosaria de S. Lázaro "Em Lisboa, por exemplo, os residentes podiam esperar por mês quatro alqueires de trigo para o seu mantimento e dois de cevada para as suas aves, em adição a dois almudes e meio de vinho (apenas dois em tempo de escassez), um cântaro de azeite entregue anualmente e a fruta colhida na gafaria" NÓVOA, Rita Sampaio, *A Casa de São Lázaro de Lisboa...*, p. 119. Exclusivamente para consumo interno, que a sua venda ao exterior seria « penalizada com o confisco dos rendimentos adquiridos por intermédio dessa venda e com a privação da fruta durante um ano » *Ibidem*, p. 118.

⁴⁵⁴ «A alimentação medieval em Portugal era, como no resto da Europa, uma alimentação pobre e monótona. Embora as quantidades de alimentos disponíveis fossem globalmente suficientes para suprir as necessidades energéticas, até mesmo nas classes menos abastadas, a qualidade não era a desejável e verificavam-se algumas diferenças entre classes sociais » em FERREIRA, N., "A alimentação portuguesa na Idade Média", in *Alimentação Humana, Revista da SPCNA*, vol 14, nº3, 2008, p. 112. [Em linha, Consult. 17 Setembro 2014]. Disponível em www.spcna.pt/download.php?path=pdfs&filename=SPCNA

⁴⁵⁵ CAILLE, Jacqueline, *Hôpitaux et charité publique à Narbonne au moyen âge, de la fin du XIe à la fin du XVe siècle*, Toulouse, Ed. Privat, 1978, p. 43.

⁴⁵⁶ PURIFICAÇÃO, Maria da, *A vivência do tempo na Idade Média, no Livro das Posturas Antigas de Lisboa*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 63. [Em linha, Consult. 13 Janeiro 2015]. Disponível em <http://repositorio.aberto.up.pt/bitstream/10216/28485/2/mestmariapurificacaoovivencia000084634.pdf>.

⁴⁵⁷ *Ibidem*, p. 64.

⁴⁵⁸ PURIFICAÇÃO, Maria da, *A vivência do tempo na Idade Média...*, p. 63.

O crescimento urbano experienciado em Lisboa medieval, entre 1373 a 1375, levou à construção de uma nova muralha, seis vezes maior do que a área amuralhada no século XII⁴⁵⁹. Esta não se deixou de relacionar com o afluxo de pessoas das áreas rurais para a vida urbana, segundo Iria Gonçalves⁴⁶⁰. O desenvolvimento demográfico acarretou novos desafios às autoridades. Por um lado, como anteriormente descrito, os físicos e cirurgiões viram a sua formação e atribuição de licenças régias⁴⁶¹ multiplicarem-se. Pelo outro lado, os municípios, formavam comissões de saúde responsáveis por regularem a saúde pública, particularmente fragilizada no caso das epidemias.

O “Livro de posturas antigas de Lisboa” é demonstrativo dos esforços empreendidos pelas autoridades concelhias no melhoramento do saneamento básico e da saúde pública. A título exemplificativo, são nove o número de ordenações subordinadas ao tema, nos quais se inclui a postura proibindo lançar lixo ou esterco às torres da Porta da Oura em Lisboa, a postura proibindo lançar lixo desde a Porta da Flor até o “cano das privadas”, a postura proibindo o corte de pescado graúdo nos açougues, a postura proibindo jogar lixo nas Portas de Alfama, a postura proibindo jogar água suja na Rua Direita, a postura obrigando o varrimento das ruas, a postura proibindo escavar barro junto ao muro de São Francisco, a postura determinando o imediato enterro de judeus vitimados pela peste, e finalmente a postura proibindo a lavagem de roupas nas hortas⁴⁶².

1.2 Assistência material

Como temos vindo a tentar evidenciar, as instituições hospitalares medievais lisboetas não se ocupavam todos das mesmas categorias de necessitados, o que fazia com que variasse o nível, a medida e a forma de ajuda aportada. As mercearias devotam-se aos merceeiros e aos instituidores, as confrarias primeiramente aos confrades e aos seus familiares, e os restantes, estabelecimentos hospitalares, pouco numerosos, dedicavam-se aos entrevados, aos gafos, as crianças abandonadas, a alguns enfermos.

⁴⁵⁹ MARQUES, A. H. de Oliveira, *Breve História...*, p. 101.

⁴⁶⁰ GONÇALVES, Iria, *Um olhar sobre a cidade...*, p. 12.

⁴⁶¹ *Ibidem*, p. 17.

⁴⁶² PURIFICAÇÃO, Maria da, *A vivência do tempo na Idade Média...*, p. 63.

Ainda que a tipologia de auxílio seja diversificada, a componente material que as fazia ver a luz do dia e que as preservava em funções, invariavelmente dependia da vontade, e do património, do seu fundador/es e beneméritos posteriores. Por razões várias, muita documentação respeitante à componente material dos distintos hospitais medievais lisboetas não chegou até nós e é maioritariamente por meio de testamentos, de cartas de doação, de cartas de confirmação, de legados pios, de instrumentos de escambo e de aforamento que podemos ter uma ideia dos consideráveis bens alocados a muitas dessas instituições.

Para o Hospital de D. Beatriz e de D. Afonso IV, ademais dos testamento dos monarcas que como vimos anteriormente discriminam o destino dos bens legados, tivemos acesso a outros documentos, nomeadamente uma carta de doação de D. Afonso IV de 1342 “às capelas e hospital que instituiu com a rainha D. Beatriz, sua mulher, na Sé de Lisboa, de todos os bens que seu irmão Fernão Sanches lhe doou na vila de Santarém”⁴⁶³.

Quanto ao Hospital de Santo Eutrópio, instituído, como igualmente mencionado, por D. João Soares Alão, sabemos que em termos materiais “instituiu capela de Sto. Eutrópio na Igreja de S. Bartolomeu de Lisboa e um hospital nas suas casas na mesma freguesia com os bens que adquiriu antes de ser bispo”⁴⁶⁴. No caso do Hospital dos Meninos, uma carta de D. João I de 1432 faz-nos tomar conhecimento que este toma “sob sua protecção e guarda o Hospital dos Meninos da cidade de Lisboa, com todos os seus herdamentos, gados e outros bens”⁴⁶⁵.

Também quanto ao Hospital D. Maria Aboim, temos abundância de informações quanto aos bens materiais destinados, especialmente em virtude da existência do Livro 1º do Hospital de D. Maria Aboim. Desse livro pode-se extrair que os legados da instituidora são caracterizados por “bens urbanos dispersos por varias zonas de Lisboa, isto é, por Santo Antão, entre os quais as casas do próprio hospital e as de habitação do provedor, por S. Gião, pelas ruas da Corredoira, Pedras Negras, das Mudanças, das Esteiras e dos Fornos. Nesta cidade, D. Maria de Aboim possuía ainda o banho do Rossio, o qual, na altura do seu testamento, estava aforado a Vasco da Veiga. Em Leiria, a instituidora doa o rendimento de algumas habitações da judiaria, as quais ultrapassariam a dezena, o mesmo sucedendo em Torres Vedras, onde possuía “das melhores casas” da vila Lisboa. São constituídos por casais, quintas e herdades

⁴⁶³ ANTT Gavetas, Gav. 1, mc. 7, n.º 4, [Em linha. Consult. 5 de Marco]. Disponível em <http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=4612253>.

⁴⁶⁴ ANTT, M.L., VI, p. 128.

⁴⁶⁵ *Portugaliae Monumenta Misericordiarum...*, p. 150.

onde se cultivavam os cereais, sobretudo o trigo, a julgarmos pelos foros, a vinha, árvores de fruto, além da criação de gado miúdo, como seja: ovelhas, carneiros e porcos”⁴⁶⁶.

Tal como o Hospital anteriormente analisado, também o Hospital do Conde D. Pedro está generosamente documentado para o que contribui a existência do Livro 1º do Hospital do Conde D. Pedro, transmitindo-nos que “*subsiste graças aos legados de Teresa Anes e do próprio filho de D. Dinis e de D. Grácia*”. E que os seus “*bens situam-se em Lisboa, Sintra, Torres Vedras e seus respectivos termos, e são constituídos por grande quantidade de casias, terras de pão, pomares, moinhos, marinhas, etc*”⁴⁶⁷.

Do Hospital Santa Maria de Rocamador chega-nos primeiramente uma confirmação de um instrumento de escambo de 1498 onde “*Catarina Oliveira, filha de Diogo Delgado, cavaleiro da Casa Real... pelo qual lhe é aforado um olival, terra e oliveiras na freguesia de Santa Maria de Olivais, termo de Lisboa, com a obrigação de pagar 500 reais de foro anual ao hospital de Santa Maria de Rocamador, em troca de umas suas casas que afora ao referido hospital*”⁴⁶⁸. Dispomos também de uma interessantíssima carta de ordenação de D. Afonso V, reveladora por um lado do contributo que em alguns casos era exigido a quem frequentasse as instituições hospitalares medievais lisboetas e por outro a falta de amparo familiar que alguns desses indivíduos poderia também em casos específicos ver-se votados, o que levava a criação de mecanismos que protegessem os interesses dos estabelecimentos. A carta de D. Afonso V de 1450 “*ordena que os hospitais de Lisboa fiquem com parte dos bens móveis e imóveis dos pobres neles falecidos, para pagar os gastos e para ajuda e manutenção dos outros pobres, a requerimento de Pedro Afonso, provedor dos hospitais de Santa Maria de Rocamador, que alegava que em todos os hospitais de Lisboa se acolhiam pobres que eram ignorados por seus irmãos e parentes, que não os visitavam, nem pagavam dívidas, nem lhes “faziam bem algum”, mas que em contrapartida levavam os bens dos pobres quando estes morriam*”⁴⁶⁹. Ou ainda de 1495, vemos um certo “*Estevão Martins autoriza aforamento de propriedade do hospital na Rua do Santo Espirito*”⁴⁷⁰.

É por testamento que Pedro Unhão e sua mulher Clara Afonso, instituem o Hospital de Santo Estácio, em 1378. Nele “*ordenam uma capela na Sé de Lisboa e um hospital nessa*

⁴⁶⁶ FERRO, M. J. Pimenta, “Nótulas para o estudo da assistência hospitalar aos pobres, em Lisboa...”, pp. 392-393.

⁴⁶⁷ *Ibidem*, p. 393.

⁴⁶⁸ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 116; *Leitura Nova, Livro 8º da Estremadura*, fl. 275v.

⁴⁶⁹ *Portugaliae Monumenta Misericordiarum...*, p. 165.

⁴⁷⁰ ANTT, *Leitura Nova. Livro 9º da Estremadura*, fl. 83v-85.

freguesia sob a evocação de Sto. Eustáquio”⁴⁷¹. Ao atribuir-se posteriormente a Afonso Eanes “*a provedoria e administração dos bens como encargo de os recuperar*” são oferecidos aos homens nele residentes “*o dito mantimento e vestes e calçado e camas como instituído pelos ditos finados e cantar a dita capela de Sto. Estácio*”⁴⁷².

Não apenas os instituidores deixam em testamento a fundação e bens às suas instituições, como legados pios como o de Elvira Soares na segunda metade do século XIII, não foram nem em pequeno número, nem de pouca monta, sendo transmitidos a diferentes instituições, para manutenção das mesmas e para consolo da alma de quem os legados pios realizava. Vemos assim que Elvira Soares dispensava ao Hospital de S. Vicente dos romeiros, à Gafaria de São Lázaro, ao Hospital de São Vicente, do Santo Espírito e de Paio Delgado, ao Hospital dos Meninos e a outras instituições, as seguintes quantias “*no seu testamento 4 maravedis aos confrades da confraria de S. Francisco; 2 maravedis às emparedadas; meio (m com um traço por cima) maravedi a S. Lázaro; meio-maravedi ao hospital dos meninos; meio-maravedi à Albergaria de Paio Delgado; 1 maravedi à confraria de Sta. Maria Madalena; 1 maravedi à confraria de S. Vicente; 1 maravedi à confraria do Santo Espirito; ao hospital de S. Vicente um leito com uma cocedra e com uma almocela e com um chumaço e com 2 lençóis*”⁴⁷³.

Um outro exemplo poderá ser o testamento lavrado por Vasco Lourenço em 1383 no momento da sua morte, na sua morada, afligido da dor de Deus, “*faz da sua terça um morgado, para em dias da sua vida o ter o seu filho João Vaz; manda que com esses bens se compre uma boa casa, a par de S. Mamede, em que se mantenham 4 pobres de igual e bom mantimento, e que lhes comprem 4 leitos em que durmam bons, quejando são os outros dos bons hospitais de vila; que o seu filha mantenha uma capela por sua alma na igreja de S. Mamede por alma de seu pai e mãe*”⁴⁷⁴. É revelador que ajuda material e ajuda espiritual eram muitas vezes, indissociáveis, como em seguida tentaremos demonstrar.

⁴⁷¹ *Ibidem*, fl. 287-288.

⁴⁷² *Ibidem*, fl. 287-288.

⁴⁷³ ANTT, *Mosteiro de Sta. Maria de Chelas*, m. 10, n.º. 189.

⁴⁷⁴ FARELO, Mário, *O Cabido da Sé e os seus cónegos (1277-1377)*, dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2003, pp. 223-224.

1.3 A ajuda espiritual

As crenças e atitudes sumariadas incorporam certas tensões e ambiguidades. A teologia cristã assinalava que a cura da alma deveria tomar prioridade sobre a cura do corpo, e embora a doença enviada, permitida ou concebida como castigo divino⁴⁷⁵, cabia ao cristão aceitá-la com resignação como uma fase e um teste de purificação. Vimos precedentemente o difícil que era por vezes distinguir a cura física da espiritual, mesmo a dispensada pelas comunidades clericais, compreendidas pela população não exclusivamente como dispensadores de cuidados corporais, mas essencialmente consideradas como o caminho mais adequado para obter a proteção do sobrenatural, assistência que atraía os doentes, os pobres e os afligidos de todos os quadrantes.

Durante o IV Concílio de Latrão, realizado em 1215, as autoridades eclesiásticas pressionaram os físicos a insistir para com os pacientes, que tomassem um confessor antes de qualquer outro tratamento físico, “*os doentes deviam prover primeiro a alma antes do corpo*”; os médicos, ao prestar cuidados, eram aconselhados a avisar e persuadir primeiro os doentes da importância dos cuidados com a alma, uma vez que o contributo da saúde espiritual poderia contribuir de forma decisiva para o efeito dos cuidados corporais médicos dispensados. A presença daqueles que velavam pela componente espiritual foi efetiva e constante ao longo da história dos estabelecimentos assistenciais hospitalares medievais lisboetas, e não desaparece, longe disso, com a fundação do Hospital Real de Todos-os-Santos, como nos mostra o seu regimento de 1504, no qual é possível verificar que o capelão principal, que exercia igualmente a função de notário, recebia 9000 reais, estando no quarto escalão, de entre oito, no tocante a vencimentos⁴⁷⁶.

A totalidade, ou muito próximo da totalidade, dos hospitais por nós estudados durante o primeiro capítulo, possuíam em simultâneo quem dispensasse cuidados espirituais⁴⁷⁷ e

⁴⁷⁵ “Primeiro se deve o homem de afastar do mal e inclinar-se ao bem, e confessar seus pecados humildosamente. Porque grande remédio é, em tempo da pestilência, a santa penitência e a confissão, as quais precedem e são muito melhores que todas os remédios”. JORGE, Ricardo, *Regimento proveitoso contra ha pestenença, separata de Clinica, Higiene e Hidrologia*, Lisboa, 1935, p. 5.

⁴⁷⁶ RAMOS, Oliveira Luís, *Do Hospital Real de Todos os Santos a Historia hospitalar portuguesa*, apresentado à Universidade do Porto, Porto, p. 340.

⁴⁷⁷ A assistência espiritual também não podia ser esquecida pelas confrarias, unânimes em reconhecer que ela se tornava sobretudo necessária na doença e na morte. Por isso, sempre mandavam que o enfermo fosse visitado por todos os confrades, velado todas as noites, rotativamente, por um grupo de quatro, se o seu estado fosse grave, e, após a sua morte, acompanhado a sepultura, também por todos. GONÇALVES, Iria, “Formas Medievais de Assistência num meio rural estremenho” em *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a*

infraestruturas próprias para as realizar ou celebrar. A título exemplificativo, podemos citar a carta de demanda que nos chega do Hospital do Corpo de Deus, datado de 1454, na qual D. Afonso V, “faz saber a todas as justiças do reino que havia demanda perante os vigários de Lisboa entre o prior e beneficiados da igreja de Sto. Estêvão de Alfama de Lisboa e João Gonçalves, mordomo do hospital chamada do Corpo de Deus, situado na freguesia de Sto. Estêvão, dizendo os autores contra o mordomo e os confrades do dito hospital que era verdade que no dito hospital é edificado um altar por autoridade episcopal no qual se canta uma capela por um capelão, posto que os beneficiados da dita igreja estavam em posse de receber todas as ofertas e oblações que os cristãos davam ao altar. Como a igreja estava esbulhada da dita posse, reclamava-a agora. Fez-se inquirição e os vigários decidiram que os beneficiados devem arrecadar todas as ofertas da missa de segunda-feira feita por um clérigo ou beneficiado”⁴⁷⁸.

No caso do Hospital de Santo Elói, a carta de mercê de 1443 também outorgada pelo mesmo monarca “pela qual quita ao, a dízima e portagem de todos os mantimentos para alimentar os clérigos e merceeiros que aí estão, assim como a dízima e portagem da madeira necessária à reparação da sua igreja e casas”⁴⁷⁹. Do mesmo modo temos informação que Hospital de Nossa Senhora das Virtudes possuía “em cada hua ha hum altar onde todos os dias se diz missa de deuotos..⁴⁸⁰”, e que o Hospital dos Palmeiros realizava “.. todos os domingos E festas missa de canto dorgao ha neste espirital Spritaleira..⁴⁸¹”. O Hospital dos Pescadores Chincheiros por sua vez possuía “ hua Ermida em que se diz missa ”⁴⁸². A função religiosa era central, não apenas nestes estabelecimentos sumariamente referidos mas na totalidade dos existentes.

Nem na fundação do Hospital Real de Todos os Santos, frequentemente conotado como alvor da modernidade no que aos estabelecimentos assistenciais hospitalares diz respeito e cuidadosamente adaptado por D. João II tendo como modelo o hospital florentino de Santa Maria Nuova, o elemento religioso esmorece. A sua planta é disso mesmo reveladora, o estabelecimento apresentava-se em figura de cruz grega, ou de quatro braços iguais, incluindo a presença da capela-mor, igreja muito alta e larga onde ficava no fecho da cruz do edifício,

Idade Média. Actas das 1^{as} Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, tomo I, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1973, p. 447.

⁴⁷⁸ ANTT, *Colegiada de Sto. Estevão de Alfama de Lisboa*, m. 7, n.º. 137.

⁴⁷⁹ *Portugaliae Monumenta Misericordiarum...*, p. 162.

⁴⁸⁰ OLIVEIRA, Cristovão Rodrigues, *Sumario...*, pp. 61-62.

⁴⁸¹ *Ibidem*, p. 62.

⁴⁸² *Ibidem*, p. 64.

possuindo três janelas ou tribunas, o que possibilitava de ouvirem a missa no altar-mor os doentes das três enfermarias que formavam os três braços da Cruz⁴⁸³.

É certo que, no caso do Hospital de Todos-os-Santos, como avança Mário Carmona, a construção das enfermarias principais e da igreja num plano mais elevado em relação ao terreno, foi feito pela necessidade de evitar as inundações tão frequentes no Rossio⁴⁸⁴, não esquecendo que a sua localização poderia igualmente facilitar a circulação de ar evitando a sua corrupção⁴⁸⁵. Se a instituição do Hospital de Todos-os-Santos no panorama assistencial hospitalar lisboeta, é sem dúvida uma obra progressista, seria impreciso e precipitado considerá-lo, como uma reforma total do experienciado e vivido até então, em particular no que corresponde a relevância do aspeto religioso, no meio hospitalar.

É de frisar ainda, que os pobres, os envelhecidos, os que não possuíam conhecimentos e familiares e os doentes crónicos não tinham outra opção que não confiarem na caridade cristã que disponibilizava comida, abrigo e conforto espiritual. O poder de Cristo e dos santos em curar os doentes como manifestação de poder divino era largamente aceite em qualquer nível da sociedade medieval. O Homem medieval tinha a componente espiritual como o principal veículo de salvação corporal entre as escassas alternativas existentes.

As características espirituais da grande maioria das instituições assistenciais hospitalares, vê-se nas omnipresentes capelas, que asseguravam por um lado o acesso e cuidados espirituais dos assistidos, por outro as celebrações por alma dos fundadores. Desde a fundação que quase todas as instituições eram dotadas de capela ou igreja associada que cumpria essa função. A multiplicação do número de clérigos, as despesas e custos associados as capelas e igrejas provocam custos diretos e indiretos nos hospitais, uma vez que consagravam parte dos seus orçamentos a essas despesas. A aplicação dos recursos do Hospital em elementos espirituais tem a título exemplificativo o caso do Hospital dos Inocentes em Santarém que de acordo com a vontade dos seus fundadores, através das rendas obtidas mantinha, “*dois capelães, permanentemente, que rezassem missas por alma do bispo da Guarda, do Rei D. Dinis e da Rainha D. Isabel e por alma de todos os que fizessem bem ao hospital; criando meninos e meninas enjeitados (a que não se conhecesse pai nem mãe) através de amas*”⁴⁸⁶. Se os custos associados aos serviços religiosos e a manutenção das infraestruturas era elevado, a ajuda moral

⁴⁸³ CARMONA, Mário Reis, *O Hospital de Todos os Santos...*, pp. 200- 201.

⁴⁸⁴ *Ibidem*, p. 203.

⁴⁸⁵ *Ibidem*, p. 204.

⁴⁸⁶ SILVEIRA, Luís, *Os três poderes de uma causa pia na Idade Média Portuguesa...*, p. 73.

aportada pelos clérigos aos membros da comunidade assistida, era, não nos olvidemos, fundamental.

CONCLUSÃO

Ao darmos por concluída a nossa investigação, importa agora fazer algumas considerações sobre os aspetos que nos parecem mais relevantes. O objetivo inicial que planeámos para esta dissertação era o de reconstruir as mudanças produzidas no sistema assistencial lisboeta com a introdução do Hospital Real de Todos-os-Santos nos finais da Idade Média, fazendo um contra ponto com as instituições assistenciais hospitalares existentes antes da sua construção. No entanto, o decorrer da investigação levou-nos a percorrer outros caminhos e a sondar outras possibilidades, mercê das fontes disponíveis e das leituras efetuadas da bibliografia existente a nível nacional e internacional.

Com um novo azimute, procedemos, então, à realização de um levantamento das distintas instituições de assistência hospitalar existentes na Lisboa medieval que antecederam a fundação dessa grande obra centralizadora assistencial que foi o Hospital Real de Todos os Santos, e a uma reflexão estruturada das funções que desempenharam as diferentes instituições hospitalares, bem como as suas funções sociais, espirituais e médicas e as motivações dos homens e mulheres que patrocinaram e edificaram os hospitais, enquanto membros de uma sociedade que procurava encontrar respostas não apenas ao flagelo da miséria e da pobreza existente mas também para os mistérios da morte. O terceiro capítulo foi inteiramente dedicado à compreensão da natureza dos cuidados dispensados aos doentes medievais lisboetas, na tentativa de contribuir também para a problemática mais vasta do movimento caritativo medieval lisboeta e da formação das práticas modernas em relação aos pobres.

As instituições hospitalares assistenciais existentes em Lisboa, podem ser divididas em três grandes grupos: confrarias com instituições hospitalares, mercearias e hospitais ou asilos para peregrinos ou viajantes. A denominação seguida ao longo do primeiro capítulo, de Hospitais, não procurou escamotear o facto de grande parte destas instituições consistir em habitações legadas por particulares, muitas vezes de reduzidas dimensões agrupadas em torno de uma paróquia e sob a administração de uma confraria, nem tão pouco de tentar simplificar e incluir sem distinção os seus destinatários, quem as utilizava e quem as frequentava. Deveu-se antes a uma opção de critério cronológico, assente na data de fundação das diversas instituições levantadas, com o propósito de facilitar a consulta ao leitor.

Estabelecer e delimitar essas diferenças foi aliás um dos objetivos e dos elementos trabalhados, dado que tentámos demonstrar que os hospitais afetos às confrarias consolavam

primeiramente os confrades e o seu núcleo mais próximo, e que as mercearias por sua vez, estavam vocacionadas para receber os merceeiros. Tal levou à necessidade de localizar os estabelecimentos que restavam verdadeiramente aos necessitados que não se enquadravam nestes grupos. Estamos sem dúvida perante um fenómeno complexo, cujas fronteiras não se encontram totalmente definidas, para a analisarmos, usámos quadros interpretativos o mais próximo da realidade vivida, apoiadas nas fontes levantadas, na tentativa de contribuir para a sua reconstrução histórica.

Por fim e efetuadas estas considerações, poderia o leitor entender que todas as interrogações que colocamos para a execução deste trabalho teriam sido respondidas; não obstante, nem sempre foi esse o caso. Nem todas questões que fomos levantando obtiveram uma resposta conclusiva. Muitos silêncios ficaram ainda à espera de ser respondidos, através de uma investigação que necessita de outros meios e que esperamos com o tempo continuar a desenvolver.

Em suma, consideramos ter atingido, no geral, os objetivos a que nos propusemos. Esperamos ter contribuído para um conhecimento mais rigoroso e profundo do potencial assistencial hospitalar existente na cidade de Lisboa, entre os séculos XIII até princípios do século XVI, aquando da introdução do Hospital Real de Todos-os-Santos, dos homens e das mulheres que o compunham e das vontades e desejos que os impulsionavam.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I) Fontes

A) *Fontes manuscritas*

1. Arquivo da Arquiconfraria de Nossa senhora da Luz

Pergaminhos da Colegiada de S. Julião de Lisboa, cx. 7

2. Arquivo da Cúria Patriarcal de Lisboa

Livro da Capela de Maria Esteves, liv. 1

3. Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Arquivo do Hospital de S. José

Liv. 1188, 1191.

Chancelarias régias

Chancelaria de D. Dinis, liv. 3

Chancelaria de D. Afonso V, liv. 9, 14, 22, 29, 32, 33, 34.

Chancelaria de D. Manuel I, liv. 6, 22, 32, 34, 42, 46

Colegiadas

Colegiada de Sta. Cruz do Castelo de Lisboa, m. 2, nº 73, 75

Colegiada de Sto. Estêvão de Alfamade Lisboa, m. 8, nº. 151

Colegiada de S. Julião de Frielas, m. 1, nº 85.

Conventos

Convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa, liv. 1

Convento da Santíssima Trindade de Lisboa, liv. 9

Leitura Nova

Livros da Estremadura, liv. 1-3, 5-6, 8-9, 11

Manuscritos da Livraria

Liv. 523

Mosteiros

Mosteiro de Chelas, m. 10, nº 189.

Ordem de Santiago

Mosteiro de Santos-o-Novo, nº 219.

Ordem dos Cónegos Regulares de Santo Agostinho

Mosteiro de Sta. Cruz de Coimbra, m. 36.

Ordem dos Frades menores.

Província de Portugal. S. Francisco de Lisboa, liv. 3

Ordem dos Pregadores

Convento do Salvador de Lisboa, m. 3, nº. 43

4. Biblioteca Nacional de Portugal

COD. 139

B) Fontes impressas

BUARCOS, João Brandão, *Grandeza e abastança de Lisboa em 1552*, org. José da Felicidade Alves Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

Chancelarias Portuguesas : D. João I, vol. III, tomo 2, (1394-1427). Edição preparada por

João José Alves DIAS; Transcrições de Pedro PINTO; Revisão de A. H. de Oliveira MARQUES e de João José Alves DIAS, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2006.

--- *D. João I*, vol. III, tomo 1, (1385-1410). Edição preparada por João José Alves DIAS; Transcrições de Pedro PINTO; Revisão de A. H. de Oliveira MARQUES e de João José Alves DIAS, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2006.

--- *Chancelaria de D. Pedro I* (1357-1367), ed. A. H. de Oliveira MARQUES Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984.

--- *D. Duarte, Vol. I – Tomo 1* (1433-1435) e *Tomo 2* (1435-1438), ed. João José Alves DIAS, Lisboa, Centro de Estudos Históricos - Universidade Nova de Lisboa, 1998.

Chartularium Universitatis Portugalensis, ed. de A. Moreira de SÁ e Francisco da Gama CAEIRO, Lisboa, Instituto de Alta Cultura/Instituto Nacional de Investigação Científica, 1966- 1995. 12 volumes,

Compromisso do Hospital das Caldas dado pela Rainha D. Leonor, sua fundadora em 1512, ed. Fernando da Silva CORREIA, Coimbra, Imprensa Universitária, 1930.

CRISTÓVÃO, Rodrigues de Oliveira, *Sumario em que brevemente se contem algumas cousas (assim eclesiasticas como seculares), que ha na cidade de Lisboa*. prefácio de Augusto Vieira da Silva, Lisboa, Biblion, 1938.

De Sanetate in Lusitania Monumenta Historica. Documentos para a saúde pública em Portugal, dir. Fernando da Silva CORREIA, Lisboa, 1960.

Do compromisso da Confraria da Sancta Casa da Misericórdia de Lisboa, fundada pela rainha D. Leonor de Lancastre, ed. Fernando da Silva CORREIA, Caldas da Rainha, Tipografia Caldense das Caldas da Rainha, 1929.

GÓIS, Damião de, *Crónica do Príncipe D. João*, Lisboa, ed. Graça Almeida RODRIGUES, FCSH, 1977.

--, *Descrição da cidade de Lisboa*, Lisboa, ed. José da Felicidade ALVES, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

HISPANO, Pedro, *Liber de conservanda sanitate*, a cura di Ugo Carcassi ; l'edizione latina e la traduzione in portoghese sono state curate dalla Prof. Maria Helena da Rocha Pereira ; tradução italiana dall'originale latino a cura di Giovanni Varsi, Sassari, Carlo Delfino, 1997.

MENDONÇA, Manuela, *Tombos de Três Igrejas de Lisboa S. Pedro de Alfama, S. João da Praça e St^a Marinha do Outeiro (Séculos XV-XVI)*, Lisboa, Edições Colibri, 2000.

OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues, *Sumário em que brevemente se contém algumas cousas, assim eclesiásticas como seculares, que há na cidade de Lisboa*, Biblion, 1938.

Ordenações del Rei Dom Duarte. Edição preparada por Martim de ALBUQUERQUE e Eduardo Borges NUNES, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

Portugaliae monumenta misericordiarum, vol. 2: *Antes da fundação das misericórdias*, org. José Pedro Paiva, Lisboa, CEHR, 2003.

RESENDE, Garcia de, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, ed. de Joaquim Veríssimo SERRÃO, Lisboa, Imprensa Nacional da Moeda, 1973.

II) Instrumentos de referência

FONTES, João; SERRA, Joaquim; ANDRADE, Maria, *Inventário dos Fundos Monástico Conventuais da Biblioteca Pública de Évora*, Lisboa, Edições Colibri, 2010.

VIEGAS, Inês; Miguel, MARTINS, *Documentos medievais (1179-1383): Arquivo Municipal de Lisboa : catálogo*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2003.

III) Bibliografia

ABREU, Laurinda “O que ensinam os regimentos hospitalares? Um estudo comparativo entre os Hospitais das Misericórdias de Lisboa e do Porto (séculos XVI e XVII), a partir do Regimento do Hospital de Santa Maria Nuova de Florença” in *Actas do I Congresso da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, Porto, Aletheia, 2009.

---, “Políticas de caridade e assistência na construção do Estado Moderno: a especificidade portuguesa no contexto Ibérico” in *actas do congresso internacional las relaciones directas entre las monarquias hispano portuguesa; las casas de las reynas, siglos XV-XIX) Arte, música, espiritualidade y literatura*, Madrid, Universidad Autónoma de Madrid, Políveno, 2008, vol 2, p.1451-1466.

ANICETO, Maria Emília, Fernando Jasmins PEREIRA, Maria José Pimenta FERRO, “Assistência na Idade Média” in *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, vol. I, dir. António Banha de ANDRADE, Lisboa, Editorial Resistência, 1980, pp. 635-661.

ALBANI, Guiliana, “I bambini nella società lombarda del Quattrocento al Seicento” in *La famiglia e la vita quotidiana in Europa dal '400 al '600. Fonti e problemi*. Atti del convegno internazionale, Milano, Archivi di Stato, 1983, pp. 23-51.

ANDRADE, Amélia Aguiar, “O desaparecimento espacial das judiarias nos núcleos urbanos portugueses de finais da Idade Média: o caso de Lisboa” in *Estudos de Homenagem ao Prof. Doutor José Marques*, Porto, Faculdade de Letras, 2006, vol. 1, pp. 143-164.

BEIRANTE, Maria Angela, *Confrarias Medievais Portuguesas*, Lisboa, ed. Autora, 1990.

- BÉRIOU, Nicole, “Les lépreux sous le regard des prédicateurs d’après les collections de sermons ad status du XIIIe siècle” in *Voluntate dei leprosus : Les lépreux entre conversion et exclusion aux XIIe et XIIIe siècles*, ed. Nicole BÉRIOU e François-Olivier TOUATI, Spoleto, Centro italiano di studi sull’alto medioevo, 1991, pp. 33-80.
- BORGES, Leonor, *Directorio práctico de José da Silva Gomes*, tese de mestrado em Paleografia e Diplomática apresentada a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1996.
- BOTO, Sofia, *A colegiada de São Julião de Frielas: a organização do seu património fundiário do século XIV*, dissertação em História apresentada à Universidade de Letras de Lisboa, 2011.
- BOWERS, Barbara S., *The Medieval Hospital and Medical Practice*, Aldershot, Ashgate, 2007.
- BRAGA, Paulo Drumond, “A Crise dos estabelecimentos de assistência aos pobres nos finais da Idade Média”, *Revista Portuguesa de História*, tomo XXVI (1991), pp. 175-190.
- , *O Príncipe D. Afonso filho de D. João II. Uma vida entre a guerra e a paz*, Lisboa, Edições Colibri 2008.
- BRANDÃO, António, *Collecção Dos Principaes Auctores Da Historia Portugueza*, Livro X, Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1806.
- BRODMAN, James, *Charity and Religion in Medieval Europe*, CUA Press, 2009.
- CAILLE, Jacqueline, *Hôpitaux et charité publique à Narbonne au moyen âge, de la fin du XIe à la fin du XVe siècle*, Toulouse, Ed. Privat, 1978.
- CARITA, Helder, *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna. (1495-1521)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999.
- CARDOSO, Adelino, *Arte médica e imagem do corpo : de Hipócrates ao final do século XVIII*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2010.

- CARMONA, Mário Reis, *O Hospital de Todos os Santos da cidade de Lisboa*, Lisboa, ed. autor, 1954.
- CARVALHO, Augusto da Silva, *Crónica do Hospital de Todos-os-Santos*, Lisboa, Edição do V Centenário da Fundação do Hospital Real de Todos-os-Santos, 1992.
- CARVALHO, Sérgio Luís de, *Assistência e medicina no Portugal medieval*, 1ª ed., Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para Comemoração dos Descobrimentos Portugueses.
- , *Cidades Medievais Portuguesas. Uma introdução ao seu estudo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.
- CASTILHO, Júlio de, *Lisboa antiga Bairros orientais*, 2ª ed, Lisboa, S. Industriais da C. M. L., 1935-1936.
- CIPOLLONE, Giulio, *Cristianità - Islam: cattività e liberazione in nome di Dio. Il tempo di Innocenzo III dopo il 1187*, Roma, Editrice Pontificia Università gregoriana, 1992.
- CLAY, R, M, *The Mediaeval Hospitals of England*, Lincoln, Frank Cass & Co Ltd, 1966.
- CONDE, Manuel Sílvio Alves 1987, *Subsídios para o estudo dos Gafos de Santarém (Séculos XIII-XV), separata de Estudos Medievais*, Porto, 8, 1987.
- , *O hospital medieval do Espírito Santo de Sesimbra e a assistência caritativa portuguesa*, Sesimbra, Câmara Municipal de Sesimbra, 2004.
- CORREIA, Fernando da Silva, *Estudos sobre a História da Assistência. Origens e Formação das Misericórdias Portuguesas*. Lisboa, Instituto para Alta Cultura, 1944.
- , “Hospitais pré-quincentistas portugueses. A lição da História”, Lisboa, *Imprensa Médica*, ano IX, 1943, pp. 23-24.

---, *Origens e formação das Misericórdias portuguesas*, 2.^a ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1999.

---, “Os Velhos Hospitais da Lisboa Antiga”, *Revista Municipal*, 10 (1941), pp. 3-13.

---, “Os hospitais medievais portugueses”, in *A Medicina Contemporânea*, Ano XLI, (1943), pp. 11-15.

---, *Regimento do Esprital de Todos os Santos de El Rey Nosso Senhor de Lisboa*, Lisboa, Laboratório Sanitas, 1946.

---, *Subsídios para a história da Saúde Pública Portuguesa do séc. XV a 1822*, Separata de *O médico*, nr 347, Porto, 1958.

COSMACIN, Giorgio, *Soigner et réformer. Médecine et Santé en Italie de la grande peste à la Première Guerre mondiale*, Paris, Payot, 1992.

COSTA, António Domingues de Sousa, “Hospitais e albergarias na documentação pontifícia da segunda Metade do século XV” in *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibéria durante a Idade Média. Actas das Ias Jornadas Luso-Espanholas de Historia Medieval, Lisboa, 25-30 de Dezembro de 1972*, vol. I, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa-Instituto da Alta Cultura, 1973, pp. 259-329.

COVILLE, A., Gontier et Pierre COL, *l'Humanisme en France au temps de Charles VI*, Paris, Droz, 1934.

CRUZ, António, “A assistência na cidade do Porto e seu termo durante a Idade Média”, in *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibéria durante a Idade Média. Actas das Ias Jornadas Luso-Espanholas de Historia Medieval, Lisboa, 25-30 de Dezembro de 1972*, vol. I, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa-Instituto da Alta Cultura, 1973, pp. 39-57.

CULLUM, P. H., “Spiritual and Bodily Works of Mercy,” in *A Companion to the Book of Margery Kempe*, eds. John H. ARNOLD and Katherine J. LEWIS, Cambridge, D.S. Brewer, 2004, pp. 177-194.

- DUARTE, Luís Miguel, “Marginalidade e marginais” In MATTOSO, José (dir.), *História da Vida privada em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2010.
- FARELO, Mário Sérgio, *O Cabido da Sé e os seus cónegos (1277-1377)*, dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2003.
- , *A Oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, Tese de doutoramento em História Medieval, apresentada à Universidade de Letras de Lisboa, 2009.
- FARINHA, António Dias, *Portugal e Marrocos no século XV*, vol. I, tese de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1990, vol.I.
- FAVIER, Jean, *De Marco Polo a Cristóvão Colombo 1250-1492*, Lisboa, Dom Quixote, 1988.
- FIGANIÈRE, Frederico Francisco de la Visconde de Figanière, *Memórias das rainhas de Portugal, Dona Thereza a Santa Isabel*, Lisboa, Typographia Universal, 1859.
- FINUCANE, R.C, *Miracles and Pilgrims: Popular Beliefs in Medieval England*, New York, St. Martin's, 1995.
- FORGENG, Jeffrey Daily, *Life Through History*, California, Greenwood Publishing Group, 1999.
- FRANÇA, José Augusto, *Lisboa Histórica Física e Moral*, Lisboa, Livros Horizonte, 2009.
- GABBRIELLI, Fabio, *Ospedale di Santa Maria della Scala, ricerche storiche, archeologiche e storico-artistiche: atti della giornata di studi*, Siena, Protagoin, 2005.
- GOMES, Saul António, “S. Vicente de Lisboa e seus milagres medievais”, *Didaskalia*, Lisboa, 1985, pp. 73-95.

GONTHIER, Nicole, *Lyon et ses pauvres au Moyen Age (1350-1500)*, Lyon, Edition L'Hermès, 1978.

GONÇALVES, Iria, *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996.

GONÇALVES, Iria, “Formas Medievais de Assistência num meio rural estremenho” in *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas das 1^{as} Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, tomo I, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1973, pp. 439-455.

GRAÇA, Luis, *Hospitais e Outros Estabelecimentos Assistenciais até ao Final do Século XV*, 2000. [Em linha, Consult. 13 Novembro 2014]. Disponível em <http://www.ensp.unl.pt/luis.graca/textos71.html>

HENDERSON, John, *The Renaissance Hospital, Healing the Body and the Soul*, Yale, University Press, 2006.

Hospital Real de Todos os Santos séculos XV a XVIII: catálogo, dir. Ana Cristina Leite, Lisboa, Câmara Municipal, 1993.

IMBERT, Jean, *Les hôpitaux en droit canonique: du décret de Gratien à la sécularisation de l'administration de l'Hôtel-Dieu de Paris en 1505*, Paris, J. Vrin, 1947.

---, *Le régime juridique des établissements hospitaliers du Nord de la France au Moyen Âge*, *Revue du Nord*, n° 115 (Juillet - Septembre, 1947), pp. 195-204.

JACQUART, Danielle, *La Médecine médiévale dans le cadre parisien. XIV^{ème}-XX^{ème} siècle*, Paris, Fayard, 1998.

JORGE, Ricardo, *Regimento proveitoso contra ha pestenença*, em *Separata Clinica, Higiene e Hidrologia*, Lisboa, 1935.

KELLY, Kate, *The History of Medicine – The middle Ages*, New York, Infobase Publishing, 2009.

- LANGHANS, Almeida, *As Corporações dos Ofícios Mecânicos*, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1943.
- LE BLEVEC, Daniel, “Oeuvres de miséricorde – Occident”, in *Dictionnaire encyclopédique du Moyen Âge*, dir. André Vauchez, vol. II, Paris, 1997, pp. 1100-1101.
- , “Fondations et oeuvres charitables au Moyen Age”, in *Actes des congrès nationaux des sociétés historiques et scientifiques*, Nice, Éditions du CTHS, 1999, pp. 7-23.
- LE GOFF, Jacques, *L'Europe est-elle née au Moyen Age?* Paris, Points, 2010.
- MACEDO, Luís de, *A Igreja de Santa Maria Madalena de Lisboa*, Lisboa, Solução Editora, 1930.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *Breve História de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1998
- MARQUES, José, “A assistência no Norte de Portugal nos finais da Idade Média”, *Revista da Faculdade de Letras do Porto-História*, II Série, vol. IV, 1989, pp. 11-93.
- , “Pobreza e Instituições eclesíásticas na Idade Média” *Revista Ciências Históricas*, 11 (1996), pp.23-38.
- , “Os santos dos caminhos Portugueses”, *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, Porto, III Série, vol. 7 (2006), pp. 243-262.
- , *Peregrinos e peregrinações medievais do ocidente peninsular nos caminhos da Terra Santa*, Porto, Universidade do Porto, 2001.
- MARTINS, Mário, *Peregrinações e livros de milagres na nossa Idade Média*, Lisboa, Edições Brotéria, 1957.
- MARTINS, Miguel Gomes, “Entre a gestão e as ingerências: a administração hospitalar na Lisboa de Quatrocentos” in *João Afonso de Santarém e a assistência hospitalar*

- escalabitana durante o Antigo Regime*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 2000, pp. 121-131.
- MATA, Luís António Santos Nunes, *Ser, Ter e Poder. O Hospital do Espírito Santo de Santarém nos finais da Idade Média*, Coimbra, Edições Magno, 2000.
- MATTOSO, José, “O ideal de pobreza e as ordens monásticas em Portugal durante os séculos XI-XIII” in *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, 2ª ed, Lisboa, INCM, 1974.
- , “Sociedade Cristã e Marginalidade na Idade Média: A Gafaria da Senhora do Monte”, in *Portugal Medieval novas interpretações*, Lisboa, INCM, 1985.
- MENINO, Vanda, *A rainha D. Beatriz e a sua Casa (1293-1359)*, dissertação de doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012.
- MOISÃO, Cristina, “A Saúde e a Doença na Idade Média-Os Hospitais Medievais em Lisboa”, *Revista Ordem dos Médicos*, 133 (2012).
- MOITA, Irisalva, Júlio MARQUES, *V Centenário do hospital de Todos-os-Santos*, Lisboa, Correios de Portugal, 1992.
- MOLLAT, Michel et Jean IMBERT, *Histoire des Hopitaux en France*, Toulouse, Editions Privat, 1982.
- MOLLAT, Michel, *Les pauvres au Moyen Age. Étude sociale*, Paris, Complexe, 1970.
- , “La notion de pauvreté au Moyen Âge : position de problèmes Michel Mollat”, *Revue d'histoire de l'Église de France*, Tome 52/149 (1966), pp. 5-23.
- , *Les Pauvres au moyen age*, Paris, Hachette, 1978.
- MONIER, Raymond, *Le livre Roisin, coutumier lillois de la fin du XIIIe siècle*, Lille, Éditions Domat-Montchrestein, 1932.

MOTA, António Brochado, *Testamentos régios - primeira dinastia (1109-1383)*, dissertação de mestrado em história medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011.

NOGUEIRA, José António, “Algumas notícias acerca dos Hospitais existentes em Lisboa e suas proximidades antes da fundação do Hospital de Todos-os-Santos”, *in idem, Esparsos, arqueologia, etnografia, bibliografia e história*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1934, pp. 75-125.

NÓVOA, Rita Sampaio da, *A Casa de São Lázaro de Lisboa – Contributos para uma história das atitudes face à doença XIV – XV*, dissertação de mestrado em História medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, 2010.

OLIVEIRA, Aurélio, “As Misericórdias e o trato com o dinheiro (Dinheiro da Misericórdia do Porto em Galiza e Castela)” *in Actas do I Congresso da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, Aletheia, 2009.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Elementos para a história do município de Lisboa*, tomo I, XIV, Lisboa, Typographia Universal, 1888, 1904.

OLIVEIRA, Nicolau (Frei), *O Livro das Grandezas de Lisboa*, Lisboa, Coleção Conhecer, Lisboa, Vega, 1991.

PAIVA, José Pedro, “O movimento fundacional das Misericórdias (1498-1910)” *in Actas do I Congresso da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, Aletheia, 2009, pp. 397-412.

PARK, Katharine e John Henderson, *The first Hospital among Christians: the Ospedale di Santa Maria Nuova in Early Sixteenth century Florence*, Cambridge, Cambridge University Press, *Medical History* 35, (1991), pp. 164-188.

PEREIRA, Isaias da Rosa, “As obras de misericórdia na Idade Média. As mercearias de Maria Esteves”, *in A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade*

- Média. Actas das 1^{as} Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, tomo II, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1973.
- PIZARRO, José Augusto, *D. Dinis, 1^o Dinastia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.
- , *Linhagens Medievais Portuguesas, Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade do Porto, 1999. 3 vols
- PINA, Maria Isabel Pessoa Castro, *Os Lóios em Portugal: Origens e primórdios da Congregação dos Cónegos Seculares de São João Evangelista*, Dissertação de Doutoramento em História, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de Lisboa, 2012.
- PRESCOTT, Elizabeth, *The English medieval hospital 1050-1640*, London, Seaby, 1992.
- PURIFICAÇÃO, Maria da, *A vivência do tempo na Idade Média, no Livro das Posturas Antigas de Lisboa*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009.
- PRYCE, Huw e John WATTS, *Power and Identity in the Middle Ages*, Oxford, Oxford University Press, 2007.
- RAMOS, Oliveira Luís, «Do Hospital Real de Todos os Santos à História hospitalar portuguesa», *Revista de História*, 13 (1996), p. 333-350.
- RAWCLIFFE, Carole, *Leprosy in medieval England*, Woodbridge, Boydell Press, 2006
- REIS, Maria de Fátima “Resistências e sentidos do culto do Espírito Santo em Lisboa na Época Moderna” in *Em Nome do Espírito Santo. História de um culto*, Catálogo coord. Geral de José Vicente SERRÃO, Lisboa, ANTT, 2004.
- REVEILLAS, Hélène, *Les hopitaux et leurs morts dans le Nord-Est de la France du Moyen âge à l'époque moderne, approche archéo-anthropologique des établissements*

- hospitaliers*, Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade Bordeaux Montaigne, 2010.
- RIBEIRO, Victor, *História da Benificiência Pública em Portugal*, Coimbra Imprensa da Universidade 1907.
- RICCI, Giovanni, “Naissance du pauvre honteux: entre L'histoire des idées et L'histoire sociale” in *Annales, Economies, Societes, Civilisations*, 38 (1983), pp. 155-178.
- RIVAS, J. Barreiro, *La función política de los caminos de peregrinación en la Europa medieval: estudio del Camino de Santiago*, Madrid, Tecnos, 1997.
- ROCHA, Ana Rita Saraiva, *A institucionalização dos leprosos: o Hospital S. Lázaro de Coimbra nos séculos XIII a XV*, Dissertação de Mestrado em História apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra, Coimbra, 2011.
- RODRIGUES, Arminda, *A Igreja de Nossa Senhora da Vitória Irmandade e Hospício (1530-1862)* vol. I e II, Dissertação de Mestrado em Estudos do Património apresentado à Universidade Aberta, 2008.
- RODRIGUES, Jorge e Tessaleno DEVEZAS, *Portugal do Pioneiro da Globalização: A Herança das Descobertas*, Lisboa, Centro Atlântico, 2011.
- RODRIGUES, Jorge Manuel, *A confraria das almas do Corpo Santo de Massarelos e as suas congéneres de Mareantes*, Tese de mestrado em História Moderna apresentado à Universidade de Letras do Porto, 2002.
- ROSA, Maria de Lurdes, “A religião no século: vivências e devoções dos leigos”, in Carlos Moreira Azevedo, dir. *Historia Religiosa de Portugal*, vol. 1: *Formação e Limites da Cristandade*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2000, pp. 75-124.
- , «Sociabilidades e espiritualidades na Idade Média: A historiografia portuguesa sobre os comportamentos religiosos dos leigos medievais», *Lusitania Sacra*, 21 (2009), p. 75-124.

- SÁ, Isabel dos Guimarães, “Assistência. Época Moderna.” in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. 1: A-C, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 140-149.
- SALGADO, Anastácia Mestrinho e Abílio José SALGADO, *Formas de Sensibilidade na Assistência Durante a Época dos Descobrimentos*, Lisboa, Rei dos Livros, 1992.
- , “Hospitais de Lisboa até ao séc. XV”, *Oceanos*, 4 (Julho 1990), pp. 103-109.
- , “Hospitais Medievais”, in *Dicionário da História de Lisboa*, dir. Francisco SANTANA e Eduardo SUCENA, Lisboa, Carlos Quintas & Advogados, 1994, pp. 442-446.
- SANTANA, Francisco, Eduardo SUCENA, dirs. *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa, Carlos Quintas & Associados, 1999.
- SANTOS, Dulce, *A domus infirmorum do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e o acolhimento no hospital São Nicolau (Portugal, séculos XII-XIII)*, Pós-Graduação em História apresentada à UFG, 2015.
- SEGURADO, Jorge, *Da Obra Filipina de São Vicente de Fora*, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, Presidência do Conselho de Ministros, Secretaria de Estado da Cultura, Direcção-Geral do Património Cultural, 1976.
- SEROL, Maria Elisabete, *O campo de Santa Clara, em Lisboa : cidade, história e memória; um roteiro cultural*, Dissertação de Mestrado em Estudos do Património, apresentado à Universidade Aberta, Lisboa, 2012.
- SIRAISSI, G. Nancy, *Medieval & Early Renaissance Medicine: An Introduction to Knowledge and Practice*, Chicago, University of Chicago Press, 1990.
- PEREIRA, Isaiás da Rosa, “As obras de misericórdia na Idade Média. As mercearias de Maria Esteves”, in *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas das 1^{as} Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, tomo II, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1973, pp. 717-759.

SILVA, A. Vieira da, *Judiaria Velha de Lisboa. Estudo topographico sobre a Antiga Lisboa*, in separata de *O Archeólogo Portuguez*, Lisboa, 1900, pp. 7-10.

SILVA, Manuela dos Santos, “A assistência social na Idade Média, Estudo comparativo de algumas instituições de beneficência de Santarém”, *Estudos Medievais*, 8 (1987), pp. 172-242

SILVA, Manuela dos Santos e Manuel Alves CONDE, “Recursos económicos de algumas instituições de assistência de Santarém nos finais da Idade Média” in *1383-1385 e a crise geral dos séc XIV-XV*, Lisboa, 1985, pp. 69-98.

SILVA, Carlos Guardado, *O Mosteiro de São Vicente de Fora - A comunidade regrante e o património rural (séculos XII-XIII)*, Lisboa, Edições Colibri, 2002.

SILVA, Carlos Guardado, *Lisboa Medieval, A organização e a estruturação do espaço urbano*, Lisboa, Edições Colibri, 2008.

SILVEIRA, Luís, *Os três poderes de uma causa pia na Idade Média Portuguesa: - O exemplo do Hospital dos Inocentes de Santarém*, Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Aberta, Lisboa, 2009.

SINGER, Charles, “A Thirteenth Century Clinical Description on Leprosy”, *Journal of the History of Medicine*, 4 (1948), pp. 237-239.

SOUSA, António Domingues, “Hospitais e Albergarias na documentação pontifícia da segunda metade do século XV” in *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibéria durante a Idade Média. Actas das 1^{as} Jornadas Luso-Espanholas de Historia Medieval, Lisboa, 25-30 de Dezembro de 1972*, vol. I, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa-Instituto da Alta Cultura, 1973, pp. 259-329.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, “Nótulas para o estudo da assistência hospitalar aos pobres, em Lisboa: os hospitais de D. Maria de Aboim e do conde D. Pedro” in *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibéria durante a Idade Média. Actas*

- das 1^{as} Jornadas Luso-Espanholas de Historia Medieval, Lisboa, 25-30 de Dezembro de 1972, vol. I, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa-Instituto da Alta Cultura, 1973, pp. 371-400.
- , *Pobreza e Morte em Portugal na Idade Média*, Editorial Presença, 1989.
- , “ASSISTÊNCIA.I. Época Medieval” in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. A-C, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 459-470.
- , *Os Judeus em Portugal no Século XIV*, Lisboa, Guimarães Editores, 2000.
- THOMPSON, Augustine, *Cities of God, The Religion of the Italian Communes, 1125–1325*, Pensilvânia, Penn State University Press, 2005.
- TORRES, Henrique e SÁ, Isabel Guimarães, “Os hospitais portugueses entre a assistência medieval e a intensificação dos cuidados médicos no período moderno” in *Congresso comemorativo do V centenário da Fundação do Hospital Real do Espírito Santo de Évora*, Évora, Hospital do Espírito, 1996, pp. 87-103
- VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo, *A propriedade das albergarias de Évora nos finais da Idade Média*, Lisboa, INIC, 1990.
- , *O crepúsculo da assistência medieval na Évora do séc. XV*, Câmara Municipal de Guimarães, 2004.
- VENTURA, Leontina, *A nobreza de corte de Afonso III*, dissertação de doutoramento em História, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1992, 2 vols.
- VERGER, Jacques, *Les universities au Moyen Age*, Paris, PUF, 2013.
- VITERBO, Joaquim, *Elucidário das palavras, termos, e frases, que em Portugal antigamente se usavam e que hoje regularmente não se usam mais*, Porto, sn, 1798.

SILVEIRA, Luís, *Os três poderes de uma causa pia na Idade Média Portuguesa: - O exemplo do Hospital dos Inocentes de Santarém*, Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Aberta, Lisboa, 2009, p. 39 [Em linha, Consult. 03 Setembro 2014]. Disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/1464>.